COMPANHIA MÜLLER DE BEBIDAS

C.N.P.J. nº 03.485.775/0001-92 - NIRE 35.300.174.054

CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Nos termos do artigo 123 da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S/A"), ficam os acionistas da Companhia convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se, em primeira convocação, no dia 27/04/2023, às 9 horas, de forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 124, §2º A da Lei das S/A e artigo 5º, inciso III e §2º, inciso I e Art. 28, §2º, inciso II, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 81, de 29/03/2022, por meio de plataforma eletrônica cujos acessos serão oportunamente disponibilizados, para deliberar acerca da seguinte ordem do dia: "*Destinação do saldo total remanescente da conta de Lucros à Disposição da Assembleia, conforme determinado na sentença arbitral proferida em 9.9.2019, no âmbito do Procedimento Arbitral nº 52/2017/SEC4*". Henrique Souza e Silva Peretto - Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Pirassununga, 12/04/2023. (14,15,18)

NESLIP S.A.

C.N.P.J.M.F. nº 19.654.466/0001-39 - NIRE 35.300.178.785

Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária e Comunicado aos Acionistas

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **NESLIP S.A.**, para Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 26/04/2023, às 10:00 horas, no escritório Ulhôa Canto, na Avenida Afrânio de Melo Franco, 290, Torre Executiva, 4º andar, Leblon, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, para apreciação de deliberação sobre: (i) as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31/12/2022; (ii) a destinação do lucro do referido exercício e a distribuição de dividendos; e (iii) demais assuntos de interesse geral. Os administradores esclarecem que os documentos previstos no artigo 133 da Lei 6.404/76 já se encontram à disposição dos Acionistas. Os Acionistas poderão obter cópias de tais documentos na sede da Neslip S.A. Fica esclarecido, ainda, que a AGO em questão não será realizada na sede da Neslip S.A. devido à limitação de espaço em tal local. Comunicamos, ainda que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será oportunamente realizada pela Companhia nos jornais costumeiros. São Paulo, 13 de abril de 2023.

Luiz Otávio Possas Gonçalves - Presidente do Conselho

Empreendimentos Imobiliários Caracol S.A.

CNPJ 53.859.120/0001-05 - NIRE 35.300.055.578

Assembleia Geral Ordinária - Convocação de Acionistas de Companhia Fechada.

Ficam convocados os acionistas da Companhia "Empreendimentos Imobiliários Caracol S/A" a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada às 16hs00min, do dia 28 de abril de 2023, em sua sede, com endereço à Praça Joaquim Carlos, nº 03, Centro, na Cidade de Pedreira, Estado de São Paulo, CEP 13920-000, para deliberar a seguinte ordem do dia: (i) apreciar as contas da diretoria, o balanço patrimonial, o demonstrativo de resultados e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022; (ii) eleger os membros da Diretoria para o mandato de 01 (um) ano (05/2023 a 04/2024) e fixar a respectiva remuneração global mensal para o exercício social de 2023; (iii) tratar de assuntos diversos de interesse geral dos acionistas.

Pedreira, SP, 15 de abril de 2023.

Diretoria: Ana Tereza Lopes, Alexandre Magno dos Santos Gouveia e Marcelo José Mauricio Brito.

BANCO PAULISTA S.A.

CNPJ Nº 61.820.817/0001-09 NIRE 3.530.003.478-3

CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A REALIZAR-SE EM 27 DE ABRIL DE 2023.

Ficam convocados os acionistas do Banco Paulista S/A, para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada na sede social da Companhia, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.355 – 2º andar, no dia 27/04/2023 às 11h, em primeira chamada, e às 11:30h em segunda chamada, com qualquer quórum, para tratar das seguintes matérias constantes da ordem do dia: **a)** aprovação do Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2022 e do Parecer elaborado pela Grant Thornton Auditores Independentes; **b)** crédito de juros sobre o capital próprio no montante de R$ 4.900.000,00 (quatro milhões e novecentos mil reais), deliberados pela diretoria e a transferência do saldo do lucro remanescente para rubrica de reservas estatutárias, **c)** eleição dos membros da Diretoria; **d)** autorização para os diretores da Sociedade praticarem todos os atos necessários à implementação das deliberações da ordem do dia; e **e)** eleição dos Membros do Comitê de Remuneração. **Marcelo de Toledo Guimarães** – Diretor Presidente.

FOUR TRILHOS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº. 47.014.367/0001-28 - NIRE Nº. 35300595670 - COMPANHIA FECHADA

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2023

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 23 de março de 2023, às 12h00, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B Andar 4 Sala 8, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA:** Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensados os avisos em face da presença da única acionista, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. MESA: Presidente: Marcio Magalhães Hannas. Secretário: Roberto Vollmer Labarthe. 5. ORDEM DO DIA: (i)** Tomar conhecimento das renúncias apresentadas pelos Srs. **Luciano José Porto Fernandes e Mitsuhiko Okubo,** ambos ao cargo de membro do Conselho de Administração; e **(ii)** aprovar a eleição do Sr. **Stephan Joinovici Cadier**, ao cargo de membro titular do Conselho de Administração. **6. DELIBERAÇÕES:** A acionista da Companhia deliberou: **(i)** Autorizar a lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA; **(ii)** Tomar conhecimento dos pedidos de renúncia formulados pelos Srs. **Luciano José Porto Fernandes e Mitsuhiko Okubo**, ambos ao cargo de membro titular do Conselho de Administração da Companhia, conforme cartas de renúncia apresentadas à Companhia em 17/03/2023 e 23/03/2023, respectivamente, agradecendo aos mesmos pelos relevantes serviços prestados à Companhia enquanto exerceram referidas funções. **(iii)** Diante da renúncia do Sr. **Mitsuhiko Okubo,** eleger o Sr. **Stephan Joinovici Cadier**, brasileiro, casado, administrador de empresa, portador da Cédula de Identidade RG nº. 36.683.936/SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 229.914.608-30, com endereço profissional na Rua Heitor dos Prazeres, 320, bairro Vila Sônia, São Paulo/SP, CEP 05.522-000, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2023, devendo permanecer em seu cargo até a eleição e posse de seu substituto. O Conselheiro suplente Sr. **Roberto Penna Chaves Neto** exercerá as funções do renunciante titular Sr, **Luciano José Porto Fernandes** até a Assembleia Geral Ordinária de 2023, que elegerá o substituto do membro titular. O membro do Conselho de Administração ora eleito, Sr. **Stephan Joinovici Cadier**, declara ter conhecimento do artigo 147 da LSA, e alterações posteriores, e consequentemente, não estar incurso em quaisquer dos crimes previstos em Lei que o impeça de exercer atividades mercantis, conforme Termo de Posse, Declaração de Desimpedimento e de Renúncia à Remuneração arquivados na sede da Companhia. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 23 de março de 2023. **Assinaturas**: Marcio Magalhães Hannas, Presidente e Roberto Vollmer Labarthe, Secretário. Acionista: **(1) CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.,** por Francisco Pierrini, *Marcio Magalhães Hannas - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Roberto Vollmer Labarthe - Secretário - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCESP nº 136.149/23-6 em 06.04.2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Santana Administração de Bens Próprios S.A.

CNPJ 00.278.328/0001-74 - NIRE 35.300.511.654

Assembleia Geral Ordinária - Convocação de Acionistas de Companhia Fechada.

Ficam convocados os acionistas da Companhia "**Santana Administração de Bens Próprios S.A.**" a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada às 14hs 30min, do dia 28 de abril de 2023, em sua sede, com endereço à Praça Joaquim Carlos, nº 03 B, Centro, na Cidade de Pedreira, Estado de São Paulo, CEP 13920-000, para deliberar a seguinte ordem do dia: (i) apreciar as contas da diretoria, o balanço patrimonial, o demonstrativo de resultados e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022; (ii) eleger os membros da Diretoria para o mandato de 01 (um) ano (05/2023 a 04/2024) e fixar a respectiva remuneração global mensal para o exercício social de 2023; (iii) tratar de assuntos diversos de interesse geral dos acionistas.

Pedreira, SP, 15 de Abril de 2023.

Diretoria: Ana do Carmo dos Santos Gouveia Lenzi; Mateus Lopes e Sérgio Ruas Dias Mauricio.

União Química Farmacêutica Nacional S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

Registro de Companhia Emissora Categoria B nº 2686-7

CNPJ/ME nº 60.665.981/0001-18 - NIRE: 35.300.006.658

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 1º de Fevereiro de 2023

Data, Hora e Local. No dia 1º (primeiro) de fevereiro de 2023, às 17:00 horas, na sede social da União Química Farmacêutica Nacional S.A. ("Companhia"), situada na Rua Coronel Luiz Tenório de Brito, nº 90, Centro, CEP 06900-000, na cidade de Embu-Guaçu, Estado de São Paulo, única e exclusivamente de forma digital, por meio de videoconferência. **Convocação.** Convocação dispensada tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do Art. 14, §3º do Estatuto Social da Companhia. **Presenças.** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, perfazendo o quórum para instalação, nos termos do Art. 15 do Estatuto Social da Companhia. **Composição Da Mesa.** Presidida por: Paula Melo Suzana Gomes; e secretariada por: Juliana Olivia F. L. S. Martins. **Ordem do Dia.** Deliberar sobre os seguintes assuntos: **(i)** a contratação, pela Companhia, de financiamento junto à Corporação Internacional de Investimentos (International Finance Corporation) ("IFC"), no valor de U$65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de dólares americanos), com juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *"over extra-grupo"*, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida de um *spread* (sobretaxa) de 1,95% (um inteiro e noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, com vencimento em abril de 2030, ("Financiamento IFC"), cujos termos e condições serão regidas pelo *"Loan Agreement"* a ser celebrado entre a Companhia e o IFC ("Contrato de Financiamento IFC"); **(ii)** a outorga, pela Companhia, de alienação fiduciária sobre os seguintes imóveis de titularidade da Companhia: **(a)** imóveis localizados na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, inscritos nas respectivas matrículas de números 3.411, 3.412 e 88.486 no 1º Cartório de Registro de Imóveis de Guarulhos; e **(b)** imóveis localizados na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, inscritos nas matrículas de números 69.730, e 117.373, no e Registro de Imóveis de Pouso Alegre ("Alienação Fiduciária de Imóveis"), cujos termos e condições serão regidos, cada qual, pelo seu respectivo instrumento, a ser celebrado entre a Companhia e o IFC ("Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis"); **(iii)** a autorização para a emissão, pela Companhia, de notas promissórias em favor do IFC, em montantes necessários para cumprir as obrigações no âmbito do Financiamento IFC ("Notas Promissórias" e, em conjunto com o Contrato de Financiamento IFC e o Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis, os "Documentos da Operação"); **(iv)** a autorização e delegação de poderes à diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente por meio de procuradores, **(a)** negociar os termos e as condições dos Documentos da Operação; e **(b)** tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e/ou convenientes à contratação do Financiamento IFC e à outorga da Alienação Fiduciária de Imóveis, incluindo, mas não se limitado, a discussão, negociação, definição dos termos e condições do Financiamento IFC, bem como a celebração dos Documentos da Operação e seus respectivos eventuais aditamentos, de eventuais procurações a serem outorgadas no âmbito dos Documentos da Operação, de certificados e outros documentos assessórios exigidos no âmbito dos Documentos da Operação; e **(v)** a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia, direta ou indiretamente por meio de procuradores, para a contratação do Financiamento IFC. **Deliberações.** Os membros do Conselho de Administração examinaram e discutiram as matérias constantes da ordem do dia e deliberaram, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas e/ou restrições, o quanto segue: **(i)** aprovar a contratação do Financiamento IFC, cujos termos e condições serão regulados pelo Contrato de Financiamento IFC; **(ii)** aprovar a outorga, pela Companhia, da Alienação Fiduciária de Imóveis, cujos termos e condições serão regidos pelo Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis; **(iii)** aprovar a emissão, pela Companhia, das Notas Promissórias; **(iv)** aprovar a autorização e delegação de poderes à Diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente por meio de procuradores, **(a)** negociar os termos e as condições do Financiamento IFC, bem como da Alienação Fiduciária de Imóveis, conforme aplicável; e **(b)** tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e/ou convenientes à contratação do Financiamento IFC e à outorga da Alienação Fiduciária de Imóveis, incluindo, mas não se limitado, a discussão, negociação, definição dos termos e condições do Financiamento IFC, bem como a celebração dos Documentos da Operação e seus respectivos eventuais aditamentos; e **(v)** aprovar a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia, direta ou indiretamente por meio de procuradores, para contratação do Financiamento IFC. **Encerramento.** Fica consignado que os materiais submetidos e discutidos nesta reunião, conforme referidos nas deliberações, bem como as manifestações e declarações de voto apresentadas pelos conselheiros, ficarão arquivados na sede da Companhia. Nada mais havendo a tratar e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. A presente Ata é cópia fiel daquela transcrita em livro próprio. São Paulo, 1º de fevereiro de 2023. **Mesa:** Paula Melo Suzana Gomes - **Presidente;** Juliana Olivia F. L. S. Martins - **Secretária**. **Membros do Conselho de Administração:** Paula Melo Suzana Gomes; Miguel Giudicissi Filho; Roberto Cornette Marques; José Luiz Junqueira Simões; Ursula Cristina Favale Fernandes; Victor Mezei; Dorothea Fonseca Furquim Werneck. **JUCESP** nº 99.072/23-3 em 08/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Aguassanta Participações S.A.

CNPJ nº 07.198.897/0001-59 - NIRE 35.300.320.484

Edital de Convocação - Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Pelo presente, ficam convocados os Srs. Acionistas para as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Aguassanta Participações S.A. ("Companhia"), a serem realizadas, em primeira convocação, cumulativamente, no dia 25 de abril de 2023, às 12:00 horas, exclusivamente presencial, na sede da Companhia, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 16º andar, sala 08, Bairro Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04538-132, para deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: Em matéria Ordinária: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022; (iii) Fixar em 05 (cinco) o número de membros para o Conselho de Administração da Companhia; (iv) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia, incluindo os membros que ocuparão os cargos de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração; e (v) Fixar a remuneração global anual dos administradores e dos membros do Conselho Consultivo para o exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2023. Em matéria Extraordinária: (i) Aumentar o capital social em R$ 825.225.070,10 (oitocentos e vinte e cinco milhões, duzentos e vinte e cinco mil e setenta reais e dez centavos), sem emissão de novas ações, mediante a conversão de parte do saldo que a Companhia possui na conta de reserva de lucros, com a consequente alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; (ii) Alterar o artigo 14 do Estatuto Social da Companhia para fixar o número máximo e mínimo de membros no conselho de administração da Companhia, para que seja composto por no mínimo 3 (três) membros e no máximo 5 (cinco) membros; (iii) Alterar o artigo 33 do Estatuto Social da Companhia para definir a parcela do lucro líquido que poderá ser destinada para Reserva Estatutária; e (iv) Consolidar o Estatuto Social da Companhia. São Paulo (SP), 14 de abril de 2023. **Rubens Ometto Silveira Mello -** Presidente do Conselho de Administração.

Atech - Negócios em Tecnologias S.A.

NIRE 35.300.375.327 - CNPJ nº 11.262.624/0001-01

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 15 de março de 2023.

Data, hora e local: Aos 15/03/2023, às 11 horas, na sede social na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Acionistas Presentes**: Presentes os acionistas representando a totalidade do capital social, conforme as assinaturas lançadas no livro próprio, dispensada a sua prévia convocação nos termos do §4º do artigo 124 da Lei 6.404/76. **Mesa**: Presidente - Sra. Márcia Regina Sato Davoli de Araujo Secretário - Sr. Rodrigo Persico de Oliveira. **Ordem do Dia**: **1)** Eleger e nomear para os cargos de Diretor(a) sem denominação específica, o Sr. Marcos Ribeiro Resende e a Sra. Márcia de Almeida Fernandes, qualificados abaixo, nos termos do artigo 16 do Estatuto Social. **Deliberações:** por unanimidade de votos, os acionistas deliberaram: a) Eleger para o cargo de Diretor sem denominação específica da Companhia o Sr. Marcos Ribeiro Resende: Os acionistas decidiram, por unanimidade de votos, eleger e nomear para o mandato de Diretor sem denominação específica da Companhia, a se encerrar em 01/12/2023, o Sr. Marcos Ribeiro, portador RG nº M-4.613.789 SSP/MG e inscrito no CPF/ME sob o nº 755.488.446-87, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. b) Eleger para o cargo de Diretora sem denominação específica da Companhia a Sra. Márcia de Almeida Fernandes: Os acionistas decidiram, por unanimidade de votos, eleger e nomear para o mandato de Diretora sem denominação específica da Companhia, a se encerrar em 01/12/2023, a Sra. Márcia de Almeida Fernandes, portadora RG nº 27.946.541-5 SSP/SP e inscrita no CPF/ME sob o nº 256.497.128-83 com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com efeitos a partir da presente data. Nos termos do art. 16, § Iº do Estatuto Social da Companhia, os atuais diretores permanecerão em seus cargos até a posse de seus sucessores. **Encerramento e Aprovação da Ata**: Concedida a palavra novamente a quem mais dela quisesse fazer uso e não havendo nada mais a ser discutido, a Presidente determinou a mim, Secretário, que a lavrasse e, após lida e aprovada pelos presentes, foram declarados encerrados os trabalhos. A presente Ata é lavrada em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, rubricada pelos membros da mesa, sendo cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo, 15/03/2023. Márcia Regina Sato Davoli de Araujo - Presidente da Mesa. Rodrigo Persico de Oliveira - Secretário da Mesa. **Acionistas e/ou seus representantes:** Embraer Defesa e Segurança Participações S/A. p. Elaine Maria de Souza Funo, p. Walter Pinto Júnior, p. Márcia Regina Sato Davoli de Araujo. **Jucesp nº 137.916/23-1** em 11/04/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Companhia Copale de Administração, Comércio e Indústria

CNPJ/MF nº 61.146.502/0001-10 – NIRE 35.300.057.007

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Convocamos os acionistas para A.G.O. em 25/04/2023, 9:30 hs, na sede social, para deliberarem: a) Demonstrações Financeiras de 2022; b) Destinação do Lucro do exercício; c) Eleição Diretoria e honorários. São Paulo, 14 de abril de 2023. **A Diretoria**. (17, 18 e 19/04/2023)

VIGOR ALIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 13.324.184/0001-97 - NIRE: 35.300.391.047

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da Vigor Alimentos S.A. ("Companhia") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que será realizada no dia 28/04/2023, em 1ª convocação às 10h e em 2ª às 10h30min, na sede social da Companhia, situada na Rua Joaquim Carlos, 396, 1º andar, Brás, CEP 03019-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** apreciar o relatório da administração, as contas dos administradores, as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022; **(ii)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31/12/2022; **(iii)** fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2023; (iv) consolidar o Estatuto Social; e (v) outros assuntos de interesse dos presentes. São Paulo/SP, 14 de abril de 2023.

Alberto Alfredo Arellano García - Presidente do Conselho de Administração

Companhia Província de Securitização

CNPJ/MF nº 04.200.649/0001-07 - NIRE 35300546547

Edital de Segunda Convocação de Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 5ª Série da 3ª Emissão da Companhia Província da Securitização

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 5ª Série da 3ª Emissão da Companhia Província de Securitização ("Titulares dos CRI", "Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em consoante ao disposto na cláusula 11.3 do termo de securitização dos CRI da Emissão, celebrado em 04 de junho de 2019, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a se reunirem em assembleia especial de investidores da Emissão ("AEI"), a ser realizada em segunda convocação, aos **24 de abril de 2023, às 10h30min**, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60" e "CVM", respectivamente), através de videoconferência, via plataforma Microsoft Teams (vide informações gerais abaixo), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; Ficam os Titulares dos CRI da Emissão cientes de que, nos termos do §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado, cujo relatório dos auditores independentes não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. **Informações Gerais:** O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI da Emissão está disponível (i) na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (http://provinciasecuritizadora.com.br/). As procurações e/ou boletins de voto a distância, conforme aplicáveis, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do Titular dos CRI, incluindo, mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, em até 02 (dois) dias úteis antes da realização da AEI, para os correios eletrônicos assembleias@provinciasecuritizadora.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Nos termos do artigo 31 da Resolução CVM nº 60, somente podem votar na assembleia especial os investidores detentores de títulos de securitização na data da convocação da assembleia.

São Paulo, 15 de abril de 2023

Companhia Província de Securitização

Roberto Saka - Diretor de Securitização e de Relação com Investidores

MOOSONES PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 15.691.485/0001-84 - NIRE 35300443110

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convidados os senhores acionistas da Moosones Participações S.A. ("Companhia"), a comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada na Rua Treze de Maio, 313, Galeria Montini, sala 7, Centro, Amparo, SP, CEP 13900-005, sede da Companhia, em 20.04.2023, às 10h00, em primeira convocação, e às 10h30, em segunda convocação, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) alteração do endereço da sede da Companhia; (b) destituição de diretor da Companhia; (c) alteração da composição da diretoria e das regras de representação da Companhia; e (d) aumento de capital da Companhia, no valor de R$ 1.817.457,00. Diretor Valter Costa Da Silva.

ARAINVEST PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 06.139.408/0001-25

Relatório da Diretoria

Srs. Acionistas: Submetemos a vossa apreciação o Balanço Patrimonial acompanhado da Demostração do Resultado, da Demostração do Resultado Abrangente, da Demostração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração dos Fluxos de Caixa e das Notas Explicativas correspondentes ao exercício findo em 31/12/2022.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em Milhares de Reais

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.795	659
Ativo circulante		**1.795**	**659**
Não circulante			
Créditos tributários	6	7.113	8.238
Imobilizado		2	2
Ativo não circulante		**7.115**	**8.240**
Total do ativo		**8.910**	**8.899**

Passivo	Nota	2022	2021
Circulante			
Fornecedores		6	6
Impostos e contribuições a recolher		3	10
Passivo circulante		**9**	**16**
Patrimônio líquido			
Capital social	7	162.588	162.588
Prejuízos acumulados		(153.687)	(153.705)
Patrimônio líquido		**8.901**	**8.883**
Total do passivo e patrimônio líquido		**8.910**	**8.899**

Demonstração do Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em Milhares de Reais

(Despesas) e receitas operacionais	Nota	2022	2021
Despesas gerais e administrativas	8	(178)	(278)
Despesas tributárias		(27)	(9)
		(205)	**(287)**
Prejuízo antes do resultado financeiro		**(205)**	**(287)**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		567	177
Despesas financeiras		(344)	-
		223	**177**
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		**18**	**(110)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	9	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**18**	**(110)**

Demonstração do Resultado Abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em Milhares de Reais

	2022	2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	18	(110)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**18**	**(110)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em Milhares de Reais

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2020	**162.588**	**(153.595)**	**8.993**
Prejuízo do exercício	-	(110)	**(110)**
Saldos em 31/12/2021	**162.588**	**(153.705)**	**8.883**
Lucro líquido do exercício	-	18	**18**
Saldos em 31/12/2022	**162.588**	**(153.687)**	**8.901**

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em Milhares de Reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2022**	**2021**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	18	(110)
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Juros sobre créditos tributários	(13)	(143)
	5	(253)
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Créditos tributários	1.138	(4)
Fornecedores	-	1
Impostos e contribuições a recolher	(7)	9
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**1.136**	**(247)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	-	(2)
Caixa líquido das atividades de investimentos	**-**	**(2)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**1.136**	**(249)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	659	908
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.795	659
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**1.136**	**(249)**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31/12/2022 e 2021 - Em milhares de Reais

1. Contexto Operacional: A Arainvest Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado com sede localizada na cidade de São Paulo - SP, que tem por objeto principal a administração de participações societárias em sociedades simples e empresárias, na qualidade de sócia, quotista ou acionista. **2. Autorização para Emissão de Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 11 de abril de 2023. **3. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, e complementadas pelos pronunciamentos, intepretações e orientações emanadas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, e no caso de ativos financeiros ou passivos financeiros, o custo histórico é ajustado para refletir a mensuração pelo valor justo, quando aplicável. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foram identificadas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras. **4. Principais Práticas Contábeis: a) Moeda funcional -** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação. **b) Caixa e equivalentes de caixa -** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **c) Instrumentos financeiros -** Os instrumentos financeiros da Companhia estão representados substancialmente por ativos financeiros incluindo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. São mensurados inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. **d) Passivos contingentes -** São reconhecidos, mensurados e divulgados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A provisão é reconhecida quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, a probabilidade de perda é considerada provável e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. Caso a probabilidade de perda é considerada possível, a Companhia divulga sem reconhecer a provisão. Obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não são reconhecidas e nem divulgadas. **e) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido -** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias vigente na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, ajustados pelas adições, exclusões e compensações. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	**2022**	**2021**
Depósitos bancários	58	37
Aplicações financeiras	1.737	622
Total	**1.795**	**659**

As aplicações financeiras estão representadas por aplicação em fundo de investimento DI e certificados de depósitos bancários, remunerados com base na variação da taxa DI. **6. Créditos tributários:** Corresponde basicamente ao saldo negativo do imposto de renda e da base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido, objeto de pedido de restituição ou utilizado para compensar débitos tributários federais futuros, atualizado com base na taxa de juros SELIC. O pedido de restituição de tributos e contribuições está sujeito à homologação da Secretaria da Receita Federal do Brasil e a administração da Companhia considera que todos os créditos tributários estão suportados por documentação hábil e não podem ser contestados pela Receita Federal do Brasil que por consequência deverá programar a devolução dos mesmos à Companhia. **7. Capital social:** O capital social, totalmente integralizado em moeda nacional, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R$ 162.588, representado por 25.896 ações, sendo 20.712 ações ordinárias e 5.184 ações preferenciais.

8. Despesas gerais e administrativas: As despesas gerais e administrativas estão substancialmente representadas por serviços prestados por pessoas jurídicas. **9. Imposto de renda e contribuição social:** A reconciliação dos ajustes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido no resultado é apresentada, como segue:

	2022	2021
Lucro ou prejuízo do exercício antes dos impostos	18	(110)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	24%	24%
Débito ou crédito do imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(4)	26
Ajustes:		
• Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis e outros	5	-
• Crédito tributário não reconhecido	(1)	(26)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**-**	**-**

10. Passivos contingentes classificados como possíveis perdas: A Companhia possui passivo contingente decorrente de auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil questionando a exigência do imposto de renda e da contribuição social sobre ganho de capital na alienação de participação societária. **11. Eventos subsequentes: Passivos contingentes -** Em março de 2023 a Companhia incluiu o auto de infração supra referido no Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF), regulamentado pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1/2023. **Aumento de capital -** A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de março de 2023 aprovou o aumento do capital social da Companhia em R$ 512.150, mediante a emissão de 12.000 ações preferenciais sem valor nominal, integralizado em moeda corrente nacional.

A DIRETORIA

JULIO MITUO SHINZATO

Contador - CRC: 1SP.095.421/O-1

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL E NOTIFICAÇÃO–MVC - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - PEREIRA ALVIM PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, e inscrita no CNPJ nº 73.025.694/0001-95, na sede à AVENIDA PROFESSOR JOÃO FIÚSA, 2777, Jardim São Luiz - Ribeirão Preto - SP, 14024-250, doravante denominado COMITENTE, torna público, para conhecimento dos interessados, que se acha aberto, leilão para alienação do imóvel de sua propriedade, relacionado no Anexo I, parte integrante deste Edital. O leilão será regido pelas normas e disposições, consignadas neste Edital e regras aplicáveis de Direito Privado. O leilão terá início a partir da data da liberação do imóvel no site e será realizado de modo on-line através do portal www.leiloesgold.com.br, estando a cargo do Leiloeiro Oficial, Sr. Uilian Aparecido da Silva, matriculado na JUCESP sob nº 958, com escritório à Rua Peixoto Werneck, 330, Arthur Alvim, São Paulo/SP, CEP: 03568-060. 1. OBJETO **1.1. Matricula 192.022 do 2º CRI de Ribeirão Preto-SP: LOTE de terreno n° 17 (dezessete) da quadra nº 16 (dezesseis) do loteamento denominado RESIDENCIAL QUINTA DA MATA, nesta cidade, situado na Rua Dezesseis, medindo 10,00m na frente e aos fundos, por 25,00m da frente aos fundos, em ambos os lados, perfazendo a área total de 250,00m2, confrontando-se de frente com a Rua Dezesseis, fundos com o lote n° 26, lado direito com o lote n° 18 e lado esquerdo com o lote n° 16, cadastri ma municipalidade local sob n° 388.482. 1.2. (DESOCUPAÇÃO POR CONTA DO ARREMATANTE). 1.3. DEBITOS FISCAIS: será de responsabilidade do COMITENTE. 1.4. DEBITOS CONDOMÍNIAIS: será de responsabilidade do COMITENTE.** 2. DAS DATAS E LANCE MÍNIMO 2.1. Por se tratar de alienação fiduciária, o lance mínimo em PRIMEIRO LEILÃO não poderá ser abaixo do valor de mercado **R$ 285.452,54** (quinhentos e cinquenta mil reais), tendo sua data o termino para o dia **10/05/2023, às 14:00 horas**. 2.2. E conforme informado pelo COMITENTE, em SEGUNDO LEILÃO, fica fixado o valor de lance mínimo em **R$ 185.191,09** (cento e oitenta e cinco mil e cento e noventa e um reais e nove centavos), tendo sua data de encerramento para o **dia 31/05/2023, às 14:00 horas**. 3. DA HABILITAÇÃO 3.2. Os interessados em participar do leilão, deverão se cadastrar no site www.leiloesgold.com.bre se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE. 4. DOS LANCES 4.1. O envio de lances se dará exclusivamente através do site www.leiloesgold.com.br, respeitado o lance inicial e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes na sala do leilão presencial, na disputa pelo lote do leilão. 4.2. O proponente vencedor por meio de lance on-line terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente, para efetuar o pagamento da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. No caso do não cumprimento da obrigação assumida, no prazo estabelecido, estará o proponente, sujeito a sanções de ordem judicial, a título de perdas e danos. 5. CONDIÇÕES DE VENDA 5.1. O imóvel será vendido a quem maior lance oferecer, em moeda nacional, em leilão de modo on-line, obedecidas às condições deste edital, reservando-se aos COMITENTES, o direito de liberar ou não o imóvel, pelo maior preço alcançado, bem como, retirar, quando for o caso, de acordo com seu critério ou necessidade, por intermédio do leiloeiro. 5.2. Os interessados na aquisição do imóvel, previamente à apresentação de lances, deverão ler atentamente todas as condições estabelecidas neste edital, bem como verificar o imóvel in loco, pois não poderão alegar posteriormente, qualquer desconhecimento, acerca de suas características ou do estado de conservação do imóvel adquirido. 5.3. A venda será celebrada em caráter "AD CORPUS", ou seja, as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação e divulgação deste leilão, são meramente enunciativas, não cabendo ao adquirente, por conseguinte, exigir complemento de áreas, reclamar de eventuais mudanças nas disposições internas dos cômodos do imóvel apregoado, ou alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação, não lhes sendo possível pleitear, a rescisão do contrato ou abatimento proporcional do preço, em qualquer hipótese. 5.4. Todos os débitos incidentes sobre o imóvel, que tenham fato gerador a partir da data da realização do leilão, serão de exclusiva responsabilidade do arrematante. 5.5. Os interessados deverão cientificar-se previamente, das restrições impostas pela legislação municipal, estadual ou federal, aplicáveis ao imóvel, no tocante às restrições de uso do solo ou zoneamento, e ainda, das obrigações e dos direitos, decorrentes das convenções e especificações de condomínio, quando for o caso, às quais, estarão obrigados a respeitar, por força da arrematação do imóvel. 5.6. Os lances serão ofertados em moeda corrente nacional, obedecidas às condições deste edital. 5.7.Somente serão aceitos, lances realizados por pessoas físicas ou jurídicas, regularmente constituídas e com personalidade jurídica própria. 5.8. Os interessados, se pessoa física, deverão portar documentos para identificação (RG e CPF). Menor de 18 anos, só poderá adquirir imóvel, se emancipado ou assistido, por seu representante legal. 5.9. Se pessoa jurídica, os representantes deverão estar munidos de cópias autenticadas do CNPJ, Estatuto ou Contrato Social e alterações, onde conste, a forma de representação da empresa. 5.10. Outros documentos poderão ser solicitados pelo COMITENTE, para fins de concretização da transação. 5.11. A representação por terceiros, deverá ser feita por procuração com poderes especiais para o ato. 6. CONDIÇÃO DE PAGAMENTO 6.1. O pagamento deverá ser feito por meio de PIX/TED (Transferência Eletrônica Disponível) em conta corrente a ser indicada ou cheque de emissão do arrematante, nominal ao COMITENTE, em conformidade com a condição abaixo. 6.2. O pagamento deverá ser feito à vista, não sendo aceito parcelamento ou financiamento. 7. COMISSÃO DE LEILOEIRO 7.1.O arrematante, além do pagamento total do preço do negócio no ato da arrematação, pagará também ao LEILOEIRO, a quantia correspondente a 5% (cinco por cento), do valor total do arremate, a título de comissão. 8. FORMALIZAÇÃO: ESCRITURA. 8.1. A alienação do imóvel será formalizada por meio de Escritura pública de Venda e Compra. 8.2. O COMITENTE deverá lavrar o competente instrumento de formalização da alienação, em até 30 (trinta) dias, contados da data do leilão, conforme subitem 7.1, quando não houver pendência documental de responsabilidade do arrematante, indicada no texto do lote. 8.3. O competente Instrumento Aquisitivo será firmado com o arrematante, cujo nome constar da Ata e Recibo de Arrematação, somente admitida sua substituição, por cessão de direitos, na forma da lei, com prévia análise e aprovação por parte do COMITENTE. 8.4. OCOMITENTE se obriga a fornecer ao arrematante, ficha de matrícula do imóvel, atualizada e com negativa de ônus e alienações; comprovante de pagamento da última parcela do IPTU, sob suas responsabilidades, e, demais certidões exigidas por lei. 8.5. Serão de responsabilidade do arrematante, todas as providências e despesas necessárias, à transferência do imóvel, tais como: ITBI – Imposto de transmissão de bens imóveis, escrituras, registros, foro e laudêmio (quando for o caso), e demais taxas. A escolha do tabelião de notas, responsável pela lavratura da escritura pública, caberá exclusivamente ao COMITENTE. 9. SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO 9.1. Ocorrendo a sustação do cheque dado em pagamento, ou devolução por insuficiência de fundos, desfar-se-á a venda e o arrematante, deverá pagar 20% (vinte por cento), a título multa, sobre o valor do arremate, que será cobrado por via executiva, como dívida líquida e certa, nos termos do art. 580, do Código de Processo Civil, corrigida monetariamente, até o efetivo pagamento, sem prejuízo das perdas, danos e lucros cessantes e do Processo Criminal (art. 171, inciso VI, do Código Penal). 9.2. A falta de utilização pelo COMITENTE, de quaisquer direitos ou faculdades, que lhes concede a lei e este edital, importa não em renúncia, mas em mera tolerância ou reserva, para fazê-los prevalecer, em qualquer outro momento ou oportunidade. 10. DISPOSIÇÕES GERAIS 10.1. A posse direta ou indireta do imóvel será transmitida ao arrematante, depois de liquidado o pagamento total do preço do negócio e assinatura do instrumento aquisitivo. 10.2. Todas as despesas e encargos, de qualquer natureza, relativas a eventuais pendências ou ônus, administrativos ou judiciais, necessárias para a liberação ou desocupação dos imóveis, quando for o caso, correrá por conta do arrematante. 10.3. Eventuais pedidos de esclarecimento deverão ser solicitados pelo tel. - (11) 2741-9515, ou por escrito, via e-mail – contato@leiloesgold.com.br, ao leiloeiro, sediado à Rua Peixoto Werneck, 330, Arthur Alvim, São Paulo/SP, CEP: 03568-060. 10.4. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n.º 22.427 de 1.º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7907-775B-59CC-52BA.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 15/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7907-775B-59CC-52BA.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/7907-775B-59CC-52BA ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7907-775B-59CC-52BA

Hash do Documento

C147F1906831328CC8D9E06C4D4213240F915E84EEE47CCAB1028728F847F7FC

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 15/04/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 15/04/2023 05:40 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

BrD Holding S.A.

CNPJ/ME nº 31.507.584/0001-10

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Em milhares de Reais)

	Notas	Individual 2022	Individual 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.035	743	3.119	2.412
Contas a receber	4	-	-	156	585
Direitos creditórios	6	-	-	2.436	3.370
Adiantamentos para aquisição de cessões de crédito	7	-	-	81	1.763
Outros créditos		-	1	336	177
Outros ativos	8	4	-	1.290	3.387
Total do ativo circulante		**1.039**	**744**	**7.418**	**11.694**
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	5	36.079	17.656	36.104	12.681
Outros ativos	8	-	-	4.321	-
Ativos não circulantes mantidos para venda		-	-	5.560	3.981
Depósitos judiciais		-	-	10	10
Cauções e fianças		-	-	3	3
Investimentos	9	2.839	3.756	10	10
Imobilizado	10	-	-	748	796
Intangível	11	-	-	-	477
Total do ativo não circulante		**38.918**	**21.412**	**46.756**	**17.958**
Total do ativo		**39.957**	**22.156**	**54.174**	**29.652**

	Notas	Individual 2022	Individual 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Empréstimos a pagar	12	-	-	819	-
Debêntures a pagar	13	2.095	-	4.142	2.750
Fornecedores		-	7	51	75
Obrigações trabalhistas		-	-	306	300
Obrigações tributárias	14	-	4	1.188	435
Obrigações a pagar pela aquisição de cessões de crédito		-	-	-	51
Contas a pagar		-	185	389	261
Débitos com participantes em sociedades em conta de participação (SCPs)	24	-	-	315	-
Adiantamento de clientes		-	-	6	-
Total do passivo circulante		**2.095**	**196**	**7.216**	**3.872**
Passivo não circulante					
Empréstimos a pagar	12	-	-	2.613	2.311
Adiantamento por venda de debêntures		-	-	-	81
Debêntures a pagar	13	23.200	10.136	28.200	12.805
Partes relacionadas	15	-	4.317	-	4.317
Provisão para perdas com investimentos		-	2.815	-	-
Débitos com participantes em sociedades em conta de participação (SCPs)	24	-	-	1.483	1.574
Tributos diferidos	23.2	2.400	-	2.400	-
Total do passivo não circulante		**25.600**	**17.268**	**34.696**	**21.088**
Patrimônio líquido					
Capital social	16.a	8.000	8.000	8.000	8.000
Reserva de legal		213	-	213	-
Reserva de lucros		4.049	-	4.049	-
Patrimônio líquido		**12.262**	**8.000**	**12.262**	**8.000**
(-) Lucros distribuídos por antecipação	16.d	-	(3.308)	-	(3.308)
Total do patrimônio líquido ajustado		**12.262**	**4.692**	**12.262**	**4.692**
Total do passivo e patrimônio líquido		**39.957**	**22.156**	**54.174**	**29.652**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando expressamente mencionado)

	Notas	Individual 2022	Individual 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita líquida	17	179	-	15.155	10.159
Custos	18	-	-	(1.953)	(1.950)
Lucro bruto		**179**	**-**	**13.202**	**8.209**
(Despesas) e receitas operacionais					
Despesas gerais, administrativas e comerciais	19	(47)	(268)	(9.439)	(9.426)
Resultado de equivalência patrimonial	9.2	1.898	(1.070)	51	-
Outras receitas e (despesas) operacionais, líquidas	20	441	-	478	2.534
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**2.471**	**(1.338)**	**4.292**	**1.317**
Despesas financeiras	21.1	(3.018)	(1.385)	(3.863)	(2.237)
Receitas financeiras	21.2	11.990	9.876	12.266	9.963
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**11.443**	**7.153**	**12.695**	**9.043**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	23.1	(21)	(3)	(1.044)	(1.480)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	23.2	(2.400)	-	(2.400)	-
Lucro líquido do exercício		**9.022**	**7.150**	**9.251**	**7.563**
Participação de terceiros em sociedades em conta de participação (SCPs)		-	-	(229)	(413)
Lucro líquido dos controladores		**9.022**	**7.150**	**9.022**	**7.150**
Lucro líquido por ação - em Reais (R$)		**1,128**	**0,894**		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Em milhares de Reais)

	Individual 2022	Individual 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Lucro líquido do exercício	**9.022**	**7.150**	**9.251**	**7.563**
Participação de terceiros em sociedades em conta de participação (SCPs)	-	-	(229)	(413)
Lucro líquido dos controladores	**9.022**	**7.150**	**9.022**	**7.150**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**9.022**	**7.150**	**9.022**	**7.150**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Em milhares de Reais)

	Individual 2022	Individual 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Das atividades operacionais:				
Resultado do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	11.443	7.153	12.695	9.043
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais				
Depreciação	-	-	34	37
Custo líquido na baixa de ativo imobilizado	-	-	-	14
Resultado da equivalência patrimonial	1.898	1.070	-	-
Juros sobre debêntures	1.959	136	2.554	1.388
Reversão para contingências	-	-	73	-
Reversão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(141)	-
(Reversão)/Provisão e perda para créditos de liquidação duvidosa de direitos creditórios	-	-	495	(1.258)
	15.300	**8.359**	**15.710**	**9.224**
Aumento/(Redução) nos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber	-	-	570	152
Direitos creditórios	-	-	439	6.540
Adiantamentos para aquisição de cessões de crédito	-	-	1.682	1.244
Outros créditos	1	(1)	(159)	(77)
Outros Ativos	(4)	-	(2.224)	(1.113)
Títulos e valores mobiliários	(18.423)	(14.090)	(23.423)	(9.090)
Ativo não circulante mantido para venda	-	-	(1.579)	347
Fornecedores	(7)	7	(24)	(898)
Obrigações trabalhistas	-	-	6	237
Obrigações tributárias	(4)	4	753	(369)
Obrigações a pagar pela aquisição de cessões de crédito	-	-	(124)	(790)
Contas a pagar	(185)	185	128	217
Adiantamento de venda de debêntures	-	-	(81)	(1.804)
Dividendos a pagar	-	(907)	-	(907)
Adiantamento de cliente	-	-	6	-
Caixa proveniente das/(aplicado nas) operações	**(3.322)**	**(6.443)**	**(8.320)**	**2.913**
Imposto de renda e contribuição social	(21)	(3)	(1.044)	(1.480)
Caixa líquido proveniente das/(aplicado nas) atividades operacionais	**(3.343)**	**(6.446)**	**(9.364)**	**1.433**
Das atividades de investimento:				
Imobilizado	-	-	14	(15)
Intangível	-	-	477	(470)
Investimentos	(3.796)	440	-	19
Caixa líquido proveniente das/(aplicado nas) atividades de investimento	**(3.796)**	**440**	**491**	**(466)**
Das atividades de financiamento:				
Empréstimos e financiamentos	-	(3.072)	1.121	(2.332)
Debêntures a pagar	13.200	10.000	14.233	3.464
Distribuição de lucros	(1.452)	-	(1.452)	-
Distribuição de lucros por antecipação	-	(2.301)	-	(2.301)
Partes relacionadas a pagar	(4.317)	1.209	(4.317)	1.209
Débitos com participantes em sociedades em conta de participação (SCPs)	-	-	(5)	(836)
Caixa líquido proveniente das/(aplicado nas) atividades de financiamento	**7.431**	**5.836**	**9.580**	**(796)**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**292**	**(170)**	**707**	**171**
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	743	913	2.412	2.241
No final do exercício	1.035	743	3.119	2.412
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**292**	**(170)**	**707**	**171**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Lucros acumulados	Patrimônio líquido	Antecipação de distribuição de lucro	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Não auditado)	**7.050**	**-**	**-**	**(4.509)**	**-**	**2.541**	**(2.698)**	**(157)**
Resultado do exercício	-	-	-	-	7.150	7.150	-	7.150
Absorção de prejuízos	-	-	-	4.509	(4.509)	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	950	-	(950)	-	-	-
Aumento de capital	950	-	(950)	-	-	-	-	-
Absorção distribuição antecipada de lucros	-	-	-	-	(1.691)	(1.691)	1.691	-
Antecipação de distribuição de lucros	-	-	-	-	-	-	(2.301)	(2.301)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**8.000**	**-**	**-**	**-**	**-**	**8.000**	**(3.308)**	**4.692**
Resultado do exercício	-	-	-	-	9.022	9.022	-	9.022
Absorção distribuição antecipada de lucros	-	-	-	-	(3.308)	(3.308)	3.308	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(1.452)	(1.452)	-	(1.452)
Constituição de reservas	-	213	4.049	-	(4.262)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**8.000**	**213**	**4.049**	**-**	**-**	**12.262**	**-**	**12.262**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **BrD Holding S.A. ("Companhia" ou "Controladora")**, foi constituída em 14 de setembro de 2018, inicialmente como empresa Ltda. e transformada posteriormente em S.A., atua como *Holding* de instituições não-financeiras, com objetivo de participação em outras sociedades, a gestão e a administração das sociedades em que participa e a compra e venda de outras sociedades, quer sejam de responsabilidade limitada ou sociedades anônimas.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a Companhia participava diretamente nas seguintes empresas sob as quais a gestão e o controle não são compartilhados:

Controladas	Direta 2022	Direta 2021	Direta + indireta 2022	Direta + indireta 2021
	% de participação			
BrD - Brasil Distressed Consultoria Empresarial Ltda. **(a)**	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BrD Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. **(b)**	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Go4iit Fintech Consultoria e Serviços Ltda. **(c)**	-	99,999%	-	99,999%
SCP - 30.129.913/0001-73 **(d)**	-	-	-	25,00%
SCP - 36.062.015/0001-21 **(e)**	-	-	77,14%	30,00%

(a) BrD - Brasil Distressed Consultoria Empresarial Ltda.
A Sociedade tem por objeto social: Atuar na prestação de serviços de assessoria e consultoria em operações de aquisição e recuperação de créditos, na comercialização, manutenção e recuperação de títulos e/ou contratos vencidos e não pagos (direitos creditórios de liquidação duvidosa), na aquisição de créditos de outras empresas para detenção própria e nas atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, para pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou estrangeiras, exceto imobiliários.

(b) BrD Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
A Sociedade tem por objeto social: i) A aquisição e securitizações de créditos exclusivamente oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de créditos imobiliários, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades de créditos, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias; a emissão e colocação, privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitando os trâmites da legislação aplicável; a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados *à* operação de securitização de créditos supracitada; e a realização de operações de *hedge* em mercados derivativos visando a cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

(c) Go4iit Fintech Consultoria e Serviços Ltda.
A Sociedade tem por objeto social: i) A intermediação de negócios relacionados à operação de obtenção de crédito representação em geral, por sua conta própria e ou terceiros a promoção de negócios, pesquisas e informação cadastrais, a prestação de serviços de aprovação de crédito, serviços de cobrança e atendimento a clientes, recebimento de prestação e controles operacionais e gerenciamento de carteiras em cobrança, desenvolvimento, compras, vendas e locação de sistemas de crédito e sistemas de cobrança em seu próprio nome e/ou de terceiros, o estabelecimento de acordos, convênios e contratos com estabelecimentos comerciais, industriais, instituições financeiras, entidades de classe, sindicatos e cooperativas, prestação de serviços de informação, promoções e cadastramento de clientes, *telemarketing*, gestão de base de dados, manuseio e envio de correspondências relacionadas as operações de crédito, prestação de serviços em treinamentos e seminários sobre atividade e serviços de crédito e cobrança, vender comprar e locar equipamentos, produtos e bens em nome próprio e de terceiros relacionados a operações de crédito, prestação de serviços de consultoria de negócios (incluindo, mas não se limitando ao desenvolvimento de projetos imobiliários a terceiros), o desenvolvimento de *software* sob encomenda, consultoria em tecnologia da informação, suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação. Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na *internet*, consultoria em gestão empresarial, treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial. Em 2022 foi concretizada a venda da Go4iit Fintech Consultoria e Serviços Ltda. para a empresa BRD Capital, dessa forma suas operações deixaram de ser consolidadas na BrD Holding S.A. a partir do exercício de 2022.

(d) Sociedades em Conta de Participação (SCP)
As Sociedades em Conta de Participação (SCPs) possuem por objeto social:
- **i)** Comercialização, manutenção e recuperação de títulos e/ou contratos vencidos e não pagos de direitos creditórios de liquidação duvidosa;
- **ii)** Prestação de serviços de assessoria e consultoria em operações de aquisição e recuperação de créditos;
- **iii)** Aquisição de créditos de outras empresas para detenção própria;
- **iv)** Administração de bens próprios;
- **v)** Participação em outras sociedades, sejam essas simples ou empresárias, nacionais ou estrangeiras; e
- **vi)** Realização de atividades acessórias às anteriormente mencionadas.

(e) Baixa de investimento por encerramento de empresa
A SCP - 36.062.015/0001-21 encerrou suas atividades em 19 de dezembro de 2022, mediante Distrato da sociedade. Os saldos patrimoniais foram repassados a sócia ostensiva sua Controladora e acordado valores de pagamento aos minoritários a serem liquidados no decorrer do ano de 2023.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Autorização
As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração da Companhia em 11 de abril de 2023.

2.2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e principais práticas contábeis
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores.
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.
As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em prazo não superior a um ano.
As práticas contábeis são consistentemente aplicadas em todas as empresas consolidadas.
Nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminadas as contas correntes, as receitas e despesas entre as sociedades consolidadas e os resultados não realizados, bem como os investimentos, sendo destacada a participação de não controladores, conforme CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas.

2.3. Apuração do resultado
A receita com serviços prestados e com a cessão de créditos é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que a Companhia espera ter direito em troca da transferência dos serviços para os clientes. Os demais resultados das operações (outras receitas, custos e despesas) são apurados em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.
Adicionalmente, no balanço individual a receita da empresa se origina dos resultados com equivalência patrimonial oriundos das sociedades investidas e dos ganhos com juros em negociações de investimentos.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa
Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.5. Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários são apresentados pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

2.6. Direitos creditórios
Os direitos creditórios são classificados nos seguintes grupos:
- **a) Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios:** Quando a Companhia adquire e assume substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente; e
- **b) Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios:** Quando a Companhia não adquire e não assume substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando a baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A metodologia utilizada para a classificação dos direitos creditórios leva em consideração o nível de exposição da Companhia à variação no fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório objeto da operação. Quando a exposição à variação no fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório objeto da operação for relevante, presume-se que a Companhia adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório. A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.
Quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais e esses valores devidos se tornam superiores aos valores estimados a serem realizados, é constituída provisão para perdas de crédito ou a efetiva baixa em montantes considerados suficientes para a cobertura da diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.7. Imobilizado
Está demonstrado pelo seu custo histórico, que contempla todos os gastos necessários incorridos na aquisição dos bens. A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas variáveis, levando-se em conta a vida útil estimada dos bens.
Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.8. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)
A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.9. Investimentos
Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e os efeitos são reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

2.10. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)
Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.
Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

2.11. Ativos e passivos contingentes
As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes:
- **a) Ativos contingentes:** São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa; e
- **b) Passivos contingentes:** São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados.

2.12. Lucro/(Prejuízo) por ação
O lucro/(prejuízo) por ação é calculado com base na quantidade de ações existentes na data de encerramento dos balanços.

2.13. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente
A Companhia e as controladas, exceto as empresas BrD Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. e BrD - Brasil Distressed Consultoria Empresarial Ltda., optaram pelo regime de tributação do lucro presumido, onde a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social são calculadas a razão de 32% (prestação de serviços e locações) e 100% sobre as demais receitas, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição. As alíquotas regulares de PIS e Cofins, nestes casos, são de 0,65% e 3,00%, respectivamente.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as controladas BrD Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros e BrD - Brasil Distressed Consultoria Empresarial Ltda., estavam submetidas ao regime de lucro real.

2.14. Instrumentos financeiros
Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias:
- **(i)** Custo amortizado;
- **(ii)** Valor justo por meio do resultado; e
- **(iii)** Valor justo por meio do resultado abrangente.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 são de liquidez imediata, remuneradas a taxas que variam entre 70% e 101% do CDI.

4. CONTAS A RECEBER

As contas a receber são basicamente decorrentes da prestação de serviços e pela venda de bens recebidos em decorrência da execução de garantias.
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não existiam títulos vencidos e por esse motivo a Companhia não espera perdas com as suas contas a receber.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E ADIANTAMENTO DE VENDA DE DEBÊNTURES

5.1. Composição da carteira
Os títulos e valores mobiliários estão assim apresentados:

i) Em 31 de dezembro de 2022

Descrição	Individual	Consolidado
Título de capitalização - Banco Bradesco S.A.	-	25
Cotas de Fundos - Nanban Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados **(a)**	36.079	36.079
	36.079	**36.104**

ii) Em 31 de dezembro 2021

Descrição	Individual	Consolidado
Título de capitalização - Banco Bradesco S.A.	-	25
Cotas de Fundos - Nanban Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados **(a)**	12.656	12.656
BrD Companhia Securitizadora de Créditos Financeiro - Debêntures Araucária - 2ª Série **(b)**	5.000	-
	17.656	**12.681**

(a) Refere-se a investimento direto em cotas do Fundo Nanban Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados ("Fundo"). O Fundo investe na aquisição de direitos creditórios que estejam vencidos e pendentes de pagamento, assumindo todos os riscos e benefícios sobre esses créditos. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 do Fundo foram examinadas por auditores independentes, cujo relatório de auditoria foi emitido em 30 de março de 2023, com modificação, contendo ressalva decorrente do Fundo ter registrado a valor justo Imóveis Recebidos em Dação de Pagamento superavaliando o seu ativo, patrimônio líquido e resultado do exercício no montante de R$ 7.124, e ênfase quanto ao valor de realização dos direitos creditórios que são registrados inicialmente ao custo de aquisição, acrescidos de juros calculados com base na taxa interna de retorno dos contratos, pelo critério "*pro rata temporis*", e cujos valores quando efetivamente realizados, poderão ser diferentes dos estimados em 31 de dezembro de 2022.
A estratégia da Administração da Companhia, quanto a realização do Fundo, não inclui, no curto e médio prazo, o resgate de suas cotas, as quais deverão ser mantidas como investimento de longo prazo pela Companhia.

O balanço patrimonial e resultado do exercício do Fundo, são abaixo apresentados:

Ativo	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	**-**	**1**
Disponibilidades	-	1
Cotas de fundos de investimento	**5.041**	**1.476**
Santander RF Ref DI Títulos PUB Premium FC FI	3.008	1.476
ID Renda Fixa LP FIC FI	94	-
Nanban II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados	1.939	-
Direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios	**23.033**	**11.204**
Direitos creditórios a vencer	14.443	11.863
Direitos creditórios vencidos	10.046	14
(-) Provisão para perdas por redução no valor recuperável	(1.456)	(673)
Imóveis recebidos em dação de pagamento	8.030	-
Total do ativo	**36.104**	**12.681**
Passivo		
Valores a pagar	**25**	**25**
Taxa de administração	15	15
Taxa de gestão	10	10
Total do passivo	**25**	**25**
Patrimônio líquido	**36.079**	**12.656**
Total do passivo e patrimônio líquido	**36.104**	**12.681**

Composição do resultado do exercício/períodos	01/01/2022 a 31/12/2022	17/07/2021 a 31/12/2021	01/01/2021 a 16/07/2021
Direitos creditórios	**16.285**	**1.092**	**9.514**
Reconhecimento de ganhos	9.945	1.765	9.514
Resultado nas negociações	7.124	-	-
Provisão para perdas por redução no valor recuperável	(783)	(673)	-
Operações compromissadas			
Receitas	-	-	55
Títulos públicos federais			
Ajuste a valor justo	-	(135)	-
Cotas de fundos de investimentos			
Reconhecimento de ganhos	161	115	-
Demais despesas	**(5.473)**	**(839)**	**(612)**
Despesa de cobrança	(3.960)	(550)	(372)
Despesas advocatícias	(583)	(161)	(32)
Despesas com manutenção dos ativos do fundo	(495)	-	-
Taxa de administração	(205)	(32)	(85)
Taxa de gestão	(141)	(44)	(32)
Despesas tributárias	-	(8)	(34)
Auditoria e custódia	(12)	(6)	(23)
Taxa de fiscalização CVM	(7)	(1)	(3)
Outras despesas	(71)	(37)	(31)
Resultado do exercício/períodos pertencentes aos detentores de cotas classificadas no patrimônio líquido	**10.973**	**233**	**8.957**

(b) Refere-se a 50 Debêntures de valor nominal unitário de R$ 100, totalizando R$ 5.000, que foram subscritas em 20 de novembro de 2018, as quais são provenientes da 1ª emissão de 200 debêntures simples e privadas no valor total de R$ 20.000, não conversíveis em ações, as quais foram emitidas em duas séries, da espécie subordinada, para a colocação privada pela sua controlada BrD Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros. As debêntures subscritas pela sua controlada representam a 2ª série, as quais serão recebidas após o integral adimplemento das obrigações relativas às debêntures da 1ª série, em que a Companhia não participa.
Os recursos com a emissão das Debêntures foram utilizados para a aquisição de créditos financeiros. As debêntures provenientes da 1ª série são remuneradas a 18% a.a. com vencimento em 31 de dezembro de 2023. As Debêntures da 2ª série, as quais a Companhia possui a titularidade desde 15 de dezembro de 2021 a título de cessão de sua controlada BrD - Brasil Distressed Consultoria Empresarial Ltda. para a quitação das obrigações existentes, conforme instrumento particular de dação em pagamento assinado naquela data, a Companhia fará jus a participar de 95% (noventa e cinco por cento) dos resultados financeiros positivos, se houver, da emissora com a recuperação dos créditos financeiros (remuneração da 2ª série), em conjunto com a remuneração da 1ª série. O pagamento das debêntures da 2ª série está subordinado ao pagamento integral das debêntures da 1ª série, incluídos quaisquer acessórios. O vencimento das debêntures da 2ª série ocorrerá em 31 de dezembro de 2025.

6. DIREITOS CREDITÓRIOS

Os direitos creditórios são representados por cessões de crédito, outros títulos de crédito ou instrumentos contratuais.

a) Composição de contas a receber proveniente da aquisição de direitos creditórios

Em 31 de dezembro de 2022

Descrição	Consolidado Valor contábil	Consolidado Quantidade de títulos
Direitos creditórios - Cessão	4.451	26
Total circulante	**4.451**	**26**
Provisão para perdas com créditos	(2.015)	
Direitos creditórios líquidos da provisão	**2.436**	

Em 31 de dezembro de 2021

Descrição	Consolidado Valor contábil	Consolidado Quantidade de títulos
Direitos creditórios - Cessão	5.188	32
Total circulante	**5.188**	**32**
Provisão para perdas com créditos	(1.818)	
Direitos creditórios líquidos da provisão	**3.370**	

b) Custódia da documentação dos direitos creditórios
A guarda física das vias originais dos documentos comprobatórios, na qualidade de fiéis depositárias, é de responsabilidade das suas controladas.

continua...

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código AEFA-29E0-6D3A-A381.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 15/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código AEFA-29E0-6D3A-A381.

...continuação

BrD Holding S.A.

CNPJ/ME nº 31.507.584/0001-10

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Precificação dos direitos creditórios

Os direitos creditórios das suas controladas são registrados pelo valor de custo, acrescidos de seus eventuais rendimentos quando aplicável, os quais consideram o valor de aquisição, vencimento e prazos para o recebimento.

As suas controladas considerando condições específicas dos trâmites de negociação registra provisão para perdas com créditos para fazer face às eventuais perdas decorrentes da aquisição desses títulos.

d) Classificação

Estão classificados como direitos creditórios as carteiras de créditos adquiridas no mercado financeiro referentes às operações de crédito realizadas pelos cedentes junto a seus clientes.

e) Transferência dos riscos e benefícios de propriedade dos direitos creditórios

Os direitos creditórios foram adquiridos pelas suas controladas em caráter definitivo, irrevogável e irretratável, sem coobrigação do cedente ou qualquer mecanismo de recompra dos créditos. Destaque-se que as suas controladas fazem uma avaliação criteriosa dos direitos creditórios antes de qualquer aquisição.

f) Direitos de regresso dos direitos creditórios

As suas controladas possuem direito de regresso dos direitos creditórios contra os Cedentes nos casos de não conformidade dos créditos cedidos. Enquadravam-se no direito de regresso os casos de fraude, inexistência do crédito, liquidação do crédito antes da cessão e demais situações previstas nos contratos de cessão.

7. ADIANTAMENTOS E OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA AQUISIÇÃO DE CESSÕES DE CRÉDITO

Os adiantamentos para a aquisição de cessão de créditos são efetuados com o objetivo de assegurar a compra da carteira de direitos creditórios antes da aquisição definitiva dos títulos.

As obrigações a pagar pela aquisição de cessões de crédito são provenientes de direitos creditórios adquiridos dos cedentes, mas que ainda se encontram em fase de liquidação.

Os ativos são registrados pelo custo, que consideram o valor de aquisição dos títulos que deram origem a esses bens e/ou os valores de transmissão, e são ajustados ao valor de realização, quando aplicável.

8. OUTROS ATIVOS

Refere-se a imóveis recebidos como parte de pagamento de direitos creditórios;

Impostos a recuperar referem-se substancialmente ao imposto de renda retido na fonte de aplicações financeiras.

9. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA

Os saldos e as informações dos investimentos mantidos pela controladora estão detalhados a seguir:

9.1. Principais informações sobre as participações societárias permanentes

Controlada	% - Participação		Patrimônio líquido		Resultado do exercício	
Investida	2022	2021	2022	2021	2022	2021
BrD - Brasil Distressed Consultoria Empresarial Ltda.	100,00%	100,00%	2.396	3.756	(1.360)	(1.682)
BrD - Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	100,00%	100,00%	443	(2.562)	3.005	1.260
Go4iit Fintech Consultoria e Serviços Ltda.	-	99,999%	-	(253)	-	(648)

9.2. Composição dos investimentos

2022 Controladora	2021	Aumento/ (redução) de capital	Lucros distri- buídos	Equiva- lência patrimonial	2022
					Individual
BrD - Brasil Distressed Consultoria Empresarial Ltda.	3.756	-	-	(1.360)	2.396
BrD - Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	-	-	-	443	443
Total de participações societárias	**3.756**	**-**	**-**	**(917)**	**2.839**
Investimentos (ativo)	**3.756**	**-**	**-**	**(917)**	**2.839**
BrD - Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	(2.562)	-	-	2.562	-
Go4iit Fintech Consultoria e Serviços Ltda.	(253)	-	-	253	-
Total de provisão para perdas com investimentos	**(2.815)**	**-**	**-**	**2.815**	**-**
Total de investimento líquido	**941**	**-**	**-**	**1.898**	**2.839**

2021 Controladora	2020 (Não auditado)	Aumento/ (redução) de capital	Lucros distri- buídos	Equiva- lência patrimonial	2021
					Individual
BrD - Brasil Distressed Consultoria Empresarial Ltda.	6.028	-	(590)	(1.682)	3.756
Go4iit Fintech Consultoria e Serviços Ltda.	245	150	-	(395)	-
Total de participações societárias	**6.273**	**150**	**(590)**	**(2.077)**	**3.756**
Investimentos (ativo)	**6.273**	**150**	**(590)**	**(2.077)**	**3.756**
BrD - Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	(3.822)	-	-	1.260	(2.562)
Go4iit Fintech Consultoria e Serviços Ltda.	-	-	-	(253)	(253)
Total de provisão para perdas com investimentos	**(3.822)**	**-**	**-**	**1.007**	**(2.815)**
Total de investimento líquido	**2.451**	**150**	**(590)**	**(1.070)**	**941**

	Consolidado	
	2022	2021
Obras de arte	10	10
	10	**10**

10. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está assim apresentado:

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Consolidado 2022 Líquido	2021 Líquido
Móveis e utensílios (GO4IIT)	10%	-	14
Imóveis **(i)**	4%	748	782
Consolidado		**748**	**796**

(i) Refere-se aos imóveis (3 salas comerciais) utilizados na integralização de R$ 850 do capital social da BrD Securitizadora, em 02 de dezembro de 2019, conforme laudo de avaliação emitido pela empresa especializada Galache Engenharia em 22 de novembro de 2019. Atualmente os imóveis são utilizados para o desenvolvimento das atividades sociais da Controladora e de suas controladas.

a) Movimentação do custo

Consolidado	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Imóveis	850	-	-	850
Total do custo	**850**	**-**	**-**	**850**

b) Movimentação da depreciação acumulada

Consolidado	% - Taxa de depreciação a.a.	Saldo inicial	Encargos com depreciação	Baixas	Saldo final
Imóveis	4%	(68)	(34)	-	(102)
Total da depreciação		**(68)**	**(34)**	**-**	**(102)**

11. INTANGÍVEL

	% - Taxa média anual de amortização	2022	2021
Ativo em desenvolvimento (GO4IIT)	-	-	477
Intangível líquido		**-**	**477**

12. EMPRÉSTIMOS A PAGAR

	% - Taxa de Juros	Consolidado 2022	2021	Vencimentos
Pessoas físicas a terceiros	Juros de 1% a 16% a.a.	819	-	Até 360 dias
Pessoas físicas a terceiros	Juros de 1% a 16% a.a.	2.613	2.311	Superior a 360 dias
		3.432	**2.311**	
Circulante		**819**	**-**	
Não circulante		**2.613**	**2.311**	

Os empréstimos, concedidos na forma de mútuos, possuem cláusulas contratuais específicas para a liquidação antecipada, onde em 31 de dezembro de 2022 as suas controladas encontravam-se adimplente, sendo que não possuem garantias reais.

13. DEBÊNTURES A PAGAR

Referem-se às operações de captação de recursos no mercado financeiro, através de títulos de emissão da própria Companhia e de sua controlada BrD Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. A emissão pela BrD Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. foi realizada em 13 de novembro de 2018 em duas séries da espécie subordinada, não conversíveis, para colocação privada seguindo o disposto na Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedade Anônimas") e as condições estabelecidas pela Resolução nº 2.686 do Conselho Monetário Nacional. São objeto de colocação privada e não foram registradas na B3 (Bolsa, Balcão, Brasil). Em 31 de março de 2020 em reunião dos debenturistas foi decidido pelo desmembramento das debêntures da 1ª Série em mais 8 novas séries, portanto totalizando 9 Séries ("debêntures seniores"). A emissão pela BrD Holding S.A. foi realizada em 16 de novembro de 2021 por meio de escritura particular da 1ª emissão de debentures conversíveis em ações preferenciais, em série única, da espécie subordinada, para colocação privada. Os saldos das debêntures são compostos como segue:

	Individual		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Bonne Affaire Plus **(a)**	23.200	10.000	23.200	10.000
Juros Bonne Affaire Plus **(a)**	2.095	136	2.095	136
Debêntures da 1ª, 3ª a 10ª Séries com Garantia Real **(b)**	-	-	2.669	8.871
Debêntures da 2ª Série **(c)**	-	-	5.000	-
Amortização das debêntures com Garantia Real **(b)**	-	-	(2.669)	(6.202)
Juros a pagar das Debêntures das Séries com Garantia Real **(b)**	-	-	2.047	2.750
	25.295	**10.136**	**32.342**	**15.555**
Circulante	**2.095**	**-**	**4.142**	**2.750**
Não circulante	**23.200**	**10.136**	**28.200**	**12.805**

(a) Debênture Bonne Affaire Plus

Em 16 de novembro de 2021 foi emitida a escritura particular da emissão de debêntures conversíveis em ações preferenciais em série única da espécie subordinada para colocação privada da Companhia. O valor total da emissão foi de R$ 30.000 (trinta milhões de Reais) em serie única equivalendo a quantidade de 3.000 mil debêntures, cujo montante captado em 31 de dezembro de 2022 no montante de R$ 13.500 (Em 2021 - R$ 10.000). Os recursos captados por meio da emissão serão utilizados para pagamento do custo da emissão, expansão da carteira de crédito das controladas e veículos de investimento da emissora (se houver), estruturação da emissora, suas controladas e veículo de investimento e amortização de endividamento da emissora e suas controladas inclusive com partes relacionadas, entre outros. O vencimento das Debêntures ocorrerá em 31 de março de 2027 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado ou resgate total das Debêntures.

A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a juros correspondentes à 12% (doze por cento) ao ano-base 360 (trezentos e sessenta) dias ("Remuneração"), calculados sob o regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Corridos. Além da Remuneração prevista acima, as Debêntures farão jus ainda a correção do Valor Nominal Unitário pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo-Especial ("IPCA-E") ou qualquer outro índice oficial que venha a substituí-lo, entre 01 de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2026, acrescido de 6% (seis por cento) ao ano e deduzido o valor da Remuneração paga até 31 de dezembro de 2026 ("Correção").

(b) Debêntures Subordinadas da 1ª, 3ª a 10ª série

Em 13 de novembro de 2018, a Companhia emitiu 150 (cento e cinquenta) debêntures simples, não conversíveis em ações, da 1ª Série, para distribuição privada de colocação no valor unitário de R$ 100, com vencimento final em 31 de dezembro de 2023, sem amortizações intermediárias do valor principal, e remuneração de juros correspondente a 18% (dezoito por cento) ao ano, base 360 dias. Em 31 de março de 2020, a Companhia aditou as debêntures da 1ª Série desmembrando em oito nove séries, totalizando 9 séries das debêntures subordinadas de garantia geral. Este desmembramento teve como objetivo de unificar o período de apuração dos juros por série, visto que havia datas diversas de subscrições na 1ª Série, logo cada data de subscrição originou uma nova série. O saldo das debêntures integralizadas em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 15.000.

As referidas debêntures possuem garantia real de cessão fiduciária dos créditos financeiros para o pagamento integral e pontual das obrigações da Companhia com os debenturistas das 1ª, 3ª a 10ª Série, além dos valores existentes ou a serem depositados e/ou creditados na conta centralizadora, conta corrente onde os pagamentos dos créditos financeiros são depositados.

As subscrições ocorreram nas seguintes datas e montantes:

Data de subscrição	Quantidade de debêntures subscrita	Preço unitário de subscrição	Valor Total de Subscrição - R$
20/11/2018	38	100	3.800
01/03/2019	19	100	1.900
17/04/2019	20	100	2.000
31/05/2019	5	100	500
23/07/2019	17	100	1.700
31/07/2019	15	100	1.500
31/07/2019	15	100	1.500
20/09/2019	1	100	100
30/09/2019	20	100	2.000
Total	**150**		**15.000**

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foram realizadas amortizações extraordinárias de forma mensal das debêntures subordinadas das Séries 1ª, 3ª a 10ª Séries, como segue:

Período de apuração	Data de amortização	Saldo a amortizar	% de amortização	Valor amortizado principal	Valor amortizado juros
					2022
31/12/2021	10/01/2022	5.481	6,99%	107	276
31/01/2022	10/02/2022	5.172	6,12%	55	261
28/02/2022	10/03/2022	4.921	8,19%	17	387
31/03/2022	11/04/2022	4.584	20,23%	-	927
30/04/2022	10/05/2022	3.712	2,95%	-	109
31/05/2022	10/06/2022	3.655	3,34%	2.490	122
30/06/2022	08/07/2022	3.583	6,16%	-	221
31/07/2022	10/08/2022	3.411	1,51%	-	52
31/07/2022	16/08/2022	3.375	8,00%	-	270
30/09/2022	10/10/2022	3.179	35,35%	-	1.124
31/10/2022	10/11/2022	2.090	4,77%	-	99
Total				**2.669**	**3.848**

Período de apuração	Data de amortização	Saldo a amortizar	% de amortização	Valor amortizado principal	Valor amortizado juros
					2021
31/12/2020	11/01/2021	10.703	2,40%	257	-
31/01/2021	10/02/2021	10.597	1,85%	196	-
28/02/2021	10/03/2021	10.537	8,40%	885	-
31/03/2021	12/04/2021	9.794	11,21%	1.098	-
30/04/2021	07/05/2021	8.823	4,55%	401	-
31/05/2021	10/06/2021	8.544	7,41%	633	-
30/06/2021	12/07/2021	8.023	3,96%	318	-
31/07/2021	10/08/2021	7.818	5,17%	404	-
31/08/2021	10/09/2021	7.522	4,75%	357	-
30/09/2021	11/10/2021	7.267	5,37%	390	-
31/10/2021	10/11/2021	6.977	11,80%	823	-
30/11/2021	10/12/2021	6.243	3,94%	165	81
30/11/2021	20/12/2021	6.026	9,97%	275	326
Total				**6.202**	**407**

Desta forma, está apresentado abaixo o saldo de juros, das debêntures integralizadas em 31 de dezembro de 2022:

Série	Valor
1ª Série	560
3ª Série	267
4ª Série	275
5ª Série	67
6ª Série	223
7ª Série	196
8ª Série	192
9ª Série	13
10ª Série	254
	2.047

Em 31 de dezembro de 2022 estavam apropriados juros de R$ 2.047 (Em 2021 - R$ 2.750) e deverão ser pagos após a liquidação dos valores nominais das debêntures conforme deliberação do Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão de 31 de março de 2020 e estarão condicionados a realização dos créditos financeiros adquiridos pela Companhia e vinculados à emissão. Caso a realização dos créditos financeiros não seja suficiente para o pagamento dos juros, os mesmos serão incorporados ao valor nominal unitário das debêntures de garantia real como realizado em função do Primeiro Aditamento Escritura de Emissão de 31 de março de 2020. As Debêntures da 2ª Série farão jus a 95% (noventa e cinco por cento) dos resultados financeiros positivos da Companhia, se houver, após o adimplemento integral das obrigações das debêntures de garantia real (1ª, 3ª a 10ª Série).

(c) Debêntures Subordinadas da 2ª Série

Em 13 de novembro de 2018, a Companhia emitiu 50 (cinquenta) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da 2ª Série, para distribuição privada de colocação no valor unitário de R$ 100, com vencimento final em 31 de dezembro de 2025, sem amortizações intermediárias do valor principal, e remuneração correspondente a 95% (noventa e cinco por cento) dos resultados financeiros positivos da Companhia, se houver, após o adimplemento integral das obrigações das Debêntures da 1ª Série. O Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão não fez qualquer alteração em relação a essa série. O saldo das debêntures integralizadas em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 5.000.

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Individual		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
IRPJ a pagar	-	-	718	186
Contribuição social a pagar	-	-	269	75
IRRF a recolher	-	1	46	110
Cofins a pagar	-	-	82	14
PIS a pagar	-	-	16	3
Retenção PIS/Cofins/CSLL	-	3	10	26
ISS a pagar	-	-	43	21
Outras obrigações tributárias	-	-	4	-
	-	**4**	**1.188**	**435**

15. PARTES RELACIONADAS

Os valores aportados pelos sócios para custeio das operações foram classificados como mútuos e registrados na rubrica "Partes relacionadas". No decorrer do ano de 2022 as operações foram liquidadas.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social totalmente subscrito e integralizado pelos acionistas pessoas físicas, é de R$ 8.000, dividido em 8.000.000 (oito milhões) de ações ordinárias sem valor nominal.

Durante o exercício de 2021 a Companhia, inicialmente constituída como empresa Ltda., foi transformada em S.A.

b) Aumento de capital

Conforme 3º alteração contratual registrada em 27 de novembro de 2021 foi deliberado o aumento de capital social no montante de R$ 950 mediante a emissão de 950.000 (novecentas e cinquenta mil) ações ordinárias, sem valor nominal, proporcionalmente distribuídas aos acionistas, mediante a incorporação parcial de reserva de lucros da Companhia.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Até o momento a empresa apresenta prejuízo acumulado e devido a isso não há registro de Reserva.

d) Distribuição de dividendos

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram distribuídos dividendos no montante de R$ 1.452.

Em 31 de dezembro de 2021 haviam sido distribuídos lucros e dividendos a título de antecipação no montante de R$ 2.301, os quais foram totalmente amortizados em 2022.

17. RECEITA LÍQUIDA

	Individual		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas de serviços prestados	-	-	9.419	4.612
Receitas de direitos creditórios	-	-	6.610	4.359
Receitas de cessão de créditos	-	-	562	1.892
Receita da venda de participações societárias	185	-	185	-
Outras receitas da carteira de direitos creditórios	-	-	50	24
(-) Impostos incidentes	(6)	-	(1.671)	(728)
	179	**-**	**15.155**	**10.159**

18. CUSTOS COM AS OPERAÇÕES

	Consolidado	
	2022	2021
Custo com cessões de crédito e direitos creditórios **(i)**	(1.162)	(1.450)
Juros sobre debêntures	(595)	(1.388)
Reversão/(Provisão) para perda de direitos creditórios	(196)	888
	(1.953)	**(1.950)**

(i) O custo com cessões de crédito e direitos creditórios se refere aos valores de aquisições dos direitos creditórios, reconhecidos no resultado proporcionalmente ao reconhecimento das receitas de cessão de crédito e direitos creditórios pelo efetivo recebimento.

19. DESPESAS GERAIS, ADMINISTRATIVAS E COMERCIAIS

	Individual		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Salários e encargos sociais	-	-	(3.617)	(3.019)
Serviços prestados por terceiros	(10)	(254)	(1.536)	(1.717)
Comissões e representações	-	-	(2.039)	(2.062)
Consultoria e assessoria técnica	(11)	-	(291)	(252)
Legais e societárias	-	-	(148)	(563)
Despesas de viagens	-	-	(116)	(101)
Aluguéis e condomínios	-	-	(82)	(66)
Depreciações e amortizações	-	-	-	(37)
Reversão/(Provisão) para perdas com créditos	-	-	-	370
Outras despesas gerais	(26)	(14)	(1.610)	(1.979)
	(47)	**(268)**	**(9.439)**	**(9.426)**

20. OUTRAS RECEITAS E (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Individual		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ganhos/(Perdas - Provisões perdas)	-	-	29	(3)
Outras receitas	-	-	9	-
Perdão de dívida mútuo	441	-	441	-
Resultado líquido com a venda de ativos	-	-	-	2.537
Complemento de contingências	-	-	-	-
(-) PIS/Cofins sobre outras receitas	-	-	(1)	-
	441	**-**	**478**	**2.534**

21. RESULTADO FINANCEIRO

21.1. Despesas financeiras

	Individual		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Juros e variações monetárias	(2.008)	(573)	(2.809)	(1.383)
Desvalorização da cota de fundos	(985)	(674)	(985)	(674)
Despesas bancárias	(1)	(2)	(37)	(44)
Juros sobre debêntures	-	(136)	-	(136)
Outras despesas financeiras	(24)	-	(32)	-
	(3.018)	**(1.385)**	**(3.863)**	**(2.237)**

21.2. Receitas financeiras

	Individual		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Rendimentos s/aplicações financeiras	30	12	314	90
Valorização da cota de fundos	11.958	9.864	11.958	9.864
Prov. rend. financeiro	2	-	(27)	-
Descontos obtidos	-	-	21	-
juros e variação monetária ativa	-	-	6	9
(-) PIS/Cofins sobre receita financeira	-	-	(6)	9
	11.990	**9.876**	**12.266**	**9.963**

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gerenciamento de risco financeiro

a) Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco operacional; e
- Risco de mercado.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, que são administradas por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* as condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos para mitigar riscos associados aos seus instrumentos financeiros e durante o exercício também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco, a não ser as operações com aquisição de direitos creditórios, oriundas de sua natureza operacional. Os resultados são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A seguir são apresentadas informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

Classificação dos instrumentos financeiros

À exceção de caixa e equivalentes de caixa que estão classificados ao valor justo por meio do resultado, os demais instrumentos financeiros ativos e passivos são classificados pelo custo amortizado.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

(i) Risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrer perdas por inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

A Companhia e suas controladas monitora a sua exposição aos riscos realização dos créditos decorrentes de ativos financeiro vinculados às operações de cessão de direitos de crédito e de direitos creditórios ilíquidos que fazem parte inerente de suas operações e, quando aplicável, realiza a melhor estimativa e provisão das possíveis perdas para essa realização.

(ii) Risco de liquidez

Considerado pela capacidade da Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas.

(iii) Risco operacional

Decorre da possibilidade de oscilação das taxas de mercado das operações da Companhia. Essas oscilações de taxas podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais, buscando antecipar-se a movimentos de taxas.

(iv) Risco de mercado

Os ativos componentes da carteira da Companhia estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo, ainda, responder a notícias específicas a respeito dos emissores dos títulos representativos desses ativos. As variações de preços dos ativos poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo, inclusive, ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Logo, não há garantia de que as taxas de juros vigentes no mercado se mantenham estáveis. Além disso, dependendo do comportamento que as taxas de juros venham a ter, os ativos integrantes da carteira da Companhia poderão sofrer oscilações significativas de preços.

23. RESULTADO DAS DESPESAS DE IRPJ E CSLL NO RESULTADO

23.1. Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social - corrente

	Individual	
	2022	2021
Resultado antes da tributação	11.443	7.153
(+/-) Efeitos de equivalência patrimonial	1.898	1.070
Base de cálculo ajustada	13.341	8.223
Alíquota fiscal vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social	(4.536)	(2.796)
Efeito de impostos sobre:		
Diferença de tributação pelo lucro presumido e do resultado com fundos ainda não tributados	4.515	2.793
Imposto de renda e contribuição social (no resultado)	**(21)**	**(3)**

	Consolidado	
	2022	2021
Resultado antes da tributação	12.695	9.043
Alíquota fiscal vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social	(4.316)	(3.075)
Efeito de impostos sobre:		
Diferença de tributação pelo lucro presumido e do resultado com fundos ainda não tributados	3.272	4.555
Imposto de renda e contribuição social (no resultado)	**(1.044)**	**(1.480)**

23.2. Imposto de renda e da contribuição social - diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, classificados no passivo não circulante no montante de R$ 2.400, referem-se à provisão dos impostos sobre as receitas, líquidas das despesas, com títulos e valores mobiliários, referente a aplicação no Fundo Nanban, que somente serão realizadas quando houver o seu efetivo resgate.

23.3. Revisão da apuração de impostos e tributos

De acordo com a legislação vigente, as operações da Companhia e de suas controladas estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais pelo prazo de cinco anos com referência aos impostos e tributos (imposto de renda, contribuição social, PIS, Cofins e ISS). Não há prazo de prescrição para o exame dos recolhimentos de contribuição previdenciária (INSS e FGTS).

Como decorrência destas revisões, transações e recolhimentos poderão ser questionados, ficando os valores identificados sujeitos a multas, juros e atualizações monetárias.

A Administração, suportada por seus assessores legais, considera que o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, bem como os demais tributos, foram devidamente recolhidos ou provisionados nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

24. DÉBITOS COM PARTICIPANTES EM SOCIEDADES EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO (SCPS)

Os montantes destacados no balanço patrimonial (passivo não circulante) (Resultado atribuído à participação de terceiros em Sociedade em conta de participação - SCPs) são compostos pelas exigibilidades e pelo resultado atribuído aos sócios ocultos das Sociedades por Conta de Participação. As exigibilidades são representadas substancialmente pelos valores a pagar aos parceiros investidores pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas, que refletem a participação desses sócios ocultos no patrimônio líquido nas SCPs, com valores de impacto indireto através da sua controlada BrD Consultoria.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.2, é realizada a consolidação integral das SCPs, já que a Companhia é a sócia ostensiva e a gestão e o controle não são compartilhados, destacando-se a parcela correspondente à participação de terceiros nos resultados dessas SCPs.

A sua controlada absorveu os ativos e passivos da SCP - 36.062.015/0001-21 no encerramento de suas atividades e se responsabilizou pelos valores a pagar aos terceiros participantes como demonstrado, quitando tal obrigação no início de 2023.

25. PROVISÃO PARA RISCOS DE CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a riscos e contingências decorrentes de processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível e/ou outras.

A Administração, com base nas avaliações de seus advogados, concluiu que não há processos judiciais ou administrativos com riscos prováveis de um desembolso de caixa em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 para fazer face aos potenciais riscos e às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia e de sua controlada apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais, relacionados a esses riscos e contingências:

25.1. Composição

	Consolidado	
	2022	2021
Depósitos judiciais	(10)	(10)
	(10)	**(10)**

25.2. Riscos prováveis e possíveis

Conforme a avaliação de seus administradores e assessores legais, a Companhia e suas controlada possuem ações de naturezas cível, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis no montante de R$ 10 (consolidado) (R$ 511 em 2021 consolidado). Conforme a avaliação de seus administradores e assessores legais, a Companhia e suas controladas não possuíam ações judiciais classificadas como de risco provável.

26. EVENTO SUBSEQUENTE

BrD Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. - Liquidação das debêntures subordinadas das Séries 1ª, 3ª e 10ª

Em janeiro e março de 2023 ocorreram eventos de pagamento dos juros remanescentes decorrentes das debêntures subordinadas das Séries 1ª, 3ª a 10ª, no montante total de R$ 2.124 devido a realização dos direitos creditórios que integram a carteira, o que representou a liquidação total das debêntures dessas séries.

A DIRETORIA

Carlos H. A. R. Catraio - Diretor | **Filipe Casellato Scabora** - Diretor

Fabio Luiz Silvestre
Contador - responsável técnico - CRC 1SP 301266/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da

BrD Holding S.A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **BrD Holding S.A. ("Companhia")**, identificadas como individual e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da **BrD Holding S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Provisão para impostos diferidos subavaliada

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 22.2, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia obteve um resultado financeiro líquido do investimento em cotas do Nanban Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (Fundo) no montante de R$ 9.190 mil (valorização acumulada de R$ 7.756 mil até 31 de dezembro de 2021). Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 5.1.(a), a estratégia da administração da Companhia quanto ao Fundo não inclui, no curto e médio prazo, o resgate de suas cotas, as quais deverão ser mantidas como investimento de longo prazo pela Companhia. Diante desse contexto, a administração da Companhia optou por não efetuar a provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes da valorização do Fundo. Desta forma, em 31 de dezembro de 2021 o passivo não circulante foi subavaliado e o resultado do exercício e patrimônio líquido foram superavaliados no montante de R$ 2.637 mil.

Adicionalmente, conforme apresentado nas Notas Explicativas nº 22.2 e nº 24.2, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia obteve um resultado financeiro líquido do investimento em cotas do Nanban Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados no montante de R$ 10.973 mil, ocasionando em imposto de renda e contribuição social diferidos para esse exercício no montante de R$ 3.731 mil. Vale ressaltar que a Companhia efetuou somente o registro do montante de R$ 2.400 mil e adicionalmente optou por não realizar a reabertura para correção dos saldos contábeis de imposto de renda e contribuição social diferidos do exercício de 2021. Desta forma, em 31 de dezembro de 2022 o passivo não circulante se encontra subavaliado e o patrimônio líquido superavaliado no montante de R$ 3.968 mil e o resultado do exercício de 2022 se encontra superavaliado no montante de R$ 1.331 mil.

Auditoria das demonstrações financeiras do Nanban Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 5.a., a Companhia possui investimento no Nanban Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados no montante de R$ 36.079 mil, cujas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram por nós auditadas, onde emitimos relatório datado de 30 de março de 2023, com modificação, contendo a ressalva descrita a seguir:

"Imóveis recebidos em dação de pagamento

Em 31 de dezembro de 2022 o Fundo possui imóveis recebidos em dação de pagamento de direitos creditórios, classificados como mantidos para venda, registrados conforme interpretação da Administração do Fundo a valor justo com base em laudos de avaliação, no montante R$ 8.030 mil. A Instrução CVM nº 489/11 não descreve a prática contábil para o registro dessa modalidade de ativo, sendo assim, devem ser utilizadas as orientações emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ao qual se aplica o Pronunciamento Técnico CPC 31, complementadas pelas normas previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), ao qual se aplica a Resolução nº 4.747/19 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que determinam que os ativos mantidos para venda devem ser avaliados pelo menor valor entre o valor contábil líquido (deduzidos de provisão para perda ao valor recuperável) e o valor justo (líquido das despesas com venda).

Diante desse contexto, identificamos que o total Ativo, Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício encontram-se superavaliados no montante R$ 7.124 mil."

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

continua...

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código AEFA-29E0-6D3A-A381.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 15/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código AEFA-29E0-6D3A-A381.

...continuação

BrD Holding S.A.

CNPJ/ME nº 31.507.584/0001-10

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ênfase

Direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios do Nanban Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados

O fundo investido Nanban Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados possui investimentos em direitos creditórios com aquisição de riscos e benefícios, que são registrados ao custo de aquisição, acrescidos de juros calculados com base na taxa interna de retorno dos contratos, pelo critério *"pro rata temporis"*, cujos valores quando efetivamente realizados, poderão ser diferentes dos estimados em 31 de dezembro de 2022. Nossa opinião não foi ressalvada em função desse assunto.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.
  Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de abril de 2023

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-031.269/O-1

Nelson Varandas dos Santos
Contador CRC 1SP-197.110/O-3

Leonardo Boiani Antoniazzi
Contador CRC 1SP-255.559/O-5

As demonstrações completas da BrD Holding S.A. em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, estão disponíveis na sede da Companhia.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código AEFA-29E0-6D3A-A381.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme **MP nº 2.200-2** de **24/08/2001.**
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 15/04/2023
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código AEFA-29E0-6D3A-A381.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/AEFA-29E0-6D3A-A381 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

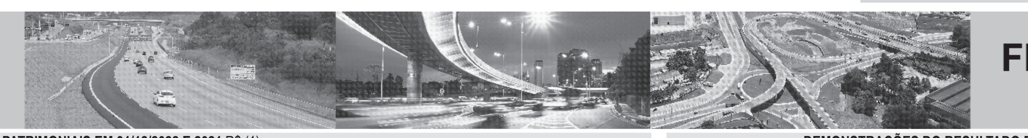
Código para verificação: AEFA-29E0-6D3A-A381

Hash do Documento

34B1A22F86620608A28E5A631A67DC1680789265EAA1B1F21EA46C267A166700

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 15/04/2023 é(são) :

- ☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 15/04/2023 05:40 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00



FBS Construção Civil e Pavimentação S.A.

CNPJ/MF nº 66.806.555/0001-33

Demonstrações Financeiras 2022

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2022 E 2021 R$ (1)

ATIVO	Nota	2022	2021
CIRCULANTE		**571.525.096**	**448.597.692**
Caixa e equivalentes de caixa	4	77.444.234	45.098.704
Contas a receber de clientes	5	358.837.388	303.325.583
Estoques	6	1.212.914	1.230.787
Impostos e contribuições a recuperar	7	2.779.406	3.509.209
Partes relacionadas	8	19.760.954	332.191
Participação em consórcio	9	70.083.151	63.475.127
Outras contas a receber	10	41.407.049	31.626.091
NÃO CIRCULANTE		**50.115.818**	**40.962.579**
Realizável a longo prazo		**14.993.523**	**14.801.099**
Depósito judicial	11	738.604	913.925
Partes relacionadas	8	6.790.873	6.790.873
Outras contas a receber	10	7.464.046	7.096.301
Investimentos	12	**21.535.683**	**17.034.281**
Imobilizado	13	**12.801.278**	**8.309.650**
Intangível	14	**785.334**	**817.549**
TOTAL DO ATIVO		**621.640.914**	**489.560.271**

PASSIVO	Nota	2022	2021
CIRCULANTE		**166.727.802**	**109.307.962**
Fornecedores	15	31.405.009	26.644.953
Empréstimos e financiamentos	16	36.875.837	19.415.995
Obrigações trabalhistas	17	4.988.827	5.334.764
Obrigações tributárias	18	41.989.169	34.644.845
Outras contas a pagar	19	51.468.960	23.267.405
NÃO CIRCULANTE		**78.756.510**	**82.545.512**
Empréstimos e financiamentos	16	40.449.236	48.454.529
Obrigações trabalhistas	17	-	479.179
Obrigações tributárias	18	37.380.908	33.573.576
Outras contas a pagar	19	926.366	38.228
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**376.156.602**	**297.706.797**
Capital social	21.a	45.252.000	45.252.000
Reservas de capital	21.b	111.308.788	83.477.356
Reservas de lucros	21.c	219.595.814	168.977.441
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**621.640.914**	**489.560.271**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2021 A 31/12/2022 - (Em R$ 1)

Contas	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reserva Estatutária	Resultados Acumulados	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 01/01/2021	**45.252.000**	**82.091.470**	**4.253.872**	**129.522.086**	**-**	**261.119.428**
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	35.201.483	35.201.483
Aporte para aumento de capital	-	1.385.886	-	-	-	1.385.886
Transferência para lucros do exercício à disposição da Assembleia	-	-	-	35.201.483	(35.201.483)	-
Saldos em 31/12/2021	**45.252.000**	**83.477.356**	**4.253.872**	**164.723.569**	**-**	**297.706.797**
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	50.618.373	50.618.373
Aporte para aumento de capital	-	27.831.432	-	-	-	27.831.432
Transferência para lucros do exercício à disposição da Assembleia	-	-	-	50.618.373	(50.618.373)	-
Saldos em 31/12/2022	**45.252.000**	**111.308.788**	**4.253.872**	**215.341.942**	**-**	**376.156.602**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2022 E 2021 - R$ (1)

	Nota	2022	2021
RECEITA LÍQUIDA	22	**407.702.285**	**318.031.680**
CUSTOS DAS VENDAS	23	(306.902.497)	(249.813.704)
RESULTADO BRUTO		**100.799.788**	**68.217.976**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		**(31.355.971)**	**(23.760.774)**
Despesas com vendas	23	(4.595.996)	(2.054.130)
Despesas gerais e administrativas	23	(15.367.451)	(14.355.633)
Despesas tributárias	23	(688.985)	(208.403)
Despesas com o pessoal	23	(11.596.333)	(8.156.761)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	892.794	1.014.153
Resultado de equivalência patrimonial	12.c	**(228.419)**	**(432.000)**
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**69.215.398**	**44.025.202**
RESULTADO FINANCEIRO		**(16.528.550)**	**(8.823.719)**
Receitas financeiras	25	3.059.290	693.859
Despesas financeiras	26	(19.587.840)	(9.517.578)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**52.686.848**	**35.201.483**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**(2.068.475)**	**-**
Corrente	27	(2.068.475)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**50.618.373**	**35.201.483**
- Por ação do capital social final		**1,11859**	**0,77790**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2022 E 2021 - R$ (1)

	2022	2021
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**50.618.373**	**35.201.483**
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	**-**	**-**
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	**50.618.373**	**35.201.483**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2022 E 2021 - MÉTODO INDIRETO - R$ (1)

	2022	2021
1. ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado líquido do exercício	**50.618.373**	**35.201.483**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais - despesas (receitas) que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:		
Depreciação e amortização	1.747.499	1.271.818
Baixa no imobilizado	-	45.450
Juros sobre empréstimos e financiamentos	6.034.398	4.879.756
Equivalência patrimonial	228.419	432.000
Variação nas contas de ativos e passivos		
Contas a receber de clientes e outros	(55.511.805)	(80.048.179)
Estoques	17.873	103.094
Impostos e contribuições a recuperar	729.803	1.591.018
Participação em consórcio	(6.608.024)	(13.498.491)
Outras contas a receber	(10.148.703)	1.485.167
Depósito judicial	175.321	64.653
Fornecedores	4.760.056	(14.923.119)
Obrigações trabalhistas	(825.116)	(3.365.327)
Obrigações tributárias	11.151.656	8.523.241
Outras contas a pagar	29.089.693	13.072.307
CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**31.459.443**	**(45.165.129)**
2. ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(6.180.944)	(3.426.795)
Aquisição de intangível	(25.968)	(75.775)
Aquisição nos investimentos	(6.891.207)	(1.984.455)
Recebimento de dividendos de controladas	2.161.386	555.000
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(10.936.733)**	**(4.932.025)**
3. ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Empréstimos e financiamentos, líquidos	3.420.151	23.574.271
Partes relacionadas	(19.428.763)	(332.191)
Aporte de capital dos acionistas	27.831.432	1.385.886
CAIXA GERADO (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**11.822.820**	**24.627.966**
VARIAÇÃO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**32.345.530**	**(25.469.188)**
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa	45.098.704	70.567.892
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa	77.444.234	45.098.704

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2022

1. Contexto Operacional: Presente no setor de Engenharia, a FBS Construção Civil e Pavimentação S.A. é reconhecida por oferecer serviços de excelente qualidade em diversas áreas do mercado, como pavimentação e urbanização, terraplenagem, fundações, demolições, saneamento, drenagem, a execução por empreitada ou subempreitada de obras de construção civil de todos os gêneros, a prestação de serviços de limpeza, manutenção e conservação de vias públicas, parques, jardins, pontes, estradas e congêneres, a prestação de engenharia consultiva a construção civil, o comércio de materiais e equipamentos para construção, locação de equipamentos, transporte rodoviário de cargas, execução e obras de drenagem fluvial, lacustre e marítimo, serviços de armador de dragas e embarcações. Possui um rico portfólio, sendo uma Companhia diferenciada por sua agilidade, qualidade e capacidade de desenvolver soluções completas de Engenharia. Participação em outras sociedades como sócia, quotista ou acionista, bem como a participação em Consórcios e Sociedade em Conta de Participação (SCP) que tenham por objeto quaisquer das atividades relacionadas às aqui mencionadas. **2. Apresentação das demonstrações contábeis: 2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às empresas de construção civil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem aquelas preconizadas por ela para o período de sua gestão. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o curso normal dos negócios. A administração efetua a avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades durante a preparação das demonstrações contábeis. Em 24 de março 2023, a Administração da Companhia aprovou a emissão das demonstrações contábeis e autorizou sua divulgação. **2.2 Estimativas:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a revisão dos custos e receitas decorrentes dos contratos de construção, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as análises do risco de crédito para determinação da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, registro/reversão do imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **3. Sumário das principais práticas contábeis:** Os procedimentos contábeis, descritos em detalhes a seguir, foram aplicados de maneira consistente na apresentação das demonstrações contábeis apuradas em 31/12/2022 e 2021. **a) Normas novas e pronunciamentos emitidos e ainda não aplicáveis:** Uma série de novas normas ainda não efetivas para o exercício serão adotadas de acordo com as atividades da Companhia a partir do período iniciado em 1º/01/2023, conforme segue: • Contratos de seguros (alterações à IFRS 17 e IFRS 4); • Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement; • Alterações IFRS 10/CPC 36 (R3) e - Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e IAS 28/CPC 18 (R2) sua coligada ou joint venture; • Alterações às IAS 1/CPC 26 (R1) e - Divulgação de Políticas Contábeis; • IFRS Declaração da Prática 2 Alterações às IAS 8/CPC 23 - Definição de Estimativas Contábeis; • Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações à IAS 1); • Definição de estimativas contábeis (alterações à IAS 8); e • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de única transação (alterações à IAS 12). A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia. **b) Classificação entre Circulante e Não Circulante:** Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos doze meses. Quando for provável que a realização ocorra em período superior a doze meses são classificados como não circulantes. **c) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em R$ (reais), sendo está a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **d) Apuração de resultado:** As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência. As receitas são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, conforme nota explicativa nº 22. A Companhia reconhece as receitas quando os seus valores podem ser mensurados com segurança, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e fluirão. **e) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem aos montantes de caixa, numerários em espécie, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez. Equivalentes de caixa consistem em aplicações financeiras com vencimento em até 90 dias, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários são representados por aplicações financeiras automáticas e fundo de renda fixa, registrados ao custo e acrescido dos rendimentos até a data do balanço. **f) Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de serviços, portanto, apresentadas a valores de realização e ajustadas a valor presente quando aplicável. Estão também incluídos os valores ainda não faturados até a data do balanço em decorrência dos contratos de construção, cujos valores são determinados pela progressão física dos projetos. Com base na análise de cada conta a receber de clientes, a Administração avaliou não ser necessária a constituição de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. **g) Estoques:** São compostos por materiais destinados à aplicação nas atividades operacionais e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos valores de realização e não superam os valores de mercado, líquidos dos impostos compensáveis, quando aplicáveis. **h) Impostos e contribuições a recuperar:** Referem-se a valores de impostos e contribuições federais e municipais, os quais a Companhia já vem tomando medidas administrativas para compensá-los com outros tributos de mesma natureza, de acordo com o que preceitua a respectiva legislação vigente. **i) Partes relacionadas:** São recebíveis e obrigações a pagar de bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidos inicialmente ao valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado. As transações com partes relacionadas efetuadas pela Companhia são baseadas em preços, prazos e premissas, em termos acordados entre as partes. **j) Participação em consórcio:** De acordo com o CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, a participação em consórcio é classificada como operação em conjunto e, consequentemente, têm seus ativos, passivos, receitas e despesas reconhecidas linha a linha nas contas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado, na proporção do percentual de participação em cada consórcio, remanescendo saldos de movimentação de aportes e valores recebidos (conta corrente). **k) Outras contas a receber:** O saldo desta rubrica está composto por valores relativos à adiantamentos a fornecedores referindo-se a desembolsos efetivos pagos a fornecedores. Despesas antecipadas provenientes de valores pagos antecipadamente referente prêmio de seguro, partes relacionadas, e demais créditos. **l) Depósito Judicial:** Estão representados por valores depositados para fazer frente a questões que estão em tramitação da justiça. Os depósitos judiciais estão restritos a quantias depositadas, e as mesmas seguem mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas. **m) Investimentos:** Os investimentos em controladas nos quais a Companhia possua influência significativa são registrados com base no método de equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente registrado pelo valor de custo de aquisição ou constituição, e em seguida ajustado para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da investida. Os ganhos e perdas por participação societária nos resultados da investida são apresentados na demonstração do resultado da Companhia como resultado de equivalência patrimonial. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. Quando ocorrer perda de controle sobre uma controlada, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo, sendo a diferença reconhecida no resultado do exercício. **n) Imobilizado:** Os itens do ativo imobilizado são apresentados ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, com base no tempo estimado de vida útil dos bens, conforme nota explicativa nº 13. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, caso necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data do balanço. Os ganhos e as perdas decorrentes em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **o) Intangível:** Refere-se ao direito de uso de softwares, apresentado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, calculada pelo método linear, com base no tempo estimado de vida útil dos bens. A Companhia utiliza o método de amortização linear definida com base na avaliação da vida útil estimada do bem intangível, determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. A avaliação da vida útil estimada do bem é revisada anualmente. A taxa de amortização do ativo está demonstrada na nota explicativa nº 14. Um item do intangível é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **p) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):** O Pronunciamento Técnico CPC nº 01 (R1) requer que os ativos não financeiros sujeitos à depreciação ou amortização sejam revisados anualmente para verificação do valor recuperável e, quando houver indício de perda do valor recuperável (Impairment), o valor contábil do ativo deve ser testado. Se verificada a perda, a mesma deve ser reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável. A administração da Companhia efetuou a avaliação para os bens integrantes do ativo imobilizado e entendeu que não deve haver impactos decorrentes da aplicação da redução ao valor recuperável de ativos. **q) Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. **r) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido das instituições financeiras, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo dos empréstimos e financiamentos, de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras. **s) Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou implícita, como resultado de eventos passados ou expectativa de eventos futuros, sendo provável que haja saída de recursos para liquidar determinada obrigação, mensurada com base numa estimativa confiável do valor provisionado. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **t) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis:** Na preparação das demonstrações contábeis foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos, outras transações, e receitas e despesas dos períodos. A definição de julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotados pela administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis nas referidas demonstrações, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável. Como o julgamento da administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos e a projeção de ambiente de negócios futuros, os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os itens sujeitos a estimativas são: determinação da vida útil de bens do imobilizado para fins de depreciação, provisão para créditos de liquidação duvidosa, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas, em períodos subsequentes, poderá resultar em valores divergentes dos registrados nessas informações devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa, bem como a eventuais novos fatos que venham a ocorrer. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **u) Ajuste a valor presente:** O ajuste a valor presente de ativos e passivos é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, não registrando ajustes desta natureza. **v) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo método indireto, aprovado em 22/11/2016, aprovado pela Resolução do CFC nº 2016/NBCTG03(R3) e, revisada em 06/11/2018 e 13/12/2019 pelas Resoluções do CFC nº 2018/REVISÃONBC01 e 019/REVISÃONBC04. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** A composição dos fundos disponíveis da Companhia, em 31 de Dezembro, é a seguinte:

	2022	2021
Recursos em caixa e em bancos	25.338.140	11.744.299
Aplicações financeiras	52.106.094	33.354.405
Total	**77.444.234**	**45.098.704**

As aplicações financeiras são representadas por valores de liquidez imediata, registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, remuneradas às taxas médias de mercado, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem modificação substancial de seus valores.

5. Contas a receber de clientes: Em 31 de Dezembro a composição desta rubrica é como segue:

	2022	2021
Contas a receber de clientes	353.678.368	298.328.712
Retenções contratuais	5.159.020	4.996.871
Total	**358.837.388**	**303.325.583**

A composição do saldo de contas a receber por tipo de crédito está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Serviços faturados	64.924.685	39.256.713
Serviços a faturar	293.912.703	264.068.870
Total	**358.837.388**	**303.325.583**

Em 2022 e 2021 a Administração não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa, tendo em vista a Companhia não apresentar historicamente perdas sobre os valores em atraso.

6. Estoques: O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro está assim representado:

	2022	2021
Materiais de uso e consumo	668.048	715.568
Materiais de escritório	89.019	39.718
Materiais de copa e cozinha	47.589	21.248
Estoques de obras	408.258	454.253
Total	**1.212.914**	**1.230.787**

7. Impostos e contribuições a recuperar: Em 31 de dezembro o saldo de tributos a recuperar está dividido como segue:

	2022	2021
ISS (Imposto sobre Serviços)	-	472.147
IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte)	372.010	1.291.480
CSRF (Contribuições Sociais Retidas na Fonte)	260.423	682.894
Créditos tributários consórcios	2.146.973	1.062.688
Total	**2.779.406**	**3.509.209**

8. Partes relacionadas: Operações: Os saldos de operações comerciais realizadas entre partes relacionadas durante o exercício estavam assim representados em 31 de Dezembro:

Partes relacionadas	Ativo Circulante 2022	Ativo Circulante 2021	Passivo Circulante 2022	Passivo Circulante 2021
MGM Locações Ltda.	-	4.068.200	-	631.058
SOEBE Constr Pav S.A.	-	-	-	1.763.869
USICITY Pavimentação Ltda.	-	-	2.078.374	-

Outras transações com partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de Dezembro relativos a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com quotistas e empresas ligadas do mesmo grupo econômico, os quais não preveem a incidência de encargos financeiros. Os saldos das operações são como segue:

Partes relacionadas	ATIVO - Circulante 2022	ATIVO - Circulante 2021	ATIVO - Não Circulante 2022	ATIVO - Não Circulante 2021
MGM Locações Ltda.	18.769.754	332.191	-	-
Elske Participações	110.800	-	-	-
Gemelli Participações	110.800	-	-	-
Fish Participações	110.800	-	-	-
All Market Participações	658.800	-	-	-
Turita Participações Ltda.	-	-	6.790.873	6.790.873
Total Circulante	**19.760.954**	**332.191**	**6.790.873**	**6.790.873**

9. Participação em consórcio: Em 31 de Dezembro, o saldo líquido das participações em consórcios lançados linha a linha nas demonstrações contábeis da Companhia, estão assim representados:

	2022	2021
Dp Barros	9.783.426	9.818.062
FBS/Lopes Kalil	14.784.337	13.742.689
Tardelli	1.055.245	1.016.220
CE 522	615.169	614.919
Pavnorte	871.912	872.651
Hidrostudio	1.999.339	2.052.746
Correpav	590.323	590.323
Bacia do São Francisco	1.170.235	1.375.583
Etama	255.649	258.380
FBS/Coveg	1.949.471	2.128.790
Central	719.012	720.393
Baqui	(1.347.084)	(1.347.084)
Malha viária	(102.648)	(117.315)
FBS/HTB	(5.073)	(5.073)
Jaguaribe	6.644.230	2.540.797
Dique do cabrito	(3.586.519)	(3.733.818)
Freitas	5.468.837	5.500.046
Pacienda	21.079.198	20.936.038
MIX	(1.240.275)	633.887
Jeriva	161.079	161.329
Restaurapav	69.308	69.308
Ferrovia	213.840	2.588
Agua espraiada	887.014	(35.700)
Corrego cachoeira	11.273.656	5.664.684
Semobi/Carapina	993.739	-
DAEE/MOOCA	307.057	-
Baqui II	(668.250)	-
CTVI	(118.320)	14.684
Aerogru	150	-
Do Vale	182.716	-
Cursos D'água	(6.277.368)	-
Renova Pinheiros	(6.997.314)	-
Tucumann	2.641.226	-
Cursos D'água lote 1	6.348.943	-
Paulista	48.167	-
FBS/Arc meng	50.600	-
Rio Baquirivu II	93.768	-
Rio Baquirivu III	78.189	-
Nova Santo Amaro	90.167	-
Total	**70.083.151**	**63.475.127**

10. Outras Contas a Receber: Em 31 de Dezembro os saldos desta rubrica estão representados pelos seguintes valores:

	2022	2021
Adiantamentos a fornecedores	39.334.172	26.538.679
Despesas antecipadas	1.954.678	1.015.958
Partes relacionadas	-	4.068.200
Demais créditos	7.582.245	7.099.555
Total	**48.871.095**	**38.722.392**
Circulante	41.407.049	31.626.091
Não Circulante	7.464.046	7.096.301
Total	**48.871.095**	**38.722.392**

11. Depósito Judicial: Os valores depositados judicialmente referem-se a processos judiciais em andamento, cujo acompanhamento é realizado por assessores jurídicos externos contratados. Em 31/12/2022 apresenta o saldo de R$ 738.604 (R$ 913.925, em 31 de Dezembro de 2021).

12. Investimentos:	2022	2021
Participação em outras sociedades	11.181.544	8.668.037
Sociedades por conta de participação	10.354.139	8.366.244
Total	**21.535.683**	**17.034.281**

Os investimentos da Companhia estão demonstrados como a seguir: **a.** Participação em outras sociedades: • As participações em outras sociedades são apresentadas a seguir.

Investidas (2022)	Capital social (Quotas/ Ações)	Participação (R$)	Capital Social (R$)	%
MGM Locações Ltda.	4.539.800	800	4.539.800	0,02
Viapav Construções SPE Ltda.	1.000.000	280.000	1.000.000	28,00
BRT Sorocaba Concessionária de Serviços Públicos SPE S.A.	80.000.000	400.000	80.000.000	0,50
Via Brasil MT100 Concessionária de Rodovias S.A.	34.995.152	2.512.245	34.995.152	7,18
Via Brasil MT246 Concessionária de Rodovias S.A.	20.804.000	1.092.210	20.804.000	5,25
Via Brasil MT320 Concessionária de Rodovias S.A.	45.000.000	3.056.250	45.000.000	6,79
Consórcio Habita Brasil S.A.	115.183.407	28.795.851	115.183.407	25,00
Concessionária Prever Adm. Cemiterial e Serv. Funerários	106.842.000	16.026.300	106.842.000	15,00

• Movimentação dos investimentos:

Investidas (2022)	Saldos em 31/12/2021	Aporte	Dividendos	Equivalência patrimonial	Saldos em 31/12/2022
MGM Locações Ltda.	800	-	-	-	800
Viapav Construções SPE Ltda.	763.169	-	(2.161.386)	2.018.445	620.228
BRT Sorocaba Concessionária de Serviços Públicos SPE S.A	219.070	60.593	-	27.954	307.617
Via Brasil MT100 Concessionária de Rodovias S.A.	2.876.222	941.384	-	(674.495)	3.143.111
Via Brasil MT246 Concessionária de Rodovias S.A.	1.013.271	(2.139)	-	(475.560)	535.572
Via Brasil MT320 Concessionária de Rodovias S.A.	875.671	-	-	(349.578)	526.093
Consórcio Habita Brasil S.A.	2.919.834	-	-	(1.101.639)	1.818.195
Concessionária Prever Adm. Cemiterial e Serv. Funerários	-	5.891.369	-	(1.661.440)	4.229.929
Total	**8.668.037**	**6.891.207**	**(2.161.386)**	**(2.216.313)**	**11.181.545**

b. Sociedades em conta de participação: • As participações e as movimentações em sociedades em conta de participação são apresentadas a seguir.

Sociedade por Conta de Participação (2022)	Tipo de sócia	%	Saldos em 31/12/2021	Movimento	Equivalência patrimonial	Saldos em 31/12/2022
Panamby Paulista	Participante	6,16	4.091.765	-	(8.729)	4.083.036
Construbase	Participante	6,16	4.274.479	-	(8.729)	4.265.750
Barragem lote 3	Participante	41,00	-	-	(99.510)	(99.510)
Renova Pinheiros	Ostensiva	44,88	-	-	2.104.862	2.104.862
Total			**8.366.244**	**-**	**1.987.894**	**10.354.138**

c. Resumo de equivalência patrimonial:

Equivalência patrimonial	2022	2021
Viapav Construções SPE Ltda.	2.018.445	(95.606)
BRT Sorocaba Concessionária de Serviços Públicos SPE S.A.	27.954	134.423
Via Brasil MT100 Concessionária de Rodovias S.A.	(674.495)	499.599
Via Brasil MT246 Concessionária de Rodovias S.A.	(475.560)	(78.939)
Via Brasil MT320 Concessionária de Rodovias S.A.	(349.578)	(1.153.343)
Consórcio Habita Brasil Ltda.	(1.101.639)	265.896
Concessionária Prever Adm. Cemiterial e Serv. Funerários	(1.661.440)	(2.015)
Panamby Paulista	(8.729)	(2.015)
Construbase	(8.729)	-
Barragem lote 3	(99.510)	-
Renova Pinheiros	2.104.862	-
Total	**(228.419)**	**(432.000)**

13. Imobilizado:

IMOBILIZADO	Saldos em 31/12/2021: Custo	Depreciação acumulada	%	Saldo sem 31/12/2021	Movimentação 2022: Custo Adições	Custo Baixas	Depreciação Adições	Depreciação Baixas	Saldos em 31/12/2022: Custo	Depreciação acumulada	Saldos em 31/12/2022
Máquinas e equipamentos	3.189.378	(1.908.948)	10	1.280.430	4.560.562	-	(475.644)	-	7.749.940	(2.384.592)	5.365.348
Móveis e utensílios	1.003.056	(639.064)	10	363.992	85.662	-	(50.951)	-	1.088.718	(690.015)	398.703
Veículos	64.801	(18.591)	20	46.210	5.250	-	(10.332)	-	70.051	(28.923)	41.128
Computadores e periféricos	3.076.509	(2.054.019)	20	1.022.490	1.480.030	-	(363.244)	-	4.556.539	(2.417.263)	2.139.276
Instalações	136.003	(98.869)	10	37.134	-	-	(9.679)	-	136.003	(108.548)	27.455
Terrenos	2.287.644	-	-	2.287.644	-	-	-	-	2.287.644	-	2.287.644
Ferramentas	12.965	(11.527)	10	1.438	-	-	(551)	-	12.965	(12.078)	887
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4.094.500	(824.188)	20	3.270.312	49.440	-	(778.915)	-	4.143.940	(1.603.103)	2.540.837
Total	**13.864.856**	**(5.555.206)**		**8.309.650**	**6.180.944**	**-**	**(1.689.316)**	**-**	**20.045.800**	**(7.244.522)**	**12.801.278**

14. Intangível:

INTANGÍVEL	Saldos em 31/12/2021: Custo	Amortização acumulada	%	Saldos em 31/12/2021	Movimentação 2022: Custo Adições	Custo Baixas	Amortização Adições	Amortização Baixas	Saldos em 31/12/2022: Custo	Amortização acumulada	Saldos em 31/12/2022
Licença de uso de software	1.797.060	(979.511)	20	817.549	25.968	-	(58.183)	-	1.823.028	(1.037.694)	785.334
Total	**1.797.060**	**(979.511)**		**817.549**	**25.968**	**-**	**(58.183)**	**-**	**1.823.028**	**(1.037.694)**	**785.334**

15. Fornecedores: O saldo a pagar refere-se integralmente a fornecedores nacionais, e em 31 de Dezembro estava composto por valores vencíveis a curto prazo no montante de R$ 31.405.009 (R$ 26.644.953 em 2021). **16. Empréstimos e financiamentos:**

Instituição financeira	Encargos ao mês	Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
Banco Bradesco S.A.	0,29 + CDI	27/01/2025	1.011.248	1.460.523
Banco Bradesco S.A.	0,29 + CDI	27/01/2025	9.020.319	13.027.843
Banco Safra S.A.	0,40 + CDI	05/09/2022	-	1.092.804
Banco do Brasil S.A.	0,29 + CDI	27/01/2025	12.241.158	15.975.853
Daycoval Leasing S.A.	0,92 + CDI	29/12/2023	122.986	235.723
Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.	0,53 + SELIC	15/06/2025	22.352.834	22.000.000
Banco ABC Brasil S.A.	0,37 + CDI	06/03/2024	7.500.000	6.611.111
Banco ABC Brasil S.A.	0,37 + CDI	19/02/2024	2.500.000	7.466.667
Banco ABC Brasil S.A.	0,41 + CDI	31/10/2023	3.182.908	-
Caixa Econômica Federal	0,31 + CDI	26/05/2025	6.151.515	-
Caixa Econômica Federal	0,44 + CDI	14/07/2027	3.242.105	-
Caixa Econômica Federal	0,52 + CDI	04/08/2025	10.000.000	-
Total			**77.325.073**	**67.870.524**
Circulante			36.875.837	19.415.995
Não Circulante			40.449.236	48.454.529
Total			**77.325.073**	**67.870.524**

Renovação dos empréstimos: Os empréstimos reconhecidos no passivo circulante e não circulante na data de 31/12/2022, estão de acordo com a renovação efetuada em janeiro de 2023 por mais dois anos, tendo seus vencimentos postergados para o exercício de 2023/24. **17. Obrigações trabalhistas:** Em 31 de Dezembro os saldos desta rubrica estão representados pelos seguintes valores:

	2022	2021
Salários e ordenados	697.142	552.366
INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social)	409.034	800.243
FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço)	185.141	155.306
Provisão para férias	3.098.293	3.296.678
FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) rescisório a recolher	54.265	-
Parcelamentos trabalhistas	-	479.179
Demais obrigações	544.952	530.171
Total	**4.988.827**	**5.813.943**
Circulante	4.988.827	5.334.764
Não Circulante	-	479.179
Total	**4.988.827**	**5.813.943**

18. Obrigações tributárias: Estão representadas por obrigações com o fisco federal e municipal conforme demonstrado a seguir:

	2022	2021
ISS (Imposto Sobre Serviços)	4.197.023	3.191.620
PIS (Programa de Integração Social)	2.272.233	1.861.713
COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social)	10.487.231	9.011.665
IRRF (Imosto de Renda Retido na Fonte)	2.628.875	2.453.150
Retenções de INSS	250.978	1.113.804
Parcelamentos	51.083.824	44.828.757
Demais obrigações	8.449.913	5.757.712
Total	**79.370.077**	**68.218.421**
Circulante	41.989.169	34.644.845
Não Circulante	37.380.908	33.573.576
Total	**79.370.077**	**68.218.421**

19. Outras contas a pagar:	2022	2021
Adiantamento de clientes	47.434.487	6.476.950
Partes relacionadas	-	631.058
Outras contas a pagar	4.073.388	16.197.625
Provisão para contingências	887.451	-
Total	**52.395.326**	**23.305.633**
Circulante	51.468.960	23.267.405
Não Circulante	926.366	38.228
Total	**52.395.326**	**23.305.633**

20. Provisão para demandas judiciais: A Companhia é parte envolvida em processos cíveis, trabalhistas e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Com base na análise individual desses processos e tendo como suporte a opinião dos consultores jurídicos da Companhia quanto ao andamento dos mesmos, a Administração constituiu provisão para cobertura de prováveis perdas estimadas nos processos judiciais cíveis e trabalhistas no montante de R$ 887.451, classificado em outras contas a pagar. A Companhia possui outras contingências de naturezas trabalhistas, cíveis e tributária envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis (R$ 14.315.073), com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização. **21. Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em 45.252.000 (quarenta e cinco milhões e duzentos e cinquenta e dois mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondente a R$ 45.252.000 (quarenta e cinco milhões e duzentos e cinquenta e dois mil reais). **b. Reservas de capital:** O saldo de reservas de capital foi constituído por aporte de capital por parte de seus acionistas para futuro aumento do capital social e, em 31/12/2022 o montante é de R$ 111.308.788 (R$ 83.477.356, em 31/12/2021). **c. Reservas de lucros:** As reservas de lucros são constituídas pela parcela do lucro líquido do exercício após as destinações legais e estatutárias e, são apresentadas a seguir: **c.1) Reserva legal:** A reserva legal foi constituída em períodos anteriores com destinação de 5,00% do lucro líquido do exercício, deixando de constituir novas reservas a partir do exercício de 2019 em decorrência do limite em decorrência do § 1º do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/1976, e em 31/12/2022 apresenta o montante de R$ 4.253.872 (R$ 4.253.872, em 31/12/2021). **c.2. Reserva estatutária:** O resultado acumulado está composto conforme abaixo:

	R$
Saldos em 01/01/2021	**129.522.086**
Lucro do exercício	35.201.483
Saldos em 31/12/2021	**164.723.569**
Lucro do exercício	50.618.373
Saldos em 31/12/2022	**215.341.942**

22. Receita líquida: A composição da receita líquida das operações está representada pelos seguintes valores:

	2022	2021
Prestação de serviços	438.557.915	337.347.183
Deduções	(30.855.630)	(19.315.503)
Total	**407.702.285**	**318.031.680**

23. Custos e despesas das vendas e serviços:	2022	2021
Por função		
Custo dos produtos vendidos	(306.902.497)	(249.813.704)
Despesas com vendas	(4.595.996)	(2.054.130)
Despesas gerais e administrativas	(15.367.451)	(14.355.633)
Despesas tributárias	(688.985)	(208.403)
Despesas com pessoal	(11.596.333)	(8.156.761)
	(339.151.262)	**(274.588.631)**
Por Natureza		
Materiais aplicados	(81.849.770)	(73.209.264)
Gastos diretos dos serviços prestados	(79.969.113)	(34.692.141)
Mão de obra direta	(46.849.149)	(52.124.611)
Mão do obra indireta	(10.872.151)	(7.826.749)
Serviços de terceiros	(90.194.090)	(82.620.468)
Viagens, hospedagens e locomoção	(1.883.799)	(1.356.803)
Transporte	(9.661.725)	(7.128.112)
Aluguéis e condomínios	(674.386)	(1.135.199)
Depreciação e amortização	(1.747.498)	(1.271.818)
Contas e materiais de consumo	(2.821.774)	(2.478.658)
Manutenção	(5.382.251)	(2.621.994)
Seguros e indenizações	(1.768.595)	(932.936)
Outras despesas administrativas	(5.476.961)	(7.189.878)
Total	**(339.151.262)**	**(274.588.631)**

24. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:	2022	2021
Outras receitas		
Ganhos monetários	365.078	139.589
Resultado alienação de imobilizado	-	677.322
Outras receitas operacionais	715.629	283.570
Total	**1.080.707**	**1.100.481**
Outras despesas		
Outras despesas operacionais	(37.417)	(85.326)
Perdas em itens monatários	(150.496)	(1.002)
Total	**(187.913)**	**(86.328)**
Total de outras receitas (despesas), líquidas	**892.794**	**1.014.153**

25. Receitas financeiras:	2022	2021
Descontos obtidos	187.481	300.148
Juros ativos	2.423.837	153.357
Outros	447.972	240.354
Total	**3.059.290**	**693.859**

26. Despesas financeiras:	2022	2021
Encargos financeiros	(12.222.636)	(3.916.552)
Juros passivos	(6.034.398)	(4.879.756)
Descontos concedidos	(785.457)	(20.887)
Multa por atraso de pagamento	(117.855)	(90.228)
Demais despesas	(427.494)	(610.155)
Total	**(19.587.840)**	**(9.517.578)**

27. Imposto de renda e contribuição social, corrente:	2022	2021
IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica)	1.514.584	-
CSLL lcontribuição Social sobre o Lucro Líquido)	553.891	-
Total	**2.068.475**	**-**

O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$ 240 mil no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Sobre os valores de créditos e débitos temporários diferidos, não é realizada provisão para pagamento em regime de competência. **28. Instrumentos financeiros:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. A forma de identificação e condução desses riscos é de suma importância para obtenção de lucratividade. Os riscos mais significativos são: Risco de liquidez: O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de seus ativos e passivos, o que pode resultar incapacidade de cumprir com suas obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia mantém níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com suas obrigações presentes e futuras, e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros que a Companhia está exposta é em função de sua dívida de longo prazo e, em menor escala, de curto prazo. Atualmente, as dívidas de taxas de juros são prefixadas. Instrumentos financeiros por categoria: A Companhia deve divulgar os instrumentos financeiros por categoria, permitindo que o usuário da demonstração financeira avalie a significância dos instrumentos financeiros para sua posição patrimonial e financeira para análise de desempenho. Mensuração do valor justo: O valor justo como a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre as partes conhecedoras e dispostas a isso, em transação sem favorecidos. Determina-se uma hierarquia de três níveis para um valor justo, descrevendo os três níveis de informações que devem ser utilizados na mensuração ao valor justo: • **Nível 1 -** Preços cotados (não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos); • **Nível 2 -** Imputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • **Nível 3 -** Imputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (imputs não observáveis). Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia não mantinha operações com instrumentos financeiros derivativos em 31/12/2022. **29. Cobertura de seguros:** Em 31/12/2022 a Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela administração, levando em conta a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

Item	Tipo de cobertura	Valor Segurado R$
Responsabilidade civil	Obras civis em construção ou execução, instalações e montagem, fornecimento de materiais ou prestação de serviços.	2.000.000
Seguro empresarial	Operações, incluindo objetos pessoais de empregados, clientes e visitantes - clube associações recreativas - fornecimento de comestíveis e bebidas - ações de pessoal de brigada de incêndio - ações do pessoal de segurança, vigilância, limpeza e manutenção dos locais do segurado - eventos programados pelo segurado sem cobrança de prêmio para convidados, competições e jogos esportivos - risco contingente, transporte habitual de empregados - despesas de defesa em juízo civil - perdas financeiras e /ou lucros cessantes. Danos morais. Empregador, incluindo extensão ao exterior - poluição súbita. Obras civis e/ou instalação e montagem - extensão da cobertura em operações. Poluição súbita. Prestação de serviços em locais de terceiros. Circulação de veículos terrestre e motorizado. Erro de projeto. Fundações. Responsabilidade civil cruzada.	9.648.000
Riscos de engenharia	Obras civis em construção e instalações e montagens (grupo ii); 019 - transporte de mater. A serem incorporados à obra/seg; afretamento de aeronaves; armazenagem fora do local do risco - informar endereço do local de armazenamento; danos materiais consequentes de erro de projeto para obras civis; danos materiais consequentes de riscos do fabricante para máquinas e equipamentos novos; despesas de desentulho (atenção: será aplicada a franquia da cobertura principal sobre a soma dos prejuízos dos danos físicos + despesas de desentulho); despesas extraordinárias (atenção: será aplicada a franquia da cobertura principal sobre a soma dos prejuízos dos danos físicos + despesas extraordinárias); equipamentos de escritório e informática; equipamentos móveis e estacionários utilizados na obra; ferramentas de pequeno e médio porte; honorários de peritos; instalações provisórias ou obras temporárias; ferramentas de pequeno e médio porte; honorários de peritos; instalações provisórias ou obras temporárias; manutenção ampla período indenitário: 6 mês(es); obras / instalações contratadas - aceitas ou colocadas em operação; obras civis, instalações e montagens concluídas; propriedades circunvizinhas (incluindo o risco fundações e correlatos - vide declaração sobre franquia de danos materiais); salvamento e contenção de sinistros; tumultos, greves e lockout.	386.320.982
Garantia setor público	Perda pecuniária comprovada, excedente aos valores originários previstos para a execução do objeto do contrato principal, para construção, fornecimento ou prestação de serviços, causada pelo inadimplemento do tomador, excluindo-se qualquer prejuízo decorrente de outro ramo de seguro, tais como responsabilidade civil, lucros cessantes.	116.198.379

Emanuel Fagner dos Santos Silva - Administrador - CPF: 043.086.174-56

Marcelo Pessoa de Araujo - Contador - CRC 1SP236.577/O-0 - CPF 147.356.478-64

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código D2CB-4EBB-C9A2-9873.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 15/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código D2CB-4EBB-C9A2-9873.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/D2CB-4EBB-C9A2-9873 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D2CB-4EBB-C9A2-9873

Hash do Documento

DCBC2B7C8153C2325C6866D534B23BD97D64C24FC929B46AED9BCAD84EF17F18

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 15/04/2023 é(são) :

- ☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 15/04/2023 05:40 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

Jornal O DIA SP

PUBLICAÇÕES LEGAIS - 06

Edição Digital Certificada * sábado a segunda-feira, 15, 16 e 17 de abril de 2023

Galvão Participações S.A. Em Recuperação Judicial

CNPJ nº 11.284.210/0001-75

Demonstrações Financeiras - em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais

Ativo	Nota Explicativa	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	-	6.511	6.269
Contas a receber e outros recebíveis	5	96.764	96.764	2.543.562	2.550.480
Estoques		-	-	109.324	109.675
Impostos e contribuições a recuperar		1.068	1.068	13.357	21.555
Adiantamentos a fornecedores		-	-	50.250	52.690
Despesas antecipadas					95
Total do ativo circulante		**97.832**	**97.832**	**2.723.004**	**2.740.764**
Não circulante					
Contas a receber e outros recebíveis	5	323.128	332.079	998.115	997.961
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	37.443	37.336
Permanente					
Investimentos	6	574.839	575.769	-	-
Imobilizado	7	-	-	8.640	14.095
Intangível	8	-	-	161.267	162.506
Total do ativo não circulante		**897.967**	**907.848**	**1.205.465**	**1.211.898**
Total do ativo		**995.799**	**1.005.680**	**3.928.469**	**3.952.662**

Passivo	Nota Explicativa	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar		24	49	79.482	98.562
Empréstimos e financiamentos	9	-	-	-	8.361
Provisões e encargos trabalhistas		1	-	8.827	9.073
Obrigações fiscais		-	-	19.403	25.795
Adiantamento de cliente		-	-	6.791	6.818
Total do passivo circulante		**25**	**49**	**114.503**	**148.609**
Não circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar		35.790	43.508	453.348	449.391
Empréstimos e financiamentos	9	-	-	4.271	10.490
Debêntures	10	-	-	1.425.034	1.409.597
Obrigações fiscais		-	-	225.055	225.055
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	304.953	304.953
Provisão para contingências	11	-	-	58.670	58.374
Provisão para perdas em investimentos	6	132.886	132.259	6.836	6.836
Adiantamento de cliente		-	-	508.694	508.694
Total do passivo não circulante		**168.676**	**175.767**	**2.986.861**	**2.973.390**
Patrimônio líquido					
Capital social	14	1.196.542	1.196.542	1.196.542	1.196.542
Prejuizos acumulados		(369.444)	(366.678)	(369.444)	(366.678)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		**827.098**	**829.864**	**827.098**	**829.864**
Participação de não controladores		-	-	7	799
Total do patrimônio líquido		**827.098**	**829.864**	**827.105**	**830.663**
Total do passivo e patrimônio líquido		**995.799**	**1.005.680**	**3.928.469**	**3.952.662**

Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais

	Nota Explicativa	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita operacional líquida		-	-	31.456	11.083
Custo dos serviços prestados		-	-	(18.900)	(17.427)
Lucro (prejuízo) bruto		-	-	12.556	(6.344)
Despesas operacionais					
Administrativas e gerais		(1.222)	(1.852)	(6.636)	(24.282)
Outras receitas (despesas) líquidas		(1)	-	(3.659)	20.138
		(1.223)	(1.852)	(10.295)	(4.144)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(1.223)	(1.852)	2.261	(10.488)
Receitas financeiras		18	46	632	312
Despesas financeiras		(6)	(1)	(288)	(246)
Despesa financeiras liquidas		12	45	344	66
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial	6	(1.556)	(27.641)	(5.475)	(19.080)
Resultado antes dos impostos		(2.767)	(29.448)	(2.870)	(29.502)
Imposto de renda e contribuição social corrente					
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	103	54
Resultado do exercício		(2.767)	(29.448)	(2.767)	(29.448)
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		(2.767)	(29.448)	(2.767)	(29.448)
Acionistas não controladores					
Resultado do exercício		(2.767)	(29.448)	(2.767)	(29.448)

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Resultado do exercício antes da participação dos acionistas não controladores	(2.767)	(29.448)	(2.767)	(29.448)
Resultado abrangente total	(2.767)	(29.448)	(2.767)	(29.448)
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	(2.767)	(29.448)	(2.767)	(29.448)
Acionistas não controladores				
Resultado abrangente total	(2.767)	(29.448)	(2.767)	(29.448)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais

	Capital social Subscrito	Capital social A integralizar	Subscrito e integralizado	Prejuizos Acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2021	1.214.362	(14.508)	1.199.854	(340.542)	859.312	805	860.117
Compensação de prejuízo	(3.312)	-	-	3.312	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	(29.448)	(29.448)	(6)	(29.454)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.211.050	(14.508)	1.196.542	(366.678)	829.864	799	830.663
Resultado do exercício	-	-	-	(2.767)	(2.767)	(792)	(3.559)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.211.050	(14.508)	1.196.542	(369.444)	827.098	7	827.105

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	(2.767)	(29.448)	(2.767)	(29.448)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	-	65
Baixa de imobilizado e intangível	-	-	-	(8.743)
Resultado da equivalência patrimonial	1.556	27.641	5.475	(1.419)
Provisão para contingências	-	-	296	(803)
Impostos de renda e contribuição social diferidos	-	-	(103)	(54)
	(1.211)	**(1.807)**	**2.901**	**(40.402)**
Aumento (Diminuição) em ativos operacionais				
Contas a receber e outros recebíveis	8.951	(309.569)	6.764	(15.675)
Estoques	-	-	351	2.820
Impostos e contribuições a recuperar	-	-	8.198	14.463
Adiantamentos a fornecedores	-	1.485	2.440	1.834
Despesas antecipadas	-	-	95	10.175
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(107)	(6)
Aumento (Diminuição) em passivos operacionais				
Fornecedores e outras contas a pagar	(7.742)	38.774	(15.123)	(14.010)
Provisões e encargos trabalhistas	-	-	(246)	(3.782)
Obrigações fiscais	1	(3)	(6.289)	(3.623)
Adiantamento de cliente	-	-	(27)	(7.287)
Provisão para perdas em investimentos	627	732	-	-
Caixa líquido das atividades operacionais	**626**	**(270.388)**	**(1.043)**	**(55.493)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Investimentos	-	270.388	-	1.419
Imobilizado	(626)	-	5.455	15.094
Intangível	-	-	(4.236)	31.494
Caixa líquido das atividades investimentos	**(626)**	**270.388**	**1.219**	**48.007**
Fluxo de caixa das atividade de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos	-	-	(14.580)	(468)
Debêntures	-	-	15.437	
Aquisição de participação de não controladores	-	-	(791)	(6)
Aumento de Capital	-	-	-	-
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**-**	**-**	**66**	**(474)**
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	**-**	**-**	**242**	**(7.960)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**-**	**-**	**6.269**	**14.229**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	**-**	**-**	**6.511**	**6.269**
Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa	**-**	**-**	**242**	**(7.960)**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Notas explicativas da administração sobre às demonstrações contábeis - em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais

1 Contexto Operacional: A Galvão Participações S.A. - em recuperação judicial ("Companhia") tem por objeto: **a)** a participação em outras sociedades, comerciais, civis e concessionárias de serviços públicos, como sócia, acionista ou quotista, bem como a prestação de serviços de assessoria e consultoria empresarial, administrativa e/ou financeira. **b)** A atuação na área de serviços públicos e privados de abastecimento de água e esgotamento sanitário, diretamente ou por meio de sociedades em que vier a participar como sócia ou acionista, sendo considerados: **(i)** Serviços de abastecimento de água: realização das atividades de captação, tratamento, distribuição geral de água até o ponto de entrega, captação e adução de água bruta, tratamento e adução de água tratada, reservação e distribuição de água até as ligações prediais e respectivos instrumentos de mediação, medição da utilização dos serviços para fins de faturamento; **(ii)** Serviços de esgotamento sanitário: a coleta, o tratamento, o transporte e a disposição final de esgotos sanitários, incluindo os efluentes industriais compatíveis, bem como de lodos e de outros resíduos do processo de tratamento, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente, incluindo a realização de medição da utilização do referido serviço para fins de faturamento e arrecadação; e **(iii)** Construção, operação, conservação, manutenção das infraestruturas e instalações dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais, modernização, ampliação, exploração das obras e sistemas de saneamento básico, gestão dos sistemas empresariais, como os sistemas de eficientização operacional, sistema comercial e outros necessários à prestação dos serviços, a comercialização os produtos, o atendimento e a cobrança direta e a realização de cobrança dos serviços prestados. A Companhia denominada a holding do "Grupo Galvão", em conjunto com suas empresas controladas, está organizada para atuar nos segmentos de infraestrutura, saneamento, energia renovável, óleo e gás e serviços financeiros e ferrovias. O Grupo Galvão é, portanto, um conglomerado privado que possui investimentos em um portfólio de negócios. **a) Entidades da controladora:** As operações da Companhia são representadas substancialmente pela sua participação nas empresas a seguir relacionadas:

Controladas / Coligadas	País	Controle	2022 Participação	2021 Participação
Galvão Engenharia S.A. - em recuperação judicial	Brasil	Direto	100,00%	100,00%
Galvão Logística, Exportação e Importação Ltda.	Brasil	Indireto	99,99%	99,99%
AGT Comércio Varejista de Equipamentos e Materiais de Construção Ltda *(i)*	Brasil	Indireto	33,33%	33,33%
Galvão Engenharia S.A. - Sucursal del Peru	Peru	Indireto	100,00%	100,00%
Galvão Energia Participações S.A.	Brasil	Direto	100,00%	100,00%
São Domingos Geração SPE S.A.	Brasil	Indireto	88,26%	88,26%
Dreen Mundo Novo Geração SPE S.A.	Brasil	Indireto	90,87%	90,87%
Concessionária de Rodovias Galvão BR - 153	Brasil	Direto	100,00%	100,00%
Ceos Administradora de Bens S.A.	Brasil	Direito	100,00%	100,00%

2 Base de Preparação - Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foi aprovada pela Administração em 14 de março de 2023. Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo, incluindo as mudanças durante o ano, estão apresentadas nas notas explicativas nº 3. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b) Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **c) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 3 (a) – consolidação: determinação se o Grupo detém de fato o controle sobre uma investida e a classificação de negócios em conjunto; e • Nota explicativa 3 (m) – classificação de arrendamento mercantil. **d) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2022 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 5 – realização das contas a receber e outros recebíveis; • Nota explicativa nº 7 – vida útil do ativo imobilizado; • Nota explicativa nº 8 – vida útil do ativo intangível resultante do contrato de concessão; e • Nota explicativa nº 11 – reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **e) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. O Grupo revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). O valor justo que é determinado para passivos financeiros, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2022. **f) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

3 Resumo das Principais Políticas Contábeis: O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **a) Base de consolidação - (i) Combinações de negócios:** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição na data em que o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação de aquisição transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos de transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. **(ii) Participação de acionistas não-controladores:** O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores nas adquiridas pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **(iii) Controladas:** O Grupo controla uma investida quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da Controladora, as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. **(iv) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:** Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual o Grupo possui controle compartilhado, onde o Grupo tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não o direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo. Os investimentos controlados em conjunto são contabilizados por meio do método da equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis consolidadas incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo do exercício da investida até a data em que o controle conjunto deixar de existir. **(v) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre entidades do Grupo são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação em cada investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **b) Receita operacional - (i) Venda de bens:** A receita operacional da venda de bens é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. **(ii) Prestação de serviços:** O Grupo reconhece a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço na data do balanço. O estágio de conclusão é avaliado por referência às avaliações de percentual de trabalhos realizados. **(iii) Contratos de construção:** A receita dos contratos de construção compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de quaisquer variações decorrentes de solicitações adicionais, reivindicações e pagamentos de incentivos contratuais, na medida em que seja provável que irão resultar em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Quando o resultado de um contrato de construção pode ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na proporção do estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão é avaliado por referência às avaliações de percentual de trabalhos realizados. Quando o resultado não pode ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida apenas na extensão dos custos do contrato que são prováveis de serem recuperados. As despesas do contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que criem um ativo relacionado à atividade futura do contrato. As perdas esperadas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. **c) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem: • Juros sobre aplicações financeiras; • Variação cambial; • Descontos obtidos e concedidos; • Tarifas bancárias; e • Despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. As receitas e a despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. **d) Moeda estrangeira - (i) Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações e as diferenças resultantes são reconhecidas no resultado. **(ii) Operações no exterior:** Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. **e) Benefícios a empregados - (i) Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **(ii) Plano de contribuição definida:** As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível. O Grupo não possui outros benefícios pós-emprego. **f) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(i) Imposto corrente:** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos. O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **(ii) Imposto diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **g) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado. **h) Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pela vida útil estimada do bem já que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo do arrendamento. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

• Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
• Móveis e utensílios	10 anos
• Computadores e periféricos	5 anos
• Equipamento de campo	17 anos
• Veículos	17 anos
• Instalações	17 anos
• Equipamentos especiais	11 anos
• Edificações	25 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **i) Ativos intangíveis - (i) Reconhecimento e mensuração:** Ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. **(ii) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado. **(iii) Amortização:** Amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **j) Instrumentos financeiros:** O Grupo classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. O Grupo classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. **(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e não reconhecimento:** O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação. O Grupo não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. O Grupo não reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração - Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem aplicações financeiras registradas em caixa e equivalentes de caixa. **Empréstimos e recebíveis:** Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis. **Caixa e equivalentes de caixa:** Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa do Grupo. **(iii) Passivos financeiros não derivativos – mensuração:** Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O Grupo possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos e debêntures, fornecedores e outras contas a pagar. **(iv) Capital social - Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários. **k) Redução ao valor recuperável (*impairment*) - (i) Ativos financeiros não-derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições não consideradas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os estoques e o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (unidades geradoras de caixa). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. A administração do Grupo não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **l) Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **(i) Contratos onerosos:** Uma provisão para contratos onerosos é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado na rescisão do contrato e o custo líquido esperado caso o contrato fosse mantido. Antes da provisão ser constituída, o Grupo reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável dos ativos relacionados aos contratos. **m) Arrendamentos - (i) Ativos arrendados:** Ativos mantidos pelo Grupo sob arrendamentos que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. **(ii) Pagamentos de arrendamentos:** Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo de arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Caixa e bancos	-	-	106	5
Aplicações financeiras	-	-	6.405	6.264
	-	-	6.511	6.269

5 Contas a Receber e Outros Recebíveis

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Clientes Publico / Misto	-	-	2.446.687	2.452.834
Partes relacionadas	323.128	332.079	942.601	948.774
Outras contas	96.764	96.764	152.389	146.833
	419.892	428.843	3.541.677	3.548.441
Ativo circulante	**96.764**	**96.764**	**2.543.562**	**2.550.480**
Ativo não circulante	**323.128**	**332.079**	**998.115**	**997.961**

6 Investimentos: A Companhia registrou uma perda de R$ 1.556 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (2021 - R$ 28) de equivalência patrimonial de suas controladas, coligadas e controladas em conjunto. Nenhuma das controladas e empreendimentos controlados em conjunto contabilizados pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores. O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras de investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto.

a) Composição dos investimentos – controladora

	Controladora 2022	Controladora 2021
Concessionária de Rodovias Galvão BR - 153	34.811	34.926
Concessionária de Rodovias Galvão BR - 153 - investimento por ágio *(i)*	7.926	7.926
Galvão Engenharia S.A. - em recuperação judicial	531.314	532.053
Galvão Energia Participações S.A.	788	864
Total	574.839	575.769

(i) O ágio refere-se basicamente a aquisição de investimentos (direito de exploração de concessões). Nas demonstrações financeiras consolidadas, esses valores foram reclassificados para o grupo de intangível.

b) Provisão para perdas em investimentos – consolidado

	Controladora 2022	Consolidado 2021
Ceos Administradora de Bens	132.886	132.259
Total	132.886	132.259

7 Imobilizado

Consolidado	Máquinas, aparelhos e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de campo	Veículos	Instalações	Equipamentos especiais	Edificações	Terrenos	Total
Custo									
Saldo em 1º de janeiro de 2021	30.826	15.123	2.601	26.710	13.337	4.754	3.477	841	97.669
Adições									
Baixas									
Saldo em 31 de dezembro de 2021	30.826	15.123	2.601	26.710	13.337	4.754	3.477	841	97.669
Adições									
Baixas									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	30.826	15.123	2.601	26.710	13.337	4.754	3.477	841	97.669
Depreciação									
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(27.509)	(12.821)	(1.618)	(21.247)	(13.337)	(1.565)	(3.477)		(81.573)
Adições	(269)	(1.029)		(387)		(316)			(2.001)
Baixas									
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(27.778)	(13.850)	(1.618)	(21.634)	(13.337)	(1.881)	(3.477)		(83.574)
Adições	(366)	(668)	(983)	(2.314)		(283)			(4.614)
Baixas								(841)	(841)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(28.144)	(14.518)	(2.601)	(23.948)	(13.337)	(2.164)	(3.477)		(89.029)
Imobilizado líquido									
Em 31 de dezembro de 2021	3.048	1.273	983	5.076		2.873		841	14.095
Em 31 de dezembro de 2022	2.682	605		2.762		2.590			8.640

a) Provisão para redução ao valor recuperável: De acordo com o CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia avalia, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. A avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, considerando variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercados entre outros. O resultado de tal avaliação não apontou necessidade de provisão para redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

8 Intangível

Consolidado Custo	Software	Desenvolvimento de Projetos	Obras em Andamentos	Ágio	Marcas e Patentes	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2021	4.364	803	153.778	7.926	27.695	194.566
Adição						
Baixas	-	-	-	-	(27.695)	(27.695)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.364	803	153.778	7.926	-	166.871
Adição						
Baixas	-	-	(1.239)	-	-	(1.239)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.364	803	152.539	7.926	-	165.632
Amortização						
Saldo em 01 de janeiro de 2021	(4.364)	-	-	-	-	(4.364)
Adição	-	-	(1)	-	-	(1)
Baixa						
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(4.364)	-	-	-	-	(4.365)
Adição						
Baixa						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(4.364)	-	-	-	-	(4.365)
Valor líquido contábil						
Em 31 de dezembro de 2021	-	803	153.778	7.926	-	162.506
Em 31 de dezembro de 2022	-	803	152.539	7.926	-	161.267

9 Empréstimos e Financiamentos : Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado.

Linha de Crédito	Nota Explicativa	Indexador	Juros médios a.a (%)	Vencimento	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Finame		TJLP	5,40	de 2015 a 2025	-	-	4.271	18.851
Total					-	-	4.271	18.851
Passivo circulante					-	-	-	**8.361**
Passivo não circulante					-	-	**4.271**	**10.490**

10 Debêntures: Esta nota explicativa contém informações sobre os termos contratuais das debêntures, que foram emitidas em função do Plano de Recuperação Judicial, por intermédio da controlada Ceos Administradora de Bens S/A, lastreadas nos ativos dados em garantia aos credores (contas a receber e investimentos).

Linha de Crédito	Indexador	Vencimento	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Debêntures	IPCA	2045	-	-	1.425.034	1.409.597
Total			-	-	1.425.034	1.409.597
Passivo circulante						
Passivo não circulante			-	-	**1.425.034**	**1.409.597**

11 Provisão para Contingências: O Grupo classifica o risco de perda nos processos legais como "remotos", "possíveis" ou "prováveis". A avaliação da probabilidade de perda nessas ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos do Grupo. O Grupo considera existir riscos efetivos de natureza cível e trabalhista classificados como prováveis e, desta forma, constituiu provisão no valor de R$ 58.670 em 31 de dezembro de 2022 (2021 - R$ 58.374). Também considerado pelo Grupo, em conformidade com laudos técnicos, contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações contábeis da empresa, de natureza cível, avaliada pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, o montante de R$ 11.373 em 31 de dezembro de 2022 (2021 - R$ 11.373), sendo que 241, são de débitos contraídos antes do pedido de recuperação Judicial, portanto de competência anterior ao pedido, são débitos de natureza concursal que serão pagos com os ativos dados em garantia pela companhia aos credores na forma do Plano de Recuperação Judicial, sem comprometimento do fluxo de caixa futuro da companhia. Desta forma, nenhuma provisão foi constituída. O Grupo também em conformidade com laudos técnicos, contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações contábeis da empresa, de natureza fiscal, avaliada pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, o montante de R$ 209.350 em 31 de dezembro de 2022 (2021 - R$ 371.188). Também em conformidade com laudos técnicos, a companhia possui contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações contábeis da empresa, de natureza trabalhista, avaliada pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, o montante de R$ 10.458 em 31 de dezembro de 2022 (2021 - R$ 8.796).

12 Instrumentos Financeiros Derivativos: A Companhia não contratou operações envolvendo derivativos ou qualquer outro ativo com fins de especulação em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

13 Partes Relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas a operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico. **a)** Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço. **b)** Refere-se a contrato de conta corrente entre as empresas do Grupo, no qual cada uma das partes pode estar simultaneamente na posição de credor e devedor, com direitos e obrigações recíprocas, podendo a qualquer momento o numerário ser exigido e restituído imediatamente.

14 Patrimônio Líquido - Controladora - a) Capital social: O capital social da Companhia é de R$ 1.211.049.528 subscrito e R$ 1.196.542.000 integralizado (2021 – R$ 1.211.049.528 subscrito e R$ 1.196.542.000 integralizado). Está representado por 1.211.049.528 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

	Em quantidade de ações 2022	Em quantidade de ações 2021
Empresa Nacional de Participações Ltda.	235.440.000	235.440.000
Moval Participações Ltda.	58.860.000	58.860.000
Freccia Engenharia Ltda.	32.700.000	32.700.000
MFE Participações Ltda.	884.049.528	884.049.528
Total	1.211.049.528	1.211.049.528

b) Reserva legal: É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **c) Ajustes de avaliação patrimonial:** Inclui os ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado da controlada Galvão Logística, Exportação e Importação Ltda., bem como o efeito da variação cambial da subsidiária no exterior Galvão Participações S.A. - em recuperação judicial – Sucursal del Peru. **d) Dividendos:** O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, consequentemente a Lei 6.404/76 determina que deva ser de até 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma dessa lei. No exercício de 2022 e de 2021 a Companhia não propôs pagamento de Dividendos devido ao prejuízo do exercício.

15 Aspectos Ambientais: A Sociedade e suas controladas consideram que suas atividades de construção estão sujeitas a regulamentações ambientais. A Sociedade e suas controladas diminuem os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, além de acreditarem que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

16 Recuperação Judicial: Em despacho do dia 03 de março de 2020, o Sr. Juiz Fernando Cesar Ferreira Viana, da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro/RJ, declarou cumprido o Plano de Recuperação Judicial e proferiu sentença pelo encerramento da recuperação judicial da Galvão Participações S.A. e da Galvão Engenharia S/A – em recuperação judicial, nos termos dos artigos 61 e 63 da Lei 11.101/2005, porém, essa decisão foi objeto de recursos ainda pendentes de julgamento pelo Tribunal de Justiça, de modo que não houve o trânsito em julgado da referida sentença e, portanto, a recuperação judicial da Galvão Participações S.A. e da Galvão Engenharia S/A ainda não está definitivamente encerrada.

17 Eventos Subsequentes: O Grupo considerou todos os fatos e eventos que ocorreram entre a data das demonstrações e a data da sua autorização para conclusão não havendo eventos que requeiram ajustes em suas demonstrações contábeis.

Composição da Diretoria

Nilson Goulart de Oliveira
Diretor

Contador: Claudio Berloffa Junior - CRC/SP nº 1SP216.997/O-8.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas

Aos conselheiros e acionistas da **GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A. – em recuperação judicial e empresas consolidadas -** São Paulo - SP. **Opinião com Ressalva:** Examinamos as demonstrações contábeis da Galvão Participações S.A. – em recuperação judicial ("Companhia"), individuais e consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descrito no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Galvão Participações S.A. – em recuperação judicial em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base opinião com ressalva:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 das demonstrações contábeis consolidadas da Concessionária de Rodovias Galvão BR-153 SPE S.A., por meio de divulgação no Diário Oficial da União datado de 16 de agosto de 2017, o governo federal declarou a caducidade do contrato de concessão de titularidade da Concessionária de Rodovias Galvão BR-153 SPE S.A. por inexecução contratual nos termos do § 4º do art. 38 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Este fato representa uma incerteza relevante quanto à continuidade operacional da empresa. A administração abriu processo de arbitragem contra a ANTT e a União com vistas a receber indenização pelos investimentos realizados no período de vigência do Contrato de Concessão. Para dar atendimento e suporte às questões administrativas e judiciais até sua conclusão, a Companhia encontra-se ativa, mantendo uma estrutura operacional mínima. Conforme mencionado na nota explicativa nº 8 das demonstrações contábeis consolidadas da CEOS Administradora de Bens S.A., o montante de R$ 2.203.916 da rubrica Clientes refere-se a créditos de razoável realização por se tratar de serviços efetivamente executados de acordo com as regras contratuais do Plano de Recuperação Judicial da Galvão Engenharia S.A. e Galvão Participações S.A. – em recuperação judicial. Porém, devido a empresa estar cobrando judicialmente estes créditos, pode gerar incerteza quanto ao recebimento de sua totalidade. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfase:** Conforme apresentado na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras, a Companhia Galvão Participações S.A. – em recuperação judicial mantém relações e operações em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Conforme apresentado na nota explicativa nº 12 às demonstrações contábeis da Galvão Engenharia S.A., a Companhia mantém relações e operações em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Concessionária de Rodovias Galvão BR-153 SPE S.A - Principais assuntos de auditoria: Base para opinião com ressalva:** Conforme publicado em Diário Oficial nº 157, datado de 16 de agosto de 2017, o governo federal decretou caducidade da concessão pelo descumprimento de disposições legais e de cláusulas do contrato de concessão. Sendo assim, a companhia sofreu desmobilizações, mantendo uma estrutura mínima para atender às questões administrativas que ainda se encontram em andamento. **Nossa abordagem:** Nossos procedimentos de auditoria basearam-se no verificação da publicação no DOU nº 157 contendo a perda da concessão e juntamente com a falta de capacidade financeira para novos investimentos. Contudo a empresa está discutindo judicialmente seus direitos anteriormente aplicados, com expectativa de que possa receber uma indenização pelas obras executadas. Contudo a empresa está discutindo seus direitos em procedimento arbitral, comexpectativa de que possa rever uma indenização pelos investimentos realizados. **CEOS Administradora de Bens S/A - Principais assuntos de auditoria - Base para opinião com ressalva:** O montante de R$ 2.203.916 da rubrica Clientes refere-se a créditos constituídos com respaldo na Cláusula 3.6 do Plano de Recuperação Judicial das Recuperandas Galvão Engenharia S.A. e Galvão Participações S.A., aprovado em Assembleia Geral de credores e homologado pelo Juízo Recuperacional em 14 de setembro de 2015, tornando-se detentora de ativos estabelecidos conforme Laudo de avaliação do Patrimônio Líquido em 31 de outubro de 2015 para efeito de cisão parcial entre a Galvão Engenharia S.A e CEOS Administradora de Bens S.A. **Nossa abordagem:** Nossos procedimentos de auditoria basearam-se no Plano de Recuperação Judicial e no Laudo de avaliação patrimonial para efeito de cisão. Observamos que os créditos transferidos para a Companhia CEOS Administradora de Bens S.A. tratam-se de recebíveis oriundos da empresa Petrobrás S.A. com finalidade de garantir os pagamentos dos credores concursais. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Presidente Prudente, 14 de março de 2023.

Approach Auditores Independentes S/S - CRC 2SP023119/O-0

Leandro Antonio Marini Pires - Sócio - Diretor - Contador CRC 1SP185232/O-3.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C8EB-5B3E-488C-5337.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 15/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C8EB-5B3E-488C-5337.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/C8EB-5B3E-488C-5337 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C8EB-5B3E-488C-5337

Hash do Documento

E44699233B12E0BE188EAC6D8193C5ECC863FA28961D1DBF7346D05A91E7FC4F

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 15/04/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 15/04/2023 05:40 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

GCB Finance S.A.

CNPJ/MF nº 49.090.873/0001-21 – NIRE 35.300.608.259

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de março de 2023

1. Data, Hora e Local: Realizada aos 27 (vinte e sete) dias de março de 2023, às 11h00 (onze horas), na sede social da **GCB Finance S.A.** ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Conceição de Monte Alegre, nº 107, Torre A, 9º andar, Cidade Monções, CEP 04563-060. **2. Convocação e Presença:** Foram dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, na forma prevista nos artigos 124, § 4º e 133, § 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **3. Composição da Mesa:** Foram eleitos para a mesa, por unanimidade, o Sr. Paulo Humberto Sapio de Morais (Presidente) e o Sr. Gustavo Moreira Carvalho (Secretário). **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a emissão e as características da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries, da espécie subordinada, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, da Companhia ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13 de julho de 2023, conforme alterada ("Oferta" e "Resolução CVM 160", respectivamente), em conformidade com os termos a serem estabelecidos no "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (Duas) Séries, da Espécie Subordinada, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da GCB Finance S.A.*" ("Escritura de Emissão"), a ser celebrado entre a Companhia e a **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário"); (ii) a autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos os atos necessários para realização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando a: (a) celebração, pela Companhia, de todos os contratos e documentos no âmbito da Emissão e Oferta e de seus eventuais aditamentos, incluindo, mas não se limitando à Escritura de Emissão, ao "*Contrato de Distribuição Pública sob o Rito de Registro Automático, em Regime de Melhores Esforços, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em 2 (Duas) Séries, da 1ª (Primeira) Emissão da GCB Finance S.A.*", a ser celebrado entre a Companhia e a **Terra Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, instituição financeira com sede Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 100, 5º andar, Itaim Bibi, CEP 04534-000, inscrita no CNPJ sob o nº 03.751.794/0001-13 ("Coordenador Líder" e "Contrato de Distribuição", respectivamente); (b) contratação de todos os prestadores de serviços necessários para a realização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando, o Agente Fiduciário, o agente de liquidação Emissão ("Agente de Liquidação"), o escriturador ("Escriturador") e os assessores legais; e (c) prática de todos os demais atos necessários para realização do disposto no item (i) acima. **5. Deliberações:** Os acionistas da Companhia aprovaram, por unanimidade de votos: **(i)** A realização da Oferta, com as seguintes características e condições que constarão da Escritura de Emissão a ser firmada entre a Companhia e o Agente Fiduciário: (a) Número da Emissão: a Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de Debêntures da Companhia; (b) Valor da Emissão: o valor total da Emissão será de R$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definida), sendo R$7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais) para as Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definido) e R$7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais) para as Debêntures da Segunda Série (conforme abaixo definido); (c) Quantidade: serão emitidas 15.000 (quinze mil) debêntures, sendo 7.500 (sete mil e quinhentas) debêntures da Primeira Série ("Debêntures da Primeira Série") e 7.500 (sete mil e quinhentas) debêntures da Segunda Série ("Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com as Debêntures da Primeira Série, "Debêntures"); (d) Número de Série: a Emissão será realizada em 2 (duas) séries ("Primeira Série" e "Segunda Série" e, quando em conjunto, "Séries" ou, individual e indistintamente, "Séries"); (e) Valor Nominal Unitário: o valor nominal unitário das Debêntures será de R$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); (f) Destinação de Recursos: os recursos líquidos captados por meio da Oferta, descontados dos custos de despesas a serem previstos na Escritura de Emissão, serão destinados para o atendimento da gestão ordinária de seus negócios e para o pagamento de despesas extraordinárias e das Despesas (conforme a ser definido na Escritura de Emissão); (g) Espécie: as Debêntures serão da espécie subordinada, nos termos do artigo 58, caput e parágrafo quarto, da Lei das Sociedades por Ações; (h) Data de Emissão: para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será a data definida na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"); (i) Conversibilidade: as Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia; (j) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade das Debêntures: as Debêntures serão emitidas sob forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, e, para todos os fins e efeitos de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato das Debêntures emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela B3, em nome de cada Debenturista; (k) Prazo e Data de Vencimento: ressalvadas das hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures em função de um Evento de Inadimplemento (conforme definido na Escritura de Emissão), Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido) ou Aquisição Facultativa das Debêntures (conforme abaixo definido), com cancelamento da totalidade das Debêntures, as Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série"), e as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, "Data de Vencimento"); (l) Preço de Subscrição e Forma de Integralização: as Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Data de Início da Rentabilidade, a integralização deverá considerar o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da respectiva Remuneração (conforme definidos abaixo), calculados *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de sua efetiva integralização; (m) Data de Início da Renatbilidade: para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a primeira data de integralização das Debêntures ("Data de Início da Rentabilidade"); (n) Repactuação: as Debêntures não serão objeto de repactuação programada; (o) Atualização Monetária das Debêntures: o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; (p) Remuneração das Debêntures da Primeira Série: sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 ("Taxa DI"), acrescida de *spread* (sobretaxa) de 9,00% (nove inteiros por cento) ao ano, base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série"). A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures), desde a Data de Início da Rentabilidade ou Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo) imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, data de pagamento por vencimento antecipado em decorrência de um evento de inadimplemento ou na data de um eventual resgate antecipado, o que ocorrer primeiro (em todos os casos, exclusive). A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será calculada de acordo com a fórmula a ser estabelecida na Escritura de Emissão; (q) Remuneração das Debêntures da Segunda Série: Sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de *spread* (sobretaxa) de 6,00% (seis inteiros por cento) ao ano, base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série, "Remuneração"). A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures), desde a Data de Início da Rentabilidade ou Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, data de pagamento por vencimento antecipado em decorrência de um evento de inadimplemento ou na data de um eventual resgate antecipado, o que ocorrer primeiro (em todos os casos, exclusive). A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será calculada de acordo com a fórmula a ser estabelecida na Escritura de Emissão; (r) Pagamento da Remuneração: sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, de Aquisição Facultativa, com cancelamento da totalidade das Debêntures, de Amortização Extraordinária ou de Resgate Antecipado Facultativo, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, a: (i) Remuneração das Debêntures da Primeira Série será paga em uma única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série ("Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série"); e (ii) Remuneração das Debêntures da Segunda Série será paga mensalmente, sem carência, a partir da Data de Emissão, sendo o último pagamento devido na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série (cada uma das datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, "Data de Pagamento da Remuneração"). (s) Amortização do Saldo do Valor Nominal Unitário: sem prejuízo dos pagamentos decorrentes de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, de Aquisição Facultativa com cancelamento da totalidade das Debêntures, de Amortização Extraordinária ou de Resgate Antecipado Facultativo, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão e na legislação aplicável: (i) o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado em 1 (uma) única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série; e (ii) o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 1 (uma) única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série; (t) Resgate Antecipado Facultativo: a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo parcial ou total das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor devido pela Companhia será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável, a serem resgatadas, acrescido (b) da Remuneração, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo. O Resgate Antecipado Facultativo deverá observar os demais termos e condições previstos na Escritura de Emissão; (u) Amortização Extraordinária: a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar a amortização extraordinária facultativa das Debêntures ("Amortização Extraordinária"). Por ocasião da Amortização Extraordinária, o valor devido pela Companhia será equivalente a (a) parcela do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem amortizadas, acrescido (b) da Remuneração das Debêntures, de forma proporcional, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária, incidente sobre a parcela do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizada e demais encargos devidos e não pagos até a data de Amortização Extraordinária das Debêntures. A Amortização Extraordinária deverá observar os demais termos e condições previstos na Escritura de Emissão; (v) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, adquirir Debêntures, observado o disposto no art. 5º, da Lei das Sociedades por Ações e o disposto na Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 77"), e ainda, condicionado ao aceite do Debenturista vendedor, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia ("Aquisição Facultativa"). As Debêntures adquiridas pela Companhia nos termos da da Escritura de Emissão poderão, a critério da Companhia e desde que observada a regulamentação aplicável em vigor, (a) ser canceladas; (b) permanecer em tesouraria; ou (c) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à remuneração aplicável às demais Debêntures. A Companhia deverá observar os procedimentos para aquisição facultativa previstos nos artigos 14 e seguintes da Resolução CVM 77; (w) Regime de Colocação e Plano de Distribuição: as Debêntures serão objeto de distribuição pública exclusivamente para Investidores Profissionais (conforme definido na Escritura de Emissão), nos termos da Lei de Valores Mobiliários, da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com a intermediação do Coordenador Líder, sob o regime de melhores esforços de colocação para a totalidade do Valor Total da Emissão, nos termos do Contrato de Distribuição. A Oferta será conduzida pelo Coordenador Líder, conforme plano de distribuição elaborado nos termos do artigo 49 da Resolução CVM 160 e do Contrato de Distribuição ("Plano de Distribuição"), não havendo qualquer limitação em relação à quantidade de Investidores Profissionais acessados pelo Coordenador Líder, sendo possível, ainda, a subscrição ou aquisição das Debêntures por qualquer número de Investidores Profissionais; (x) Distribuição Parcial: será admitida a distribuição parcial das Debêntures no âmbito da Oferta, nos termos do artigo 73 da Resolução CVM 160, observada que a Oferta somente será efetivada com, no mínimo, a colocação de 1 (uma) Debênture da Primeira Série ou 1 (uma) Debênture da Segunda Série, conforme o caso, perfazendo o montante total de R$1.000,00 (um mil reais) ("Montante Mínimo"). No ato da aceitação à Oferta, os Investidores Profissionais poderão condicionar sua adesão a que haja distribuição: (a) da totalidade das Debêntures, sendo que, se tal condição não se implementar, as ordens serão canceladas; ou (b) de uma proporção ou quantidade mínima de Debêntures originalmente objeto da Oferta, definida conforme critério do próprio Investidor Profissional, devendo o Investidor Profissional, no momento da aceitação, indicar se, implementando-se a condição prevista, pretende receber a totalidade dos Debêntures subscritas ou quantidade equivalente à proporção entre a quantidade de Debêntures efetivamente distribuída e a quantidade de Debêntures originalmente objeto da Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do Investidor Profissional em receber a totalidade das Debêntures originalmente indicadas por tal Investidor. Caso a condição indicada pelo Investidor não seja atendida, a respectiva ordem será cancelada. As Debêntures não colocadas serão canceladas. Se, ao final do Período de Distribuição (conforme definido na Escritura de Emissão), as Debêntures não tiverem sido totalmente subscritas e integralizadas, o Coordenador Líder não se responsabilizará pelo saldo não integralizado, caso em que, observado o Montante Mínimo, as partes da Escritura de Emissão deverão realizar aditamento à Escritura de Emissão para prever a quantidade de Debêntures efetivamente subscritas e integralizadas, a ser celebrado em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do encerramento do Período de Distribuição, que deverá ser levado a registro perante a JUCESP, observado o disposto na Escritura de Emissão, sem necessidade de nova aprovação societária pela Companhia ou de aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, bem como realizar o cancelamento do saldo não integralizado. (y) Vencimento Antecipado: observado o disposto na Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá considerar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Companhia do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescidos da respectiva Remuneração, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento (exclusive), além dos demais encargos devidos nos termos a serem estabelecidos na Escritura de Emissão, quando aplicáveis, na ocorrência de qualquer uma das hipóteses específicas a serem estabelecidas na Escritura de Emissão e desde que observados os prazos de cura, conforme aplicável; (z) Depósito para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica: as Debêntures serão depositadas para: (i) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 ("B3"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação, observado o disposto na Cláusula 2.5.2 abaixo, no mercado secundário por meio do CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; (aa) Prorrogação dos Prazos: considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não exista expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da B3, hipótese em que referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com feriado declarado nacional, sábado ou domingo. Para fins da Escritura de Emissão, será considerado "Dia Útil", inclusive para fins de cálculo, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; (bb) Encargos Moratórios: sem prejuízo da remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa moratória convencional, irredutível e não compensatória, de 2,00% (dois inteiros por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1,00% (um inteiro por cento) ao mês, calculados desde a data do inadimplemento (inclusive) até a data do efetivo pagamento (exclusive); ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios"); e (cc) Demais Características: as demais características das Debêntures encontrar-se-ão descritas na Escritura de Emissão. **(ii)** A autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos os atos necessários para realização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando a: (a) celebração, pela Companhia, de todos os contratos e documentos no âmbito da Emissão e Oferta e de seus eventuais aditamentos, incluindo, mas não se limitando a Escritura de Emissão e o Contrato de Distribuição; (b) contratação de todos os prestadores de serviços necessários no âmbito da Emissão, que incluem, mas não se limitam, o Agente Fiduciário, o Agente de Liquidação, o Escriturador e os assessores legais; e (c) prática de todos os demais atos necessários para realização do disposto no item (i) acima. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata em forma de sumário, no livro próprio, na forma do art. 130, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Reaberta a sessão, esta ata foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. **Mesa**: Presidente: Sr. Paulo Humberto Sapio de Morais; e Secretário: Sr. Gustavo Moreira Carvalho. **Acionistas Presentes**: Grupo GCB Participações S.A. e GRCB Quark Consultoria de Valores Mobiliários Ltda. São Paulo, 27 de março de 2023. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Mesa: Paulo Humberto Sapio de Morais** – Presidente da Mesa; **Gustavo Moreira Carvalho** – Secretário da Mesa. **Acionistas: Grupo GCB Participações S.A.; GRCB Quark Consultoria de Valores Mobiliários Ltda.** JUCESP – Registrado sob o nº 145.002/23-8 em 12/04/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Ineos Compósitos do Brasil S.A.

CNPJ(MF) nº 72.930.332/0001-86

Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais, centavos eliminados)

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2022.

Araçariguama, 31 de março de 2023

A Diretoria

Balanço Patrimonial

Ativo/Circulante	2022	2021
Caixa e Equivalentes de Caixa	22.810.635	21.893.115
Duplicatas a Receber de Clientes	58.550.289	64.598.884
Estoques	49.992.133	29.545.181
Impostos a Recuperar	13.863.433	7.980.998
Demais Contas a Receber	2.909.231	2.521.392
Despesas Antecipadas	51.046	90.538
(=)	**148.176.767**	**126.630.108**
Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo		
Impostos a Recuperar	166.676	195.853
Depósitos Judiciais	–	9.513
Ativo Fiscal Diferido	1.416.793	944.744
(=)	**1.583.469**	**1.150.110**
Permanente		
Imobilizado	47.321.059	37.946.555
(–) Depreciações Acumuladas	(27.400.851)	(24.191.513)
Intangível	51.248.072	51.248.073
(–) Amortizações	(651.749)	(607.357)
(=)	**70.516.531**	**64.395.758**
Total do Ativo	**220.276.767**	**192.175.976**

Passivo/Circulante	2022	2021
Fornecedores Nacionais	28.863.379	33.864.626
Fornecedores Estrangeiros	11.914.494	2.574.110
Obrigações Fiscais	2.105.842	1.716.791
Outras Obrigações	3.291.145	1.744.162
Provisões	3.877.831	3.438.768
(=)	**50.052.691**	**43.338.457**
Não Circulante		
Exigível a Longo Prazo		
Empréstimo Intercompanhia	43.324.100	49.139.694
Outras Obrigações	296.633	–
Provisões p/Contingências	21.039	21.039
(=)	**43.641.772**	**49.160.733**
Patrimônio Líquido		
Capital Social	94.104.395	94.104.395
Reservas de Lucros	32.477.909	5.572.391
(=)	**126.582.304**	**99.676.786**
Total do Passivo	**220.276.767**	**192.175.976**

Demonstração do Resultado

	2022	2021
Receita Operacional Líquida (nota 4)	**324.166.431**	**274.034.818**
(–) Custo dos Produtos Vendidos	(268.952.823)	(221.859.530)
Lucro Bruto	**55.213.608**	**52.175.288**
(Despesas) Receitas Operacionais		
Com Vendas	(11.371.078)	(9.928.813)
Gerais e Administrativas	(7.695.267)	(6.222.197)
Participações de Empregados	(838.042)	(479.949)
Outras (Despesas) Receitas Op. Líquidas	(2.591)	2.080.265
Provisão p/Contingências	–	–
Lucro (Prejuízo) Op. antes do Res. Financeiro	**35.306.630**	**37.624.594**
Resultado Financeiro	**5.394.101**	**187.704**
Despesas Financeiras	(1.471.921)	(219.853)
Receitas Financeiras	1.660.245	1.179.897
Variações Cambiais Líquidas	5.205.777	(772.340)
Lucro (Prejuízo) antes do IR e da CS	**40.700.731**	**37.812.298**
IR e CS - Corrente	(14.267.262)	(13.109.348)
IR e CS - Diferido	472.049	270.028
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	**26.905.518**	**24.972.978**
Ações do Capital ao Final do Exercício	94.104.395	94.104.395
Lucro por Ação - R$	0,29	0,27

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Histórico	Capital Social	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Lucros a Realizar	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2020	94.104.395	3.289.118	40.769.332	–	138.162.845
Lucro do exercício	–	–	24.972.978	–	24.972.978
Constituição de Reservas	–	2.283.273	(2.283.273)	–	–
Distribuição de Dividendos	–	–	(63.257.816)	–	(63.257.816)
Ajuste do Exercício Anterior	–	–	(201.221)	–	(201.221)
Saldos em 31/12/2021	94.104.395	5.572.391	–	–	99.676.786
Lucro do Exercício	–	–	26.905.518	–	26.905.518
Constituição de Reservas	–	1.345.276	(1.345.276)	–	–
Distribuição de Dividendos	–	–	–	–	–
Ajuste do Exercício Anterior	–	–	–	–	–
Saldos em 31/12/2022	94.104.395	6.917.667	25.560.242	–	126.582.304

Demonstração do Fluxo de Caixa - (Método Indireto)

Das Atividades Operacionais	2022	2021
Lucro antes do IR e CS	40.700.731	37.812.298
Depreciações e Amortizações	3.239.873	2.648.501
Resultado na Baixa de Ativo Imobilizado	(2.591)	174.832
IR e CS Diferidos	472.049	270.028
Provisões (Reversão)	(78.712)	(102.598)
	44.331.350	**40.803.061**
Variações nos Ativos e Passivos		
Contas a Receber	6.127.307	(20.845.996)
Estoques	(20.446.952)	(14.542.551)
Impostos a Recuperar	(5.853.258)	(7.588.795)
Partes Relacionadas	(5.583.189)	(13.958.598)
Demais Ativos	(939.234)	382.457
Fornecedores	4.339.137	16.666.430
Impostos e Contribuições a Recolher	(317.362)	(216.032)
Provisão de Férias e Encargos	(439.062)	(1.056.712)
Demais Passivos	1.680.774	(747.000)
Ajuste do Exercício Anterior	–	(201.221)
IR e CS Pagos	(14.267.263)	(13.109.348)
Caixa Líq. Proveniente Ativ. Operacionais	**8.632.248**	**(14.414.305)**
Das Atividades de Investimentos		
Aquisição de Bens do Imobilizado	(7.717.228)	(1.376.671)
Venda Ativo Imobilizado	2.500	291.205
Caixa Líq. Consumido Ativ. de Investimentos	**(7.714.728)**	**(1.085.466)**
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	917.520	(15.499.771)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	21.893.115	37.392.886
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	22.810.635	21.893.115

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

1 - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância à Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e o CPC-PME). **2 - Apuração do resultado, ativos e passivos** - O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios. Os ativos circulantes e não circulantes, quando aplicável, incluem encargos incorridos, são reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização e as aplicações financeiras reconhecem os rendimentos *pro rata temporis*. Os estoques estão demonstrados ao custo médio de produção ou aquisição, ou mercado, entre esses o menor. A administração efetuou análise dos valores dos Ativos e Passivos (notadamente contas a receber e fornecedores), não havendo saldos e transações para os quais o ajuste a valor presente seja aplicável e relevante. **3 - Permanente** - Imobilizado e Ativo Intangível, são demonstrados ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens.

4 - Receita Operacional Líquida	2022	2021
Receita Bruta no Mercado Interno	406.693.637	342.162.436
Receita Bruta no Mercado Externo	9.710.273	12.264.675
Impostos s/Vendas	(89.986.225)	(77.756.486)
Devoluções de Vendas	(2.251.254)	(2.635.807)
Receita Líquida	324.166.431	274.034.818

Marcelo Hamilton Schwartz de Magalhães
Controller

Murilo Siqueira Sales
Contador - CRC SP-305440/O-2

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 3D50-D7E0-F552-B996.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 15/04/2023
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 3D50-D7E0-F552-B996.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/3D50-D7E0-F552-B996 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 3D50-D7E0-F552-B996

Hash do Documento

49320DEE5028458B693A43AFA0CF1EC0572C3D69539992F727C31BA992D17220

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 15/04/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 15/04/2023 05:41 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.

CNPJ/ME nº 38.042.694/0001-00 - NIRE 35.300.554.035

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2023

I. DATA, HORÁRIO E LOCAL: **1.1.** Em 10 de abril de 2023, às 10:00 horas, na sede social, situada na Rua Bandeira Paulista, nº 600, Conjunto 44, Sala 4, Itaim Bibi, CEP 04532-001, compareceram todos os acionistas da **TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.** ("Companhia") e, como representam a totalidade de seu capital social foi dispensada a publicação de convocação, conforme o disposto no artigo 124, §4º da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, ("Lei das Sociedades por Ações"), conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **II. MESA: 2.1. Presidente –** Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa ("Presidente"); e **Secretária –** Thais de Castro Monteiro ("Secretária") **III. ORDEM DO DIA**: **3.1.** Composta a mesa, o Sr. Presidente declarou instalada a assembleia geral extraordinária da Companhia ("Assembleia"), passando a ler os itens da ordem do dia a serem objeto de deliberação na presente Assembleia: **(i)** aprovar a realização, pela Companhia, da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com instituição de patrimônio separado ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente) para distribuição pública, a ser registrada sob o rito automático de distribuição e destinada exclusivamente a Investidores Profissionais, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160") e do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, de 2 de janeiro de 2023 ("Código ANBIMA"), e das demais disposições legais aplicáveis ("Oferta"); e **(ii)** autorizar os diretores da Companhia para, observando o disposto no estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), praticar e celebrar todos e quaisquer atos e/ou negócios jurídicos, respectivamente, necessários e/ou relacionados à deliberação prevista no item (i) acima, incluindo, mas sem limitação, a Escritura de Emissão (conforme abaixo definido) e os demais Documentos da Operação (conforme abaixo definido). **IV. DELIBERAÇÕES**: **4.1.** Dando prosseguimento aos trabalhos, o Sr. Presidente submeteu à apreciação dos Srs. Acionistas os assuntos da ordem do dia. Após os esclarecimentos prestados acerca da necessidade de realização da Emissão, os acionistas deliberaram, por unanimidade: **(i)** Aprovar, conforme atribuições previstas no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, a realização da Emissão, com as seguintes características principais: **a) Número da Emissão:** Esta será a 4ª (quarta) emissão de debêntures da Companhia. **b) Séries:** A Emissão será realizada em duas séries. **c) Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão é de até R$100.000.000,00 (cem milhões de reais), sendo até R$ 95.000.000,00 (noventa e cinco milhões de reais) no âmbito das Debêntures da Primeira Série e até R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) no âmbito das Debêntures da Segunda Série, observado o Montante Mínimo (conforme definido abaixo). **d) Quantidade de Debêntures Emitidas:** serão emitidas até 100.000 (cem mil) Debêntures, sendo até 95.000 (noventa e cinco mil) Debêntures da primeira série ("Debêntures da Primeira Série") e até 5.000 (cinco mil) Debêntures da segunda série ("Debêntures da Segunda Série"). **e) Destinação dos Recursos:** Os recursos decorrentes da subscrição e integralização das Debêntures deverão ser acolhidos pela Companhia na Conta Centralizadora (conforme será definido na Escritura de Emissão), submetida ao regime fiduciário instituído sobre o Patrimônio Separado, e atrelada ao patrimônio separado constituído em favor dos titulares das Debêntures ("Patrimônio Separado"). A Companhia utilizará os recursos provenientes da subscrição e integralização das Debêntures para pagamento do preço de aquisição das cédulas de crédito bancários emitidas por clientes do Banco Arbi S.A. (inscrito no CNPJ sob o nº 54.403.563/0001-50) ("Emitentes" e "Bancarizador", respectivamente), em favor do Bancarizador, originadas da concessão de operação de crédito consignado em folha de pagamento, nos termos da Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003 ("Lei 10.820") ("CCB"), sendo as CCB endossadas à Companhia pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Angá Multi Consignados I, inscrito no CNPJ sob o nº 29.720.593/0001-42, pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Angá Multiestratégia I, inscrito no CNPJ sob o nº28.796.939/0001-23, e pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Angá Multiestratégia II, inscrito no CNPJ sob o nº31.570.816/0001-44 ("Endossantes"), nos termos dos respectivos Instrumentos Particular de Endosso de Cédulas de Crédito Bancário, sem Coobrigação e Outras Avenças, a serem celebrados entre a Companhia e os Endossantes ("Instrumentos de Endosso"), observada a Ordem de Alocação de Recursos (conforme será definido na Escritura de Emissão), pagamento das despesas relacionadas à Emissão, de responsabilidade da Companhia ("Despesas") e composição do fundo de despesas constituído na Conta Centralizadora para fazer frente ao pagamento das Despesas, bem como as demais disposições a serem previstas na Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Operação. Em caso de distribuição parcial, os valores serão alocados respeitada a proporção de colocação total das Debêntures. **f) Colocação e Procedimentos de Distribuição**: As Debêntures serão objeto de distribuição pública, nos termos da Resolução CVM 160, sob o regime de melhores esforços de colocação para a totalidade das Debêntures, a ser prestada por instituição financeira integrante do sistema de valores mobiliários na qualidade de instituição intermediária da Oferta contratada pela Companhia para atuar na estruturação e coordenação da Oferta ("Coordenador Líder"), nos termos do "*Contrato de Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, em Regime de Melhores Esforços, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária com Instituição de Patrimônio Separado para Distribuição Pública, da 4ª (Quarta) Emissão da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.*", a ser celebrado entre a Companhia e Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição") e serão destinadas exclusivamente à subscrição por Investidores Profissionais. **g) Valor Nominal Unitário**: O valor nominal unitário de cada Debêntures corresponderá, na Data de Emissão, a R$1.000,00 (um mil reais). **h) Data de Emissão das Debêntures**: Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela prevista na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"). **i) Distribuição Parcial das Debêntures**: Será admitida a distribuição parcial das Debêntures, nos termos do artigo 73 da Resolução CVM 160, desde que observado o montante mínimo de 10.000 (dez mil) Debêntures, sendo 9.500 (nove mil e quinhentas) Debêntures da Primeira Série e 500 (quinhentas) Debêntures da Segunda Série, totalizando o montante de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) na primeira Data de Integralização (conforme definida abaixo) sendo R$ 9.500.000,00 (nove milhões e quinhentos mil reais) no âmbito das Debêntures da Primeira Série e R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) no âmbito das Debêntures da Segunda Série ("Montante Mínimo"), sendo que as Debêntures que não forem efetivamente subscritas e integralizadas serão cancelados pela Companhia. Caso não seja possível a colocação do Montante Mínimo junto aos Investidores Profissionais na primeira Data de Integralização, a Emissão será automaticamente cancelada, devendo a Companhia devolver quaisquer valores que tenha recebido dos Investidores Profissionais no âmbito da Emissão, em moeda corrente nacional, sem quaisquer deduções ou acréscimos. Caso haja colocação de Debêntures em montante inferior ao Valor Total da Emissão na primeira Data de Integralização das Debêntures, observado o Montante Mínimo e observado o Período de Distribuição, o saldo de Debêntures não colocado no âmbito da Oferta será cancelado pela Companhia, o que será formalizado por meio de aditamento à Escritura de Emissão, sem necessidade de nova aprovação societária ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas. **j) Prazo e Data de Vencimento das Debêntures:** Observado o disposto na Escritura de Emissão, (i) as Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 81 (oitenta e um) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de janeiro de 2030 da Primeira Série ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série"); e (ii) as debêntures da Segunda Série terão o prazo de vencimento de 105 (cento e cinco) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de janeiro de 2032 ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com o Data de Vencimentos das Debêntures da Primeira Série, as "Datas de Vencimento"). **k) Forma, tipo e comprovação de titularidade:** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador (conforme será definido na Escritura de Emissão) e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – B3 ("B3"), conforme o caso, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures. **l) Conversibilidade**: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia. **m) Espécie**: As Debêntures serão da espécie quirografária, com instituição de Patrimônio Separado. Não há garantia real ou flutuante e não existe qualquer tipo de regresso contra o patrimônio da Companhia; **n) Preço de Subscrição e Forma de Integralização**: As Debêntures serão subscritas e integralizadas, a qualquer momento, a partir da data de início de distribuição, conforme informada no anúncio de início de distribuição, a ser divulgado nos termos do artigo 13 da Resolução CVM 160, durante o período de distribuição das Debêntures previsto no artigo 48 da Resolução CVM 160, de acordo com os procedimentos da B3, observado o plano de distribuição das Debêntures organizado pelo Coordenador Líder, conforme procedimentos descritos no artigo 49 da Resolução CVM 160 e no Contrato de Distribuição. O preço de integralização das Debêntures (i) na primeira Data de Integralização, será o Valor Nominal Unitário das Debêntures; e (ii) nas Datas de Integralização posteriores à primeira Data de Integralização, será o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização até a data da efetiva integralização ("Preço de Integralização"), podendo, ainda, em qualquer Data de Integralização, serem subscritas com ágio ou deságio, conforme poderá vir a ser definido no ato de subscrição das Debêntures, sendo certo que, caso aplicável, o ágio ou o deságio, conforme o caso, deverá ser aplicado em igualdade de condições a todos os investidores em cada data de integralização das Debêntures ("Data de Integralização"). A integralização das Debêntures será à vista e em moeda corrente nacional na Data de Integralização. **o) Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica**: As Debêntures serão depositadas na B3 para: (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. **p) Preferência, Prioridade e Subordinação**: Observadas a Ordem de Alocação de Recursos e demais disposições a serem previstas na Cláusula 11 da Escritura de Emissão, as Debêntures da Primeira Série terão preferência e prioridade sobre as Debêntures da Segunda Série, para efeitos de pagamento de remuneração e/ou amortização. **q) Atualização Monetária:** Não haverá atualização monetária das Debêntures. **r) Remuneração das Debêntures da Primeira Série:** Observados os termos a serem dispostos na Escritura de Emissão, especialmente quanto à Ordem de Alocação de Recursos e ao Pagamento Condicionado (conforme definido abaixo), sobre o valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debentures da Primeira Série incidirão, a partir da Data de Início da Rentabilidade das Debêntures, inclusive, juros remuneratórios que corresponderão a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de *spread* ou sobretaxa de 2,00% (dois inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis até a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série ou integral liquidação das Debêntures (exclusive) ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série"), calculada de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão; **s) Remuneração das Debêntures da Segunda Série:** Observados os termos a serem dispostos na Escritura de Emissão, especialmente quanto à Ordem de Alocação de Recursos das Debêntures e ao Pagamento Condicionado, sobre o valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debentures da Segunda Série incidirão, a partir da Data de Início da Rentabilidade Unitário das Debêntures, inclusive, juros remuneratórios que corresponderão a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de *spread* ou sobretaxa de 2,00% (dois por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis até a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série ou integral liquidação das Debêntures (exclusive) ("Remuneração das Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série, "Remuneração das Debêntures"), calculada de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão. **t) Prêmio de Subordinação**: Observados os termos da Escritura de Emissão, especialmente quanto à Ordem de Alocação de Recursos e ao Pagamento Condicionado, após (i) o pagamento integral da Remuneração das Debêntures, e (ii) a Amortização Ordinária do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, a Amortização Extraordinária Facultativa, a Amortização Extraordinária Obrigatória e o Resgate Antecipado Facultativo Total, os titulares das Debêntures da Segunda Série receberão, na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série um prêmio equivalente a 100% (cem por cento) da receita residual do Lastro das Debêntures, observada a Ordem de Alocação de Recursos ("Prêmio de Subordinação"). Caso aplicável, a Companhia, com a anuência dos Debenturistas, informará ao escriturador das Debêntures e à B3, conforme o caso, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis, da ocorrência do pagamento de Prêmio de Subordinação, bem como o seu valor, o que deverá observar os termos a serem previstos na Escritura de Emissão. **u) Pagamento Condicionado e Subordinação das Debêntures da Segunda Série**: Os pagamentos devidos pela Companhia referentes à Amortização Ordinária, à Amortização Extraordinária Obrigatória, Amortização Extraordinária Facultativa, à Remuneração das Debêntures e ao Prêmio de Subordinação, com relação às Debêntures, e demais valores devidos pela Companhia aos Debenturistas, no âmbito da presente Emissão, estão condicionados ao efetivo pagamento, em montante suficiente, das CCB pelos Emitentes ("Pagamento Condicionado"). Deste modo, a não realização dos pagamentos relacionados à Amortização Ordinária, Amortização Extraordinária Obrigatória, Amortização Extraordinária Facultativa, à Remuneração das Debêntures e ao Prêmio de Subordinação, com relação às Debêntures, e demais valores devidos pela Companhia aos Debenturistas, no âmbito da presente Emissão, em razão do não recebimento suficiente dos recursos devidos pelos Emitentes no âmbito das CCB, não constituirá em inadimplemento por parte da Companhia, não sendo devidos encargos moratórios ou qualquer outro tipo de remuneração. Fica estabelecido que os recursos disponíveis na Conta Centralizadora também poderão ser utilizados para a realização dos pagamentos devidos pela Companhia aos Debenturistas conforme listados na Escritura de Emissão. **v) Pagamento da Remuneração**: Observado os termos da Escritura de Emissão, especialmente quanto à Ordem de Alocação de Recursos e o Pagamento Condicionado, a Remuneração das Debêntures das respectivas Séries será paga, pela Companhia, ordinariamente, todo dia 15 (quinze) de cada mês, a partir de junho, inclusive ("Datas de Pagamento"). **w) Amortização Ordinária do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série**: Observada a Ordem de Alocação de Recursos e do Pagamento Condicionado, o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, será amortizado, em cada Data de Pagamento, conforme cronograma de amortização constante da Escritura de Emissão, caso haja recursos para tal, nos termos da Ordem de Alocação de Recursos ("Amortização Ordinária da Primeira Série") **x) Local de Pagamento:** Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia nas datas de pagamento definidas na Escritura de Emissão, utilizando, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; ou (ii) os procedimentos adotados pelo escriturador, para as Debêntures que eventualmente não estejam custodiadas eletronicamente na B3. **y) Garantias:** Não serão constituídas garantias, reais ou pessoais, prestadas pela Companhia ou qualquer terceiro (sem prejuízo da instituição do regime fiduciário e consequente criação do Patrimônio Separado). **z) Recompra em caso de Evento Resolutivo**: Se, a qualquer momento, até a liquidação integral das Debêntures, ocorrer algum dos Eventos Resolutivos (conforme definidos nos Instrumentos de Endosso), os Endossantes estarão obrigados, em caráter irrevogável e irretratável, a recomprar da Companhia às CCB sujeitas ao referido Evento Resolutivo pelo valor referente ao Preço de Resolução da Aquisição (conforme definido nos Instrumentos de Endosso) ("Recompra das CCB"). **aa) Amortização Extraordinária Obrigatória**: Observados os termos a serem previstos na Escritura de Emissão, especialmente quanto à Ordem de Alocação de Recursos e ao Pagamento Condicionado, o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures deverá ser amortizado extraordinariamente em caso de Recompra das CCB observado o limite de 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva Série ("Amortização Extraordinária Obrigatória" e "Limite da Amortização Extraordinária", respectivamente), conforme procedimentos previstos na Escritura de Emissão. **bb) Amortização Extraordinária Facultativa**: Observados os termos a serem previstos na Escritura de Emissão, especialmente quanto à Ordem de Alocação de Recursos e ao Pagamento Condicionado, a Companhia, a seu exclusivo critério e desde que atendida as condições a serem definidas na Escritura de Emissão, observado o Limite da Amortização Extraordinária, poderá amortizar extraordinariamente: (i) o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, caso os recursos provenientes do Lastro das Debêntures excedam os valores necessários para realização do pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, da Amortização Ordinária do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série e o pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série; e (ii) o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, caso já tenha ocorrido de integral quitação das Debêntures da Primeira Série ("Amortização Extraordinária Facultativa"), conforme procedimentos previstos na Escritura de Emissão. **cc) Resgate Antecipado Facultativo Total:** Observados os termos da Escritura de Emissão, especialmente quanto à Ordem de Alocação de Recursos e ao Pagamento Condicionado, a Companhia poderá, em uma Data de Pagamento, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Primeira Série, caso (i) o montante de recursos proveniente dos Lastros das CCB excedam os valores necessários para realização do pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, da Amortização Ordinária do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série e do pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série; e (ii) tenha sido atingido o Limite da Amortização Extraordinária das Debêntures da Primeira Série; , ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série, o valor devido pela Companhia será equivalente ao (1) Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, acrescido (2) da Remuneração das Debêntures da Primeira Série e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Total Obrigatório das Debêntures da Primeira Série, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Primeira Série, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, observamos os demais termos e condições previstos na Escritura de Emissão. **dd) Demais Características:** as demais características das Debêntures estarão descritas na Escritura de Emissão. **(ii)** Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos e quaisquer atos necessários à formalização da Emissão acima deliberada, inclusive, mas não somente: **a)** Celebrar e/ou aprovar, conforme o caso, a Escritura de Emissão e os demais documentos da operação, quais sejam, (i) os Instrumentos de Endosso; (ii) o "Contrato de Monitoramento, Conciliação e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Companhia e a Angá Administração de Recursos Ltda. (inscrita no CNPJ sob o nº 09.452.272/0001-05), na qualidade de agente de monitoramento, conciliação e cálculo das CCB ("Agente de Monitoramento"); (iii) o Contrato de Distribuição; (iv) o "Contrato de Prestação de Serviços de Gerenciamento de Conta Escrow e Outras Avenças", celebrado em 28 de dezembro de 2020 entre o Bancarizador, os Endossantes, o Agente de Monitoramento, entre outras partes, conforme aditado; (v) o "Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos Creditórios e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Companhia, o Banco Arbi S.A. (inscrito no CNPJ sob o nº 54.403.563/0001-50), na qualidade de agente de cobrança do Lastro das Debêntures, entre outras partes; (vi) o Sumário Preliminar das Debêntures; (vii) o Sumário Definitivo das Debêntures; (viii) o Boletim de Subscrição das Debêntures; e (ix) os demais instrumentos celebrados com prestadores de serviços contratados na Emissão e/ou a ela conexos (em conjunto, "Documentos da Operação"); sem prejuízos de outros documentos cuja celebração venha a ser necessária para a consecução da Emissão de acordo com as condições determinadas nesta Assembleia; **b)** Aditar todos os Documentos da Operação e demais documentos que vierem a ser celebrados no âmbito da Emissão, se necessários, independentemente de realização de assembleia geral, observados os ditames da Escritura de Emissão; **c)** Negociar todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis à Emissão, inclusive contratação dos sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário, caso aplicável, e, dentre outros prestadores de serviços (1) assessor jurídico e financeiro; (2) eventuais instituições, incluindo escritórios de advocacias, fixando-lhe os respectivos honorários; **d)** Praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações aqui consubstanciadas, definir e aprovar o teor dos Documentos da Operação e assinar os documentos necessários à efetivação da Emissão, inclusive, dentre outros, a publicação e o registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes e a tomada das medidas necessárias perante quaisquer órgãos ou autarquias junto aos quais seja necessária a adoção de quaisquer medidas para implementação da Emissão; e **e)** Ratificar todos os atos já praticados relacionadas às deliberações acima. **V. LAVRATURA E LEITURA DA ATA**: Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra para quem dela quisesse fazer uso, mas como ninguém o fez, foi suspensa a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, lida, achada conforme e aprovada foi por todos os presentes assinadas no Livro Próprio, autorizada também sua lavratura em forma de sumário, de acordo com o artigo 130, §1º da Lei de Sociedade Por Ações. São Paulo, 10 de abril de 2023. **Confere com a original lavrada em livro próprio. Vinicius Berneardes Basile Silveira Stopa -** Presidente, **Thais de Castro Monteiro -** Secretária.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C22E-BD28-9602-1922.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 15/04/2023
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C22E-BD28-9602-1922.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/C22E-BD28-9602-1922 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C22E-BD28-9602-1922

Hash do Documento

F2BDA131F39B315B5F8D554A88E04A0C84D7E154BAB6B6EB5D3C55112074FCA4

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 15/04/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 15/04/2023 05:41 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

Soebe Construção e Pavimentação S.A.

CNPJ nº 43.677.822/0001-14

Demonstrações Financeiras 2022

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2022 e 2021 (em R$ 1)

ATIVO		2022	2021
Circulante	**Nota**	**211.753.770**	**154.567.512**
Caixa e equivalentes de caixa	4	27.739.839	29.916.918
Contas a receber de clientes	5	133.507.904	111.327.171
Estoques	6	402.445	31.163
Impostos e contribuições a recuperar	7	4.760.400	3.427.950
Outras contas a receber	8	6.844.055	6.102.166
Partes relacionadas	9	38.499.127	3.762.144
Não Circulante	**Nota**	**83.440.631**	**77.141.514**
Realizável a longo prazo		**45.081.329**	**48.663.232**
Contas a receber de clientes	5	38.828.671	42.450.687
Partes relacionadas	9	5.999.198	5.999.198
Depósito judicial	10	253.460	213.347
Investimentos	11	**21.496.753**	**8.869.993**
Imobilizado	12	**16.742.266**	**19.422.453**
Intangível	13	**120.283**	**185.836**
Total do Ativo		**295.194.401**	**231.709.026**

PASSIVO		2022	2021
Circulante	**Nota**	**77.031.080**	**44.392.085**
Fornecedores	14	14.463.868	5.106.500
Empréstimos e financiamentos	15	16.504.062	11.529.596
Obrigações trabalhistas	16	1.972.073	737.187
Obrigações tributárias	17	21.874.018	17.412.898
Partes relacionadas	9	1.780.476	2.748.608
Participação em consórcio	18	13.525.237	4.303.611
Outras contas a pagar	19	6.911.346	2.553.685
Não Circulante	**Nota**	**40.624.630**	**43.535.154**
Empréstimos e financiamentos	15	14.171.765	20.808.779
Obrigações tributárias	17	25.883.275	22.211.573
Outras contas a pagar	19	569.590	514.802
Patrimônio Líquido	**Nota**	**177.538.691**	**143.781.787**
Capital social	21.a	10.500.000	10.500.000
Reservas de lucros	21.b	167.038.691	133.281.787
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**295.194.401**	**231.709.026**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2022 E 2021 (em R$ 1)

	Nota	2022	2021
Receita Líquida	22	**169.902.313**	**71.327.064**
Custos das Vendas	23	(131.290.220)	(56.120.609)
Resultado Bruto		**38.612.093**	**15.206.455**
Receitas (Despesas) Operacionais	**Nota**	**(6.241.122)**	**(10.169.442)**
Despesas com vendas	23	(1.513.122)	(2.202.817)
Despesas gerais e administrativas	23	(1.338.638)	(2.147.668)
Despesas tributárias	23	(40.567)	(80.246)
Despesas com o pessoal	23	(3.910.767)	(5.847.311)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	561.972	108.600
Resultado de equivalência patrimonial	11	**12.626.760**	**4.820.612**
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos		**44.997.731**	**9.857.625**
Resultado Financeiro	**Nota**	**(3.564.081)**	**(4.502.205)**
Receitas financeiras	25	4.718.899	77.627
Despesas financeiras	26	(8.282.980)	(4.579.832)
Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro		**41.433.650**	**5.355.420**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**Nota**	**(2.361.681)**	**–**
Corrente	27	(2.361.681)	–
Resultado Líquido do Exercício		**39.071.969**	**5.355.420**
- Por ação do capital social final		**3,72114**	**0,51004**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2022 E 2021 (em R$ 1)

	2022	2021
Resultado Líquido do Exercício	**39.071.969**	**5.355.420**
Outros Resultados Abrangentes	**–**	**–**
Resultado Abrangente Total do Exercício	**39.071.969**	**5.355.420**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2021 A 31/12/2022 (em R$ 1)

		Reservas de Lucros			Total
Contas	Capital Social	Reserva legal	Reserva estatutária	Resultados Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 01/01/2021	**10.500.000**	**5.563.542**	**125.252.173**	**–**	**141.315.715**
Resultado líquido do exercício	–	–	–	5.355.420	5.355.420
Ditribuição de lucros	–	–	–	(2.889.348)	(2.889.348)
Transferência para lucros do exercício à disposição da Assembleia	–	–	2.466.072	(2.466.072)	–
Saldos em 31/12/2021	**10.500.000**	**5.563.542**	**127.718.245**	**–**	**143.781.787**
Resultado líquido do exercício	–	–	–	39.071.969	39.071.969
Ditribuição de lucros	–	–	–	(5.315.065)	(5.315.065)
Transferência para lucros do exercício à disposição da Assembleia	–	–	33.756.904	(33.756.904)	–
Saldos em 31/12/2022	**10.500.000**	**5.563.542**	**161.475.149**	**–**	**177.538.691**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2022 E 2021 MÉTODO INDIRETO (em R$ 1)

1. Atividades Operacionais	2022	2021
Resultado líquido do exercício	**39.071.969**	**5.355.420**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais - despesas (receitas) que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:		
Depreciação e amortização	2.529.159	2.864.532
Baixa do imobilizado	271.190	412.490
Baixa do investimento	–	1.853.820
Resultado de equivalência patrimonial	(12.626.760)	(4.820.612)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	3.408.970	1.888.324
Constituição de contingências	50.456	–
Variação nas contas de ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(18.558.717)	2.008.706
Estoques	(371.282)	15.743
Impostos e contribuições a recuperar	(1.332.450)	(1.495.758)
Outras contas a receber	(741.889)	749.282
Depósito judicial	(40.113)	(22.453)
Fornecedores	9.357.368	(2.564.112)
Obrigações trabalhistas	1.234.886	(1.776.052)
Obrigações tributárias	8.132.822	2.953.904
Participação em consórcio	9.221.626	2.919.897
Outras contas a pagar	4.361.993	2.643.481
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais	**43.969.228**	**12.986.612**
2. Atividades de Investimento		
Aquisição de imobilizado	(54.609)	(229.072)
Partes relacionadas	(34.736.983)	–
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	**(34.791.592)**	**(229.072)**
3. Atividades de Financiamentos		
Empréstimos e financiamentos, líquidos	(5.071.518)	(10.830.498)
Partes relacionadas	(968.132)	(992.151)
Distribuição de lucros	(5.315.065)	(2.889.348)
Caixa Gerado (Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	**(11.354.715)**	**(14.711.997)**
Variação em Caixa e Equivalentes de Caixa	**(2.177.079)**	**(1.954.457)**
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa	29.916.918	31.871.375
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa	27.739.839	29.916.918

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2022

1. Contexto Operacional: Presente no setor de Engenharia, a SOEBE Construção e Pavimentação S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto social o comércio atacadista ou varejista de materiais de construção, inclusive produtos asfálticos e betuminosos, engenharia civil na prestação de serviços de projetos, planejamentos e construções em geral por empreitada, administração ou fiscalização sempre por conta de terceiros, serviços comuns de engenharia civil, limpeza e desobstrução de córregos e canais de todos os tipos em geral, pavimentação, terraplenagem e demais serviços de engenharia civil, participando inclusive de carta convite, licitações, atas de registro de preços, concorrências públicas e leilões junto a quaisquer entidades particulares de economia mista, pública, autarquias ou governamentais, coleta de lixo e limpeza pública, transbordo de materiais de qualquer natureza, locação e sublocação de máquinas e equipamentos de terraplanagem e de pavimentação e veículos automotores, transporte viário e rodoviário de cargas de produção própria e/ou de terceiros, reciclagem de materiais de qualquer natureza, inertes, não inertes da construção civil em geral e de todos os tipos, manutenção e montagens industriais, implantação de gasoduto, e demais dutos, levantamento topográfico, batimétrico, aerofotográfico, por imagem de satélite, atividades correlatas à geração de energia, gasoduto, oleodutos, manutenção em geral; serviços de engenharia e assessoramento técnico especializado, a execução, por empreitada ou sub-empreitada de obras de construção civil de todos os gêneros, a participação em consórcios ou sociedade por conta de participação que tenham por objeto quaisquer das atividades relacionadas às aqui mencionadas. **2. Apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às empresas de construção civil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem aquelas preconizadas por ela para o período de sua gestão. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o curso normal dos negócios. A administração efetua a avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades durante a preparação das demonstrações contábeis. Em 24/03/2023, a Administração da Companhia aprovou a emissão das demonstrações contábeis e autorizou sua divulgação. **2.2. Estimativas:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a revisão dos custos e receitas decorrentes dos contratos de construção, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as análises do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, registro/reversão do imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **3. Sumário das principais práticas contábeis:** Os procedimentos contábeis, descritos em detalhes a seguir, foram aplicados de maneira consistente na apresentação das demonstrações contábeis apuradas em 31/12/2022 e 2021. **a. Normas novas, revisadas e interpretações emitidas:** Uma série de novas normas ainda não efetivas para o exercício serão adotadas de acordo com as atividades da Companhia a partir do período iniciado em 01/01/2023, conforme segue: • Contratos de seguros (alterações à IFRS 17 e IFRS 4); • Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement; • Alterações IFRS 10/CPC 36 (R3) e - Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e IAS 28/CPC 18 (R2) sua coligada ou joint venture; • Alterações às IAS 1/CPC 26 (R1) e - Divulgação de Políticas Contábeis; • IFRS Declaração da Prática 2 Alterações às IAS 8/CPC 23 - Definição de Estimativas Contábeis; • Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações à IAS 1); • Definição de estimativas contábeis (alterações à IAS 8); e • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de única transação (alterações à IAS 12). A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia. **b. Classificação entre Circulante e Não Circulante:** Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos doze meses. Quando for provável que a realização ocorra em período superior a doze meses são classificados como não circulantes. **c. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em R$ (reais), sendo está a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **d. Apuração de resultado:** As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência. As receitas são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, conforme nota explicativa nº 22. A Companhia reconhece as receitas quando os seus valores podem ser mensurados com segurança, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e fluirão. **e. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem aos montantes de caixa, numerários em espécie, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez. Equivalentes de caixa consistem em aplicações financeiras com vencimento em até 90 dias, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários são representados por aplicações financeiras automáticas e fundo de renda fixa, registrados ao custo e acrescido dos rendimentos até a data do balanço. **f. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de serviços, portanto, apresentadas a valores de realização e ajustadas a valor presente quando aplicável. Estão também incluídos os valores ainda não faturados até a data do balanço em decorrência dos contratos de construção, cujos valores são determinados pela progressão física dos projetos. Com base na análise de cada conta a receber de clientes, a Administração avaliou não ser necessária a constituição de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. **g. Estoques:** São compostos por materiais destinados à aplicação nas atividades operacionais e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos valores de realização e não superam os valores de mercado, líquidos dos impostos compensáveis, quando aplicáveis. **h. Impostos e contribuições a recuperar:** Referem-se a valores de impostos e contribuições federais, estaduais e municipais, os quais a Companhia já vem tomando medidas administrativas para compensá-los com outros tributos de mesma natureza, de acordo com o que preceitua a respectiva legislação vigente. **i. Partes relacionadas:** São recebíveis e obrigações a pagar de bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidos inicialmente ao valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado. As transações com partes relacionadas efetuadas pela Companhia são baseadas em preços, prazos e premissas, em termos acordados entre as partes. **j. Participação em consórcio:** De acordo com o CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, a participação em consórcio é classificada como operação em conjunto e, consequentemente, têm seus ativos, passivos, receitas e despesas reconhecidas linha a linha nas contas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado, na proporção do percentual de participação em cada consórcio, remanescendo saldos de movimentação de aportes e valores recebidos (conta-corrente). **k. Outras contas a receber:** O saldo desta rubrica está composto por valores relativos à adiantamentos a fornecedores referindo-se a desembolsos efetivos pagos a fornecedores, adiantamentos a empregados a título de férias. Despesas antecipadas provenientes de valores pagos antecipadamente referente prêmio de seguro, e demais créditos. **l. Depósito Judicial:** Estão representados por valores depositados por ordem judicial para fazer frente a questões que estão em tramitação da justiça. Os depósitos judiciais estão restritos a quantias depositadas, e as mesmas seguem mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas. **m. Investimentos:** Os investimentos em controladas nos quais a Companhia possua influência significativa são registrados com base no método de equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente registrado pelo valor de custo de aquisição ou constituição, e em seguida ajustado para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da investida. Os ganhos e perdas por participação societária nos resultados da investida são apresentados na demonstração do resultado da Companhia como resultado de equivalência patrimonial. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. Quando ocorrer perda de controle sobre uma controlada, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo, sendo a diferença reconhecida no resultado do exercício. **n. Imobilizado:** Os itens do ativo imobilizado são apresentados ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, com base no tempo estimado de vida útil dos bens, conforme nota explicativa n.º 12. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, caso necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data do balanço. Os ganhos e as perdas decorrentes em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **o. Intangível:** Refere-se ao direito de uso de softwares, apresentado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, calculada pelo método linear, com base no tempo estimado de vida útil dos bens. A Companhia utiliza o método de amortização linear definida com base na avaliação da vida útil estimada do bem intangível, determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. A avaliação da vida útil estimada do bem é revisada anualmente. A taxa de amortização do ativo está demonstrada na nota explicativa n.º 13. Um item do intangível é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do bem. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo, e são reconhecidos no resultado como outras receitas (despesas) operacionais. **p. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):** O Pronunciamento Técnico CPC n.º 01 (R1) requer que os ativos não financeiros sujeitos à depreciação ou amortização sejam revisados anualmente para verificação do valor recuperável e, quando houver indício de perda do valor recuperável (Impairment), o valor contábil do ativo deve ser testado. Se verificada a perda, a mesma deve ser reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável. A administração da Companhia efetuou a avaliação para os bens integrantes do ativo imobilizado e entendeu que não deve haver impactos decorrentes da aplicação da redução ao valor recuperável de ativos. **q. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. **r. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido das instituições financeiras, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo dos empréstimos e financiamentos, de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras. **s. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou implícita, como resultado de eventos passados ou expectativa de eventos futuros, sendo provável que haja saída de recursos para liquidar determinada obrigação, mensurada com base numa estimativa confiável do valor provisionado. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **t. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis:** Na preparação das demonstrações contábeis foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos, outras transações, e receitas e despesas dos períodos. A definição de julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotados pela administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis nas referidas demonstrações, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável. Como o julgamento da administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos e a projeção de ambiente de negócios futuros, os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os itens sujeitos a estimativas são: determinação da vida útil de bens do imobilizado para fins de depreciação, provisão para créditos de liquidação duvidosa, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas, em períodos subsequentes, poderá resultar em valores divergentes dos registrados nessas informações devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa, bem como a eventuais novos fatos que venham a ocorrer. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **u. Ajuste a valor presente:** O ajuste a valor presente de ativos e passivos é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, não registrando ajustes desta natureza. **v. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC n.º 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo método indireto, aprovado em 22/11/2016 pela Resolução do CFC nº 2016/NBCTG03(R3) e, revisada em 06/11/2018 e 13/12/2019 pelas Resoluções do CFC n.º 2018/REVISÃONBC01 e 2019/REVISÃONBC04. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** A composição dos fundos disponíveis da Companhia, em 31 de Dezembro, é a seguinte:

	2022	2021
Recursos em caixa e em bancos	24.082.902	13.755.766
Aplicações financeiras	3.656.937	16.161.152
Total	**27.739. 839**	**29.916. 918**

Os recursos em caixa e bancos compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis em conta corrente, respectivamente. As aplicações financeiras são representadas por valores de liquidez imediata, registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até 31 de Dezembro, remuneradas às taxas médias de mercado, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem modificação substancial de seus valores. **5. Contas a receber de clientes:** Em 31 de Dezembro a composição desta rubrica é como segue:

	2022	2021
Contas a receber de clientes	172.221.616	153.662.899
Retenções contratuais	114.959	114.959
Total	**172.336.575**	**153.777.858**

A composição do saldo de contas a receber por tipo de crédito está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Serviços faturados	21.852.896	9.987.591
Serviços a faturar	111.655.008	101.339.580
Serviços a receber - precatórios	38.828.671	42.450.687
Total	**172.336.575**	**153.777.858**
Circulante	133.507.904	111.327.171
Não Circulante	38.828.671	42.450.687
Total	**172.336.575**	**153.777.858**

Em 2022 e 2021 a Administração não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa, tendo em vista a Companhia não apresentar historicamente perdas sobre os valores em atraso. **6. Estoques:** O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro está assim representado:

	2022	2021
Materiais de escritório	5.328	6.852
Estoques em obras	397.117	24.311
Total	**402.445**	**31.163**

7. Impostos e contribuições a recuperar: Em 31 de Dezembro o saldo de tributos a recuperar está dividido como segue:

	2022	2021
ISS (Imposto sobre Serviços)	42.256	151.463
IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte)	602.415	296.735
INSS (Instituto Nacional da Seguridade Social)	688.062	875.071
ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços)	11.022	11.022
IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica)	1.536.279	1.536.279
CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)	713.951	557.380
Créditos tributários consórcios	1.166.415	–
Total	**4.760. 400**	**3.427.950**

8. Outras contas a receber: Em 31 de Dezembro os saldos desta rubrica estão representados pelos seguintes valores:

	2022	2021
Adiantamentos a fornecedores	5.413.218	5.999.109
Adiantamentos a empregados	31.529	49.474
Despesas antecipadas	531.461	53.583
Demais créditos	867.847	–
Total	**6.844.055**	**6.102.166**

9. Partes relacionadas: Operações: Os saldos de operações comerciais realizadas entre partes relacionadas durante o exercício estavam assim representados em 31 de Dezembro:

	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
Partes relacionadas	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
MGM Locações Ltda.	–	54.500	–	–
FBS Const. Civil Pav. S.A	–	1.763.869	–	–

Outras transações com partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de Dezembro relativos a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com quotistas e empresas ligadas do mesmo grupo econômico, os quais não preveem a incidência de encargos financeiros. Os saldos das operações são como segue:

	ATIVO			
	Circulante		Não Circulante	
Partes relacionadas	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
EPAH Empresa Paulista Asfaltos	35.971.414	261.370	–	–
SCP Desassoriamento Tiete-lote III	2.527.713	1.853.820	–	–
SCP Desassoriamento Piscinões	–	1.646.954	–	–
Pessoas fisicas ligadas	–	–	5.999.198	5.999.198
Total Circulante	**38.499.127**	**3.762.144**	**5.999.198**	**5.999.198**

	PASSIVO			
	Circulante		Não Circulante	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
EMABE-Empreend e Participações	375.000	375.000	–	–
Pessoas fisicas ligadas	1.405.476	2.373.608	–	–
Total Não Circulante	**1.780.476**	**2.748.608**	–	–

10. Depósito judicial: Os valores depositados judicialmente referem-se a processos judiciais em andamento, cujo acompanhamento é realizado por assessores jurídicos externos contratados. Em 31/12/2022 apresenta o saldo de R$ 253.460 (R$ 213.347, em 31/12/2021). **11. Investimentos:** A Companhia tem participação em Sociedade por Conta de Participação (SCP) conforme demonstrado a seguir.

Sociedade em Conta de Participação (sócia ostensiva)	%	Saldos em 31/12/2021	Adições/ Baixas	Equivalência Patrimonial	Saldos em 31/12/2022
Desassoriamento do Tiete - Lote III	60	5.901.838	–	80.721	5.982.559
DPS Piscinões	41	2.968.155	–	3.246.832	6.214.987
Canal do Tiete	45	–	–	9.299.207	9.299.207
Total		**8.869.993**	**–**	**12.626.760**	**21.496.753**

12. Imobilizado:

	Saldos em 31/12/2021				Movimentação 2022				Saldos em 31/12/2022		
					Custo		Depreciação				
Imobilizado	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**%**	**Saldos em 31 /12/2021**	**Adições**	**Baixas**	**Adições**	**Baixas**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Saldos em 31 /12/2022**
Maquinas e equipamentos	27.805.709	(10.641.991)	10	17.163.718	5.509	(436.320)	(2.316.232)	165.130	27.374.898	(12.793.093)	14.581.805
Móveis e utensílios	118.784	(100.652)	10	18.132	9.192	–	(1.466)	–	127.976	(102.118)	25.858
Veículos	3.637.650	(3.582.075)	20	55.575	–	(49.400)	(52.575	49.400	3.588.250	(3.585.250)	3.000
Computadores e perifericos	244.498	(219.515)	20	24.983	18.239	–	(11.917)	–	262.737	(231.432)	31.305
Instalações	30.060	(29.959)	10	101	–	–	(102)	–	30.060	(30.061)	(1)
Edificações	1.959.287	(653.095)	4	1.306.192	–	–	(78.371)	–	1.959.287	(731.466)	1.227.821
Ferramentas	1.222	(985)	10	237	–	–	(122)	–	1.222	(1.107)	115
Benfeitorias em imóveis de terceiros	9.688	(646)	10	9.042	–	–	(969)	–	9.688	(1.615)	8.073
Bens de Arrendamento Mercantil	4.227.495	(3.383.022)		844.473	–	–	–	–	4.227.495	(3.383.022)	844.473
Consorcios	–	–		–	21.669	–	(1.852)	–	21.669	(1.852)	19.817
Total	**38.034.393**	**(18.611.940)**		**19.422.453**	**54.609**	**(485.720)**	**(2.463.606)**	**214.530**	**37.603.282**	**(20.861.016)**	**16.742.266**

13. Intangível:

	Saldos em 31/12/2021				Movimentação 2022				Saldos em 31/12/2022		
					Custo		Amortização				
Intangível	**Custo**	**Amortização acumulada**	**%**	**Saldos em 31/12/2021**	**Adições**	**Baixas**	**Adições**	**Baixas**	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Saldos em 31/12/2022**
Softwares	327.766	(141.930)		185.836	–	–	(65.553)	–	327.766	(207.483)	120.283
Total	**327.766**	**(141.930)**		**185.836**	**–**	**–**	**(65.553)**	**–**	**327.766**	**(207.483)**	**120.283**

14. Fornecedores: O saldo a pagar refere-se integralmente a fornecedores nacionais, e em 31 de Dezembro estava composto por valores vencíveis a curto prazo no montante de R$ 14.463.868 (R$ 5.106.500 em 2021). **15. Empréstimos e financiamentos:**

Instituição financeira	Encargos	Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
Banco Bradesco S.A.	0,29 + CDI	27/01/2025	7.826.155	11.303.139
Banco do Brasil S.A.	0,30 + CDI	27/01/2025	7.433.516	9.701.522
Banco Safra S.A.	0,40 + CDI	06/06/2022	–	651.505
Banco Santander	0,17 + CDI	04/01/2023	4.548.768	6.001.368
Banco Daycoval S.A.	0,89	28/08/2023	1.141.834	3.016.211
Banco Daycoval S.A.	0,95	09/10/2023	713.332	1.664.630
Banco Daycoval S.A.	0,62 + CDI	02/09/2024	2.012.222	–
Caixa Econômica Federal	0,40 + CDI	12/09/2025	7.000.000	–
Total			**30.675.827**	**32.338.375**
Circulante			16.504.062	11.529.596
Não Circulante			14.171.765	20.808.779
Total			**30.675.827**	**32.338.375**

Renovação dos empréstimos: Os empréstimos reconhecidos no passivo circulante e não circulante na data de 31/12/2022 , estão de acordo com a renovação efetuada em janeiro de 2023 por mais dois anos, tendo seus vencimentos postergados para o exercício de 2023/24. **16. Obrigações trabalhistas:** Em 31 de Dezembro os saldos desta rubrica estão representados pelos seguintes valores:

	2022	2021
Salários e ordenados	361.502	487
INSS (Instituto Nacional da Seguridade Social)	291.383	348.861
FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço)	59.893	18.080
Provisão de férias e encargos	991.453	312.376
Demais débitos	267.842	57.383
Total	**1.972.073**	**737.187**

17. Obrigações tributárias: Estão representadas por obrigações com o Fisco Federal e Municipal conforme demonstrado a seguir:

	2022	2021
ISS (Instituto Nacional da Seguridade Social)	1.623.361	805.232
PIS (Programa de Integração Social)	1.296.304	856.027
COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social)	5.982.940	3.950.893
IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte)	3.032.100	4.020.241
CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)	631.503	1.192.320
Parcelamentos	33.573.215	27.888.104
Demais obrigações	1.617.870	911.654
Total	**47.757.293**	**39.624.471**
Circulante	21.874.018	17.412.898
Não Circulante	25.883.275	22.211.573
Total	**47.757.293**	**39.624.471**

18. Participação em consórcio: Em 31 de Dezembro, o saldo líquido das participações em consórcios lançados linha a linha nas demonstrações contábeis da Companhia, estão assim representados:

	2022	2021
Barueri Mirim	(671.769)	(671.768)
TSM Santo André	794.597	794.597
DP Barros / FBS / Soebe	–	–
Hidrostudio	1.384.629	1.112.351
Terracom	(358.629)	(357.667)
TS Tietê	(688.724)	(688.724)
Jerivá	299.999	299.750
Cambui	–	33.015
Soebe / M4	–	14.189
Reintegrar Fremix Soebe	156.625	7.557
Canaliza Paim	–	222.295
Reparador Arvek	–	–
DPS Piscinões	(9.630.220)	(5.114.623)
Monteiro Lobato	35.885	–
Sambaqui/matinhos	43.330	–
Trail	2.652.523	–
Recompor Era Técnica	491.050	–
Canal do Tiete	(10.509.188)	–
Malha SP Lote 01	(43.436)	–
Fresacapa	87.366	–
Jardins e Mooca	210.745	–
Paulista	562	–
Etama/Sehab	2.142.315	–
Conservar Frechal Torre	31.686	–
Porto Alegre	45.417	45.417
Total	**(13.525.237)**	**(4.303.611)**

19. Outras contas a pagar	**2022**	**2021**
Adiantamento de clientes	168.667	625.079
Outras contas a pagar	7.261.813	2.443.408
Provisão para contingências	50.456	–
Total	**7.480.936**	**3.068.487**
Circulante	6.911.346	2.553.685
Não Circulante	569.590	514.802
Total	**7.480.936**	**3.068.487**

20. Provisão para demandas judiciais: A Companhia é parte envolvida em processos cíveis, trabalhistas e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Com base na análise individual desses processos e tendo como suporte a opinião dos consultores jurídicos da Companhia quanto ao andamento dos mesmos, a Administração constituiu provisão para cobertura de prováveis perdas estimadas nos processos judiciais cíveis, no montante de R$ 50.456, classificado em outras contas a pagar. A Companhia possui outras contingências de naturezas trabalhistas, cíveis e tributária envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis (R$ 1.193.027), com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização. **21. Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em 10.500.000 (dez milhões e quinhentas mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondente a R$ 10.500.000 (dez milhões e quinhentos mil reais).

Acionistas	Ações	%	R$
EMABE Empreendimentos e Participações - EIRELI.	5.250.000	50,00	5.250.000
EPAH Empresa Paulista de Asfalto Ltda.	5.250.000	50,00	5.250.000
Total	**10.500.000**	**100,00**	**10.500.000**

b. Reservas de lucros: As reservas de lucros são constituídas pela parcela do lucro líquido do exercício após as destinações legais e estatutárias e, são apresentadas a seguir. **b.1. Reserva legal:** A reserva legal foi constituída em períodos anteriores com destinação de 5% do lucro líquido do exercício, deixando de constituir novas reservas a partir do exercício de 2019 em decorrência do limite do § 1º do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/1976, e em 31/12/2022 apresenta o montante de R$ 5.563.542.

b.2. Reserva estatutária: O resultado acumulado está composto conforme abaixo:

	R$
Saldo em 01/01/2021	125.252.173
Transferência para disposição da Assembléia	2.466.072
Saldo em 31/12/2021	**127.718.245**
Transferência para disposição da Assembléia	33.756.904
Saldo em 31/12/2022	**161.475.149**

c. Resultados acumulados

	R$
Saldos em 01/01/2021	**–**
Lucro do exercício	5.355.420
Distribuição de lucros	(2.889.348)
Transferência para reserva estatutária	(2.466.072)
Saldos em 31/12/2021	**–**
Lucro do exercício	39.071.969
Distribuição de lucros	(5.315.065)
Transferência para reserva estatutária	(33.756.904)
Saldos em 31/12/2022	**–**

22. Receita líquida: A composição da receita líquida das operações está representada pelos seguintes valores:

	2022	2021
Prestação de serviços	182.397.027	76.415.419
Deduções	(12.494.714)	(5.088.355)
Total	**169.902.313**	**71.327.064**

23. Custos e despesas das vendas de serviços:	**2022**	**2021**
Custos da prestação serviços		
Materiais aplicados	(31.805.096)	(12.948.761)
Mão de obra	(20.804.440)	(6.228.854)
Gastos gerais	(78.680.684)	(36.942.994)
Custos	**(131.290.220)**	**(56.120.609)**
Despesas com vendas	(1.513.122)	(2.202.817)
Despesas gerais e administrativas	(1.338.638)	(2.147.668)
Despesas tributárias	(40.567)	(80.246)
Despesas com pessoal	(3.910.767)	(5.847.311)
Total	**(138.093.314)**	**(66.398.651)**

24. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:	**2022**	**2021**
Outras receitas		
Venda do imobilizado	514.000	544.652
Ganhos em itens monetários	361.041	173.648
Total	**875.041**	**718.300**
Outras despesas		
Baixa do imobilizado	(271.190)	(412.490)
Perdas em itens monetários	(41.879)	(197.210)
Total	**(313.069)**	**(609.700)**
Total de outras receitas (despesas) líquidas	**561.972**	**108.600**

25. Receitas financeiras:	**2022**	**2021**
Descontos obtidos	118.268	45.425
Juros ativos	4.451.622	8.343
Receitas sobre aplicações financeiras	149.009	23.859
Total	**4.718.899**	**77.627**

26. Despesas financeiras:	**2022**	**2021**
Juros sobre empréstimos	(3.408.970)	(2.594.023)
Descontos concedidos	(9.028)	(47.744)
Comissões e despesas bancárias	(92.982)	(49.741)
Juros e multa sobre impostos	(4.772.000)	(1.888.324)
Total	**(8.282.980)**	**(4.579.832)**

27. Imposto de renda e contribuição social, corrente:	**2022**	**2021**
IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica)	1.730.177	–
CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)	631.504	–
Total	**2.361.681**	**–**

O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$ 240 mil no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Sobre os valores de créditos e débitos temporários diferidos, não é realizada provisão para pagamento em regime de competência. **28. Instrumentos financeiros:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender as necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. A forma de identificação e condução desses riscos é de suma importância para obtenção de lucratividade. Os riscos mais significativos são: Risco de liquidez: O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de seus ativos e passivos, o que pode resultar incapacidade de cumprir com suas obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia mantém níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com suas obrigações presentes e futuras, e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros que a Companhia está exposta é em função de sua dívida de longo prazo e, em menor escala, de curto prazo. Atualmente, as dívidas de taxas de juros são prefixadas. Instrumentos financeiros por categoria: A Companhia deve divulgar os instrumentos financeiros por categoria, permitindo que o usuário da demonstração financeira avalie a significância dos instrumentos financeiros para sua posição patrimonial e financeira para análise de desempenho. Mensuração do valor justo: O valor justo como a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre as partes conhecedoras e dispostas a isso, em transação sem favorecidos. Determina-se uma hierarquia de três níveis para um valor justo, descrevendo os três níveis de informações que devem ser utilizados na mensuração ao valor justo: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos); • Nível 2 - Imputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • Nível 3 - Imputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (imputs não observáveis). Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia não mantinha operações com instrumentos financeiros derivativos em 31/12/2022. **29. Cobertura de seguros:** Em 31/12/2022 a Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela administração, levando em conta a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

Item	Tipo de cobertura	Valor Segurado (R$)
Responsabilidade civil	Pavimentação e requalificação de vias públicas, obras civis, serviços de instalações e montagem de máquinas e equipamentos incluindo, fundações, poluição súbita, erro de projeto, circulação de equipamentos e veículos terrestres motorizados, danos ao proprietário da obra.	1.000.000
Seguro empresarial	Estabelecimentos comerciais e/ou industriais; obras civis e/ou serviços de montagem e instalação de máquinas e equipamentos; prestação de serviços em locais de terceiros; clubes, agremiações e associações recreativas; promoção de eventos artísticos, esportivos e similares; exposição e feiras de amostras; circulação de mercadorias; competições e jogos esportivos; responsabilidade civil cruzada obras; danos materiais causados ao proprietário da obra; danos morais; empregador com extensão ao exterior - foro Brasil; responsabilidade civil empregador; erros em projetos - obras; falhas de profissional da área médica; fornecimento de bebidas e alimentos; fundações - obras; objetos pessoais de empregados; poluição súbita; riscos contingentes veículos terrestres motorizados; responsabilidade civil do segurado por danos causados por mercadorias de sua propriedade transportador por terceiros; danos estéticos;	37.707.546
Riscos de engenharia	Obras civis em construção e instalações e montagens (grupo ii); 019 - transporte de mater. A serem incorporados à obra/ seg; afretamento de aeronaves, armazenagem fora do local do risco - informar endereço do local de armazenamento; danos materiais consequentes de erro de projeto para obras civis; danos materiais consequentes de riscos do fabricante para máquinas e equipamentos novos; despesas de desentulho (atenção: será aplicada a franquia da cobertura principal sobre a soma dos prejuízos dos danos físicos + despesas de desentulho); despesas extraordinárias (atenção: será aplicada a franquia da cobertura principal sobre a soma dos prejuízos dos danos físicos + despesas extraordinárias); equipamentos de escritório e informática; equipamentos móveis e estacionários utilizados na obra; ferramentas de pequeno e médio porte; honorários de peritos; instalações provisórias ou obras temporárias.	323.796.307

Michel Matilde de Novaes - Administrador - CPF nº 221.568.768-19

Marcelo Pessoa de Araujo - Contador - CRC 1SP236.577/O-0 - CPF nº 147.356.478-64

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E4B6-EF57-57F7-96A5.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 15/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP**. Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E4B6-EF57-57F7-96A5.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/E4B6-EF57-57F7-96A5 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: E4B6-EF57-57F7-96A5

Hash do Documento

B9D91A872A805293CE2CC5DD2BFA77CD0948F96B867DAA4CC70D9CEF20E7CA7D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 15/04/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 15/04/2023 05:41 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

Concessionária de Rodovias Galvão BR-153 SPE S.A.

CNPJ/MF nº 20.541.127/0001-25

Demonstrações Financeiras

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais

Ativo	Nota Explicativa	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	2022	2021
Circulante				**Circulante**			
Contas a Receber e Outros Recebíveis	7	2.736	2.736	Fornecedores	11	53.394	53.394
Crédito tributário	8	114	114	Obrigações fiscais		1	1
Total do ativo circulante		2.850	2.850	Outras Contas a Pagar	13	19.639	19.639
Não circulante				**Total do passivo circulante**		73.034	73.034
Depositos trabalhistas		10	10	**Não circulante**			
Imobilizado	9	5	9	Partes Relacionadas	12	21.742	22.876
Intangível	10	152.530	153.775	Provisões para contingências	14	25.808	25.808
Total do ativo não circulante		152.545	153.794	**Total do passivo não circulante**		47.550	48.684
				Patrimônio líquido			
				Capital Social	15	221.000	221.000
				Capital a Integralizar		(66.000)	(66.000)
				Prejuizo Acumulado		(120.189)	(120.074)
				Total do patrimônio líquido		34.811	34.926
Total do ativo		155.395	156.644	**Total do passivo e patrimônio líquido**		155.395	156.644

Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

	Nota Explicativa	2022	2021
Receita Operacional Líquida		62	50
Resultado Bruto	16	62	50
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas / Receitas Administrativas	17	(177)	(6.482)
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras		(115)	(6.432)
Despesas Financeiras	18	-	(1)
Receitas e Despesas Financeiras Líquidas		-	(1)
Resultado do Exercício		(115)	(6.433)

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais

	2022	2021
Resultado do exercício	(115)	(6.433)
Outros Resultados Abrangentes		
Resultado do exercício	(115)	(6.433)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais

	Capital Subscrito	Capital A integralizar	Prejuízos Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2020	221.000	(66.000)	(113.641)	41.359
Resultado do exercício	-	0	(6.433)	(6.433)
Em 31 de dezembro de 2021	221.000	(66.000)	(120.074)	34.926
Resultado do exercício	-	0	(115)	(115)
Em 31 de dezembro de 2022	221.000	(66.000)	(120.189)	34.811

Demonstrações do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2022	2021
Resultado do Exercício	(115)	(6.433)
Resultado na venda de imobilizado e intangível	1.245	-
Provisão para Contingências	-	6.075
Depreciação e Amortização	5	3
	1.135	(355)
Aumento (Redução) dos ativos operacionais		
Clientes	-	(5)
Outros Créditos	-	10
	-	5
Aumento (Redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	-	(15)
Outras Contas a Pagar	(1.135)	-
	(1.135)	(15)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	-	(365)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	-	(6)
Intangível	-	(2)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	-	(8)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes Relacionadas	-	373
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	-	373
Aumento/Diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		
Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa		

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto Operacional: A Concessionária de Rodovias Galvão BR-153 SPE S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima, fundada em 05 de junho de 2014, com sede localizada na Rua Afonso Bras, nº 644, 3º Andar, Conjunto 31, Sala 04, Jardim Paulista, Cidade São Paulo - Estado de São Paulo. Em 16 de julho de 2014, houve a aprovação da criação da filial situada na Rua Maria Rosa n° 150, em Porangatu – GO, no qual, inicialmente, se concentrou toda estrutura administrativa e operacional, para o cumprimento das obrigações definidas no contrato de concessão. Após algumas alterações de endereço, esta filial atualmente está localizada à Rua 22 A, Quadra 2, Lote 4, S/N, Vila Soares, também em Porangatu – GO que, com a declaração da caducidade, serve de apoio para dar continuidade administrativa da empresa. O objeto social da Companhia é realizar, sob o regime de concessão, mediante a cobrança de pedágio, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação, ampliação e melhorias do Edital de Concessão nº 01/2014, BR-153/TO/GO, trecho de 624,8 km entre o entroncamento da BR-060 em Anápolis, no estado de Goiás, e o entroncamento com a TO-070 (Oeste) em Aliança do Tocantins, até 30 de outubro de 2044. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. Em 11 de setembro de 2014 por meio da Resolução nº 4.409, publicada no Diário Oficial da União de 12 de setembro de 2014, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) emitiu, em favor da Concessionária de Rodovias Galvão BR-153 S.A., o Ato de Outorga da Rodovia BR-153/TO/GO e autorizou a assinatura do respectivo Contrato de Concessão, nos prazos e condições estabelecidos no Edital nº 01/2014, o que veio a ocorrer em 12 de setembro de 2014. Contudo, conforme publicado em Diário Oficial nº157, datado de 16 de agosto de 2017, o governo federal decretou caducidade da concessão pelo descumprimento de disposições legais e de cláusulas do contrato de concessão. Sendo assim, a companhia sofreu desmobilizações mantendo uma estrutura mínima para atender as questões administrativas que ainda se encontram em andamento.

2 Base de Preparação - a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pela Administração em 24 de janeiro de 2023. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças durante o ano, estão apresentadas nas notas explicativas nº 6.

3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: Estas informações são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de Estimativas e Julgamentos: Na preparação destas demonstrações contábeis a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 6 (g) - Classificação de obras de melhoria incorporadas ao ativo intangível, dentro da interpretação técnica ICPC 01 (R1). **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

5 Base de Mensuração: As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico.

6 Principais Políticas Contábeis: As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações trimestrais. **a) Receita operacional: (i) Receita de construção:** Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1) - Contratos de Concessão, as receitas relativas ao serviço de construção/melhoria prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão, por corresponder a um direito sobre tal ativo, sendo registrada pelo seu valor justo. Este direito que corresponde a receita de construção/melhoria, é composto de custo de construção/melhoria acrescido a margem de lucro aos custos de empréstimos atribuíveis a este ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. **b) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • juros sobre aplicações financeiras; • juros sobre atualização de impostos a recuperar; • tarifas bancárias; e • despesas com juros sobre financiamentos. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. **c) Benefícios a empregados - (i) Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **Operações com o pessoal-chave da administração:** *Remuneração de pessoal-chave da administração:* Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Empresa. No período findo em 31 de dezembro de 2022 foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, assistência médica, entre outros), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações. *Benefícios a empregados:* Os principais benefícios que a Empresa concede aos seus empregados são: plano programa de participação nos resultados, plano de assistência médica. **(ii) Plano de contribuição definida:** As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível. A Companhia não possui outros benefícios pós-emprego. **d) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(i) Imposto corrente:** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos. O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **(ii) Imposto diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **e) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado. **f) Imobilizado - (i) Reconhecimento e mensuração:** A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera. Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada para depreciar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Computadores e periféricos	05 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Outros	05 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **g) Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: **(i) Contratos de concessão de serviços:** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário: Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários da rodovia pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo. **(ii) Reconhecimento e mensuração:** Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. **(iii) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado. **(iv) Amortização:** Amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **h) Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. **(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e não reconhecimento:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração - Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. **Empréstimos e recebíveis:** Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. *Caixa e equivalentes de caixa :* Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia. *Concessão:* A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão de exploração da rodovia quando tem um direito contratual incondicional a receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. **(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração:** Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **(iv) Capital social - Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários. **i) Redução ao valor recuperável (*impairment*) - (i) Ativos financeiros não-derivativos:** Ativos financeiros não-derivativos são classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • inadimplência ou atrasos do devedor; • reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas normais; • indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que são os estoques e o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (unidades geradoras de caixa). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j) Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **(i) Provisão de manutenção - contratos de construção:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura com um nível específico de operacionalidade ou recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente no final do contrato de concessão são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas a medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários. Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

7 Contas a Receber e Outros Recebíveis	2022	2021
Contas a Receber e Outros Recebíveis	2.736	2.736
	2.736	2.736

Saldo refere-se a permissão para instalação de cabeamento de fibra ótica na rodovia.

8 Crédito Tributário	2022	2021
PIS pago a maior	20	20
Outros	94	94
	114	114

9 Imobilizado

	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	2022 Líquido	2021 Líquido	% Taxas anuais de depreciação
Móveis e utensílios	13	11	2	3	10
Computadores e periféricos	45	45	-	-	5
Máquinas e equipamentos	7	6	1	2	10 a 20
Benfeitorias Prop. Terceiros	15	13	2	4	4
	80	75	5	9	

Custo	Movéis e Utensílios	Computadores e Periféricos	Máquinas e Aparelhos	Benfeitorias Imovéis de Terceiros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	13	45	7	15	80
Baixas					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	13	45	7	15	80

Depreciação acumulada	Movéis e Utensílios	Computadores e Periféricos	Máquinas e Aparelhos	Benfeitorias Imovéis de Terceiros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	10	45	5	11	71
Depreciação	1	-	1	2	4
Baixas					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	11	45	6	13	75

Imobilizado Líquido	Movéis e Utensílios	Computadores e Periféricos	Máquinas e Aparelhos	Benfeitorias Imovéis de Terceiros	Total
Líquido em 31 de dezembro de 2021	3	-	2	4	9
Líquido em 31 de dezembro de 2022	2	-	1	2	5

10 Intangível

	Custo de aquisição	Amortização acumulada	2022 Líquido	2021 Líquido	% Taxas anuais de Amortização
Software	138	138			20 a 25
Operações em Rodovias Sinalização e Outras	19	17	2	5	4
Impl. Op. Da Rodovia	151	151	-	-	4
Obras em Andamento	153.770	1.242	152.528	153.770	
	154.078	1.548	152.530	153.775	

Custo	Software	Operações de Rodovia	Sinalização e Outras Operações	Intangível em Andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	138	19	151	153.770	154.078
Baixas					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	138	19	151	153.770	154.078

Amortização acumulada	Software	Operações de Rodovia	Sinalização e Outras Operações	Intangível em Andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	138	14	151	-	303
Amortização	-	3	-	-	3
Baixas	-	-	-	1.242	1.242
Saldo em 31 de dezembro de 2022	138	17	151	1.242	1.548

Intangível Líquido	Software	Operações de Rodovia	Sinalização e Outras Operações	Intangível em Andamento	Total
Liquido em 31 de dezembro de 2021		5	-	153.770	153.775
Liquido em 31 de dezembro de 2022		2	-	152.528	152.530

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada "Custos dos serviços prestados", nas demonstrações de resultado.

11 Fornecedores	2022	2021
Fornecedores Nacionais	12.372	12.372
Direitos Subempreiteiros	41.022	41.022
	53.394	53.394

12 Partes Relacionadas -Controladora: Em 31 de dezembro de 2022, 100% das ações da Companhia pertencem à Galvão Participações S.A., que detém o controle da Companhia, onde essas demonstrações financeiras serão consolidadas.

	2022	2021
Galvão Participações S.A.	21.742	22.876
	21.742	22.876

O montante referente às Partes Relacionadas oriundo da Galvão Participações S.A. eram recursos destinados a manter a atividade operacional da Concessionária de Rodovias Galvão BR-153, devido ao fato de a Companhia não estar gerando recursos que a torne autossuficiente em suas atividades normais.

13 Outras Contas a Pagar		2022	2021
Verbas de Fiscalização	(a)	16.903	16.903
Adiantamento de clientes		2.736	2.736
		19.639	19.639

(a) Este montante corresponde ao valor acumulado das parcelas mensais não pagas pela concessionária à ANTT, de fevereiro de 2014 até julho de 2017, a título de Verba de Fiscalização, nos termos da cláusula 15.9 do Contrato de Concessão.

14 Provisão para Contingências: A entidade considera existir riscos efetivos de natureza cível e trabalhista classificados como prováveis e, desta forma, constituiu provisão no valor de R$ 25.808 em 31 de dezembro de 2022. As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são de natureza cível, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R$ 179.988, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

15 Patrimônio Líquido: Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito da Companhia é de R$ 221.000, sendo R$ 155.000 integralizado, e está representado por 221.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal pertencentes à Galvão Participações S.A.

	Participação %	Capital Integralizado	Capital a Integralizar	Total das Ações
Galvão Participações S.A.	100%	155.000	66.000	221.000
	100%	155.000	66.000	221.000

16 Receitas	2022	2021
Locação Equipamentos	68	55
Receita bruta de vendas	68	55
Receita bruta de vendas menos:		
PIS (não cumulativo)	(1)	(1)
COFINS (não cumulativo)	(5)	(4)
Receitas Líquidas	62	50

17 Despesas (Receitas) Administrativas	2022	2021
Despesas / Receitas Administrativa		
Serviços de Terceiros	(133)	(381)
Despesas Gerais	(39)	(21)
Depreciação	(5)	(5)
Contingências Cíveis	-	(6.075)
	(177)	(6.482)

18 Receitas e Despesas Financeiras	2022	2021
Despesas Financeiras		
Descontos concedidos	-	(1)
	-	(1)
Resultado Financeiro	-	(1)

19 Cobertura de Seguros: No exercício de 2022 a companhia não manteve nenhum seguro vigente.

20 Aspectos Ambientais: A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais e atende a todas as normativas legalmente aplicáveis.

21 Plano de Aposentadoria: Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade não possui planos de aposentadoria por benefício definido ou contribuição definida para nenhum de seus empregados ou administradores.

22 Instrumentos Financeiros: A entidade não contrata operações envolvendo derivativos ou qualquer outro risco ativo com fins de especulação. Em 31 de dezembro de 2022 a entidade não possui qualquer operação com derivativos. **Riscos de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber e outros recebíveis conforme apresentado abaixo. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	2022	2021
Contas a Receber e Outros Recebíveis	2.736	2.736
Saldo em 31 de dezembro	2.736	2.736

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente e das características do serviço negociado. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Companhia teve seu contrato de concessão caducado por inexecução contratual. A entidade encontra-se em discussão judicial dos valores investidos e não recuperados, porém há possibilidades de não liquidação de suas obrigações diante do exposto.

23 Outras Informações: Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação às respectivas datas de pagamento ou de entrega das declarações.

24 Eventos Subsequentes: A administração considerou todos os fatos e eventos que ocorreram entre a data das demonstrações e a data da sua autorização para conclusão.

Composição da Diretoria

Diretor Presidente - Nilson Goulart de Oliveira

Contador - Claudio Berloffa Junior - CRC/SP nº 1SP216.997/O-8

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da **Concessionária de Rodovias Galvão BR-153 SPE S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Concessionária de Rodovias Galvão BR-153 SPE S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Concessionária de Rodovias Galvão BR-153 SPE S.A.**, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião com ressalva:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 das demonstrações contábeis, por meio de divulgação no Diário Oficial da União datado de 16 de agosto de 2017, o governo federal declarou a caducidade do contrato de concessão de titularidade da Concessionária de Rodovias Galvão BR-153 SPE S.A. por inexecução contratual nos termos do § 4º do art. 38 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Este fato representa uma incerteza relevante quanto à continuidade operacional da empresa. A administração abriu processo de arbitragem na CCI – Câmara de Comércio Internacional, contra a ANTT e a União (Requeridas), com vistas a receber indenização pelos investimentos realizados no período de vigência do Contrato de Concessão. Em 10/09/2020 foi proferida uma Sentença Parcial, em que o Tribunal Arbitral decidiu pela responsabilidade exclusiva da Concessionária pela inexecução contratual, porém também condenou as Requeridas ao pagamento de indenização à Concessionária pelos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados, em valor a ser liquidado na segunda fase deste procedimento arbitral. Multas e eventuais danos à União causados pela Concessionária serão deduzidos deste valor. Para dar atendimento e suporte às questões administrativas e judiciais até sua conclusão, a Companhia encontra-se ativa, mantendo uma estrutura operacional mínima. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Presidente Prudente, 24 de janeiro de 2023.

Approach Auditores Independentes Independentes S/S - CRC 2SP023119/O-0
Leandro Antonio Marini Pires - Sócio - Diretor - Contador CRC 1SP185232/O-3

Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A.

CNPJ nº 27.902.165/0001-05 - NIRE 35.300.511.131

Edital de Convocação - Assembleia Geral de Debenturistas Segunda Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A.

Ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação (em conjunto, "Debenturistas") da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Highline do Brasil Infraestrutura de Telecomunicações S.A. ("Emissão", "Debêntures" e "Companhia", respectivamente), emitidas nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A.", celebrado em 14 de fevereiro de 2022, entre a Companhia, a Highline do Brasil III Infraestrutura de Telecomunicações S.A. (incorporada e sucedida pela Companhia), na qualidade de fiadora, e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário"), conforme aditado de tempos em tempos ("Escritura de Emissão"), para se reunirem em primeira convocação, no dia 24 de abril de 2023, às 15:00 horas, em assembleia geral extraordinária de Debenturistas ("AGD"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, por meio da plataforma "Microsoft Teams", nos termos do artigo 70, inciso I, da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da **ordem do dia:** Tendo em vista que a Escritura de Emissão prevê na Cláusula 8.1.1, incisos (i) e (iii), que a Companhia deverá fornecer ao Agente Fiduciário: (i) em 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou nas datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro ("Data de Apresentação"), uma cópia das Demonstrações Financeiras Auditadas (conforme definido na Escritura de Emissão) da Companhia; e (ii) na Data de Apresentação, uma cópia de um relatório sobre a apuração dos Índices Financeiros (conforme definido na Escritura de Emissão) da Companhia, elaborado pela Companhia e acompanhado da memória de cálculo revisada pelo diretor financeiro da Companhia ("Relatório de Índices Financeiros"), devendo tal Relatório de Índices Financeiros ser acompanhado de todas as rubricas necessárias que demonstre o cumprimento dos Índices Financeiros, de modo a possibilitar o acompanhamento dos referidos Índices Financeiros pelo Agente Fiduciário para os fins previstos na Escritura de Emissão, deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** a anuência, pelos Debenturistas, para a prorrogação da Data de Apresentação, de modo que as Demonstrações Financeiras Auditadas da Companhia e o Relatório de Índices Financeiros referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 possam ser apresentados, pela Companhia, até o dia 31 de maio de 2023 ("Data Limite"), sem a necessidade de aditamento à Escritura de Emissão e demais documentos da Emissão e sem a incidência de qualquer penalidade ou obrigação de pagamento de quaisquer valores adicionais pela Companhia, sendo certo que a prorrogação da Data de Apresentação até a Data Limite não configurará um Evento de Inadimplemento (conforme definido na Escritura de Emissão), nos termos da Cláusula 7.26.2, alínea (a), da Escritura de Emissão; e **(ii)** a autorização para a prática, pela Companhia e pelo Agente Fiduciário, de todos e quaisquer atos necessários à implementação da deliberação acima. **Informações Gerais:** Os Debenturistas interessados em participar da AGD por meio da plataforma "Microsoft Teams" deverão enviar uma solicitação de cadastro, por e-mail, para a Companhia, com cópia para o Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos "daniel.lafer@highline.com.br", "nadia.sakamoto@highline.com.br" e "af.assembleias@oliveiratrust.com.br", preferencialmente com antecedência de até 2 (dois) dias da data de realização da AGD, manifestando seu interesse em participar da AGD e solicitando o link de acesso ao sistema ("Cadastro"). A solicitação de Cadastro deverá (i) conter a identificação do Debenturista e, se for o caso, de seu representante legal/procurador que comparecerá à AGD, incluindo seus (a) nomes completos, (b) números do CPF ou CNPJ, conforme o caso, (c) telefone, (d) endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na AGD, conforme detalhado abaixo. Nos termos do artigo 71, inciso I, da Resolução CVM 81, além da participação e do voto à distância durante a AGD, por meio da plataforma "Microsoft Teams", também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto à distância, conforme modelo disponibilizado pela Companhia no seu website "https://highline.com.br/" e atendidos os requisitos apontados no referido modelo (sendo admitida a assinatura digital), observado que a instrução de voto deverá ser enviada para a Companhia e o Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos "daniel.lafer@highline.com.br", "nadia.sakamoto@highline.com.br" e "af.assembleias@oliveiratrust.com.br", preferencialmente com antecedência de até 2 (dois) dias da realização da AGD. Nos termos dos artigos 71 e 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), para participar da AGD ou enviar instrução de voto, os Debenturistas deverão encaminhar à Companhia e ao Agente Fiduciário (i) cópia do documento de identidade do Debenturista, representante legal ou procurador (Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) comprovante atualizado da titularidade das Debêntures, expedido pela instituição escrituradora, o qual recomenda-se tenha sido expedido, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da AGD; e (iii) caso o Debenturista seja representado por um procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD ou instrução de voto. O representante do Debenturista pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial competente, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à assembleia geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente o Debenturista pessoa jurídica, sendo admitida a assinatura digital. Com relação aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na AGD caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §1º e §2º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, ou com assinatura digital. As pessoas naturais Debenturistas da Companhia somente poderão ser representadas na AGD por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. As pessoas jurídicas Debenturistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04.11.2014). Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o Debenturista receberá, com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, as instruções para acesso à plataforma "Microsoft Teams". Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com a Companhia, por meio dos endereços eletrônicos "daniel.lafer@highline.com.br" e "nadia.sakamoto@highline.com.br", com até 4 (quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, para que seja prestado o suporte necessário. Qualquer dúvida, os Debenturistas poderão contatar a Companhia diretamente pelos endereços eletrônicos "daniel.lafer@highline.com.br" e "nadia.sakamoto@highline.com.br" e/ou pelo telefone (11) 3192-5200, ou com o Agente Fiduciário, por meio do e-mail "af.assembleias@oliveiratrust.com.br". A administração da Companhia reitera aos Senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo remoto e digital. Na data da AGD, o link de acesso à plataforma "Microsoft Teams" estará disponível, pelo menos, 15 (quinze) minutos antes e até 10 (dez) minutos após o horário de início da AGD, sendo que o registro da presença somente se dará conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 10 (dez) minutos do início da AGD, não será possível o ingresso do Debenturista na AGD, independentemente da realização do Cadastro prévio. Assim, a Companhia recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação na AGD com pelo menos 15 (quinze) minutos de antecedência. Eventuais manifestações de voto na AGD deverão ser feitas exclusivamente por meio do sistema de videoconferência, conforme instruções detalhadas a serem prestadas pela mesa no início da AGD. Dessa maneira, o sistema de videoconferência será reservado para acompanhamento da AGD, acesso ao vídeo e áudio da mesa, bem como visualização de eventuais documentos que sejam compartilhados pela mesa durante a AGD, sem a possibilidade de manifestação. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do Debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência. A Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Ressalta-se que os Debenturistas poderão participar da AGD ainda que não realizem o cadastro prévio acima referido, bastando apresentarem os documentos em **até 30 (trinta) minutos** antes do início da AGD, conforme artigo 72, § 2º, da Resolução CVM 81. Os Debenturistas que fizerem o envio da instrução de voto, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital na AGD, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo Debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação na AGD por meio de acesso ao link e, cumulativamente, manifestação de voto deste debenturista no ato de realização da AGD, será desconsiderada a instrução de voto anteriormente enviada, conforme disposto no artigo 71, §4º, II da Resolução CVM 81. Este Edital se encontra disponível na sede da Companhia e nas páginas eletrônicas da Companhia, do Agente Fiduciário (af.assembleias@oliveiratrust.com.br) e da CVM na rede mundial de computadores (https://www.gov.br/cvm/pt-br). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. São Paulo, 15 de abril de 2023. **Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A.**

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 3937-C67C-730B-A37C.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 15/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 3937-C67C-730B-A37C.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/3937-C67C-730B-A37C ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 3937-C67C-730B-A37C

Hash do Documento

ED03B53BC2E24421BA86DB04943A001DDB96C8B099BFFD697A3696082B8F587E

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 15/04/2023 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 15/04/2023 05:41 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00